



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
URBANO

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM

A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL:
Contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e
brasileiros

Recife
2020

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM

A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL:

Contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Conservação.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Pitta Pontual

Co-orientadora: Dra. Rosane Piccolo Loretto

Recife
2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

V155s Valentim, Davi Dornelles Rodrigues de Souza
A significância cultural: contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros / Davi Dornelles Rodrigues de Souza Valentim. – Recife, 2020.
165 f.: il.

Orientadora: Virgínia Pitta Pontual.
Coorientadora: Rosane Piccolo Loretto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, 2020.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Significância cultural. 2. Instituições de salvaguarda. 3. Valores patrimoniais. I. Pontual, Virgínia Pitta (Orientadora). II. Loretto, Rosane Piccolo (Coorientadora). III. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-118)

DAVI DORNELLES RODRIGUES DE SOUZA VALENTIM

A SIGNIFICÂNCIA CULTURAL:

Contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxões e brasileiros

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 13/03/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Virgínia Pitta Pontual (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Rosane Piccolo Loretto (Co-orientadora)
Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado
de São Paulo - CONDENPHAAT

Prof. Dra. Renata Campello Cabral (Examinadora interna)
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Prof. Dra. Flaviana Barreto Lira (Examinadora externa)
Universidade de Brasília - UnB

Dedico este trabalho ao Ralf. Por todo amor mais puro.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com muita dedicação e amor pelo patrimônio, além de uma crença verdadeira na significância cultural. Meu caminhar contou com o apoio fundamental daqueles que estiveram comigo, direta ou indiretamente, ao longo destes três anos de pesquisa e, por isso, sou grato a muitos, nos planos materiais e espirituais.

A Deus, aos meus Orixás protetores, e à minha mãe Marilene Rodrigues, que gosto de pensar, é meu anjo da guarda. Eu sinto a proteção e o amor de todos vocês, diariamente.

Nesse plano, agradeço ao meu pai, José Ailton Valentim, pelos cuidados e excesso de confiança no filho. Cada ano que compartilhamos dessa vida juntos, você só me ajuda a ser uma versão melhor de mim. Te amo, oldman.

Agradeço à minha irmã, Danielle Valentim, que desbravou rotas à minha frente e tornou, o meu caminho, muito mais fácil. E assim o continua fazendo. Te amo, sis.

Ao meu parceiro, Daniel Moraes, que esteve comigo, “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença” durante esse processo, e muitos outros ao longo da nossa década. Obrigado pela paciência e compreensão nas crises pessoais. Pelos ouvidos para desabafar, ombros para chorar, braços para confortar e amor para não endoidar. Pelo apoio desde a divisão de tarefas e o trabalho árduo, aos nossos planos readaptados e aos novos sonhos. Te amo, mô.

Aos meus amigos, Felipe Gonçalves, Lígia Dias, Manoela Jordão e Odara Valença, eu agradeço com todo meu amor. Vocês são a família que eu escolhi. E vocês foram excelentes na paciência, compreensão, carinho e apoio. Perdoem minha ausência, eu amo vocês, para toda a vida.

Aos meus presentes divinos de mestrado, Aline Barcelar, Camilla Gomes, Jéssica Lucena, Lívia França e Karla Passos, vocês são referências do que busquei ter por perto na vida e as energias, felizmente, me premiaram: mulheres incríveis para eu me inspirar sempre. Foi maravilhoso construir isso com vocês.

A minha orientadora, Virgínia Pontual, por ser uma verdadeira mentora. Existem muitos professores no mundo, mas “poucos são mestres”. Esse processo, certamente, é mais fácil para um lupiano. Eu agradeço a confiança, a credibilidade, a paciência, e a disposição em realmente nos orientar. Eu aprendo a ser um melhor profissional e uma melhor pessoa com a senhora. É

uma honra e uma alegria que nossas histórias tenham se conectado. Vou carregar, com orgulho, seu legado, pode acreditar.

A minha co-orientadora, Rosane Picollo, uma das primeiras professoras na graduação de arquitetura e urbanismo e, junto à Norma Lacerda, plantaram a semente da conservação integrada no meu coração. Mal imaginaria eu, que uma pesquisadora tão incrível e que sempre admirei, estaria ouvindo meu sonhar. Que honra. Sou muito grato.

Ao LUP e o ao MDU por terem me dado um poder de voz, confiado no meu trabalho e acreditado em mim. Infelizmente, eu entrei no meio acadêmico com poucas referências negras e LGBTQA+ ocupando locais como professores e pesquisadores nesse país. Hoje eu dou mais um passo na minha trajetória e, posso ser uma referência para tantos outros que um dia me verão. E eu estou voando, com o suporte de vocês.

A CAPES, por fomentar, tanto este trabalho, quanto os anos de intercâmbio, pesquisas anteriores, eventos que participei e pude levar o conhecimento produzido, que é público, e é meu papel, como pesquisador, deixar minha parte para aqueles que como eu, amam o patrimônio e se dedicam a estudá-lo. Espero que vocês não morram, nesses tempos tão difíceis.

Ao ICOMOS França e à Mlle. Lucile Smirnov, por me receberem durante minha pesquisa de campo, oferecerem todo o suporte necessário e me permitirem compartilhar meus sonhos latinos com vocês. Espero que nos reencontremos nessa jornada.

As diversas instituições que contatei, IPHAN, NPS, Getty Conservation Institute e UNESCO, pela eficiência e disposição em me atenderem. Parabéns pelo profissionalismo.

Aos eventos que receberam pedaços deste trabalho durante os anos, ICOMOS (I,II,III); Arquimemória V; XV SHCU e Colina Criativa; e aos grupos com quem trabalhei, Coletivo Massapê; Grupo Ururay Zona Leste São Paulo; Caus Cooperativa; Mandato Vereador Ivan Moraes. Agradeço a confiança na minha pesquisa e oportunidade dadas por me fazerem perceber que existem “tantos outros loucos como eu”. Vocês me mantiveram são.

As tantas músicas que ouvi; aos tantos risos que sorri (e algumas lágrimas que derramei); a todos os Davis que vieram antes deste que aqui escreve; e, acima de tudo, à minha maior companhia, carinho, afeto, suporte psicológico e sentimento de puro amor verdadeiro, Ralf. Esse processo é solitário, mas quem tem um cachorro como esse, não se sente só!

A todas e todos vocês, muito obrigado! Só com duas páginas de apoio que essa dissertação conseguiu ser concluída! Espero que gostem. Gratidão! Cada caractere desse texto, tem um cheirinho de vocês. Beijos.

RESUMO

Este trabalho é dedicado a analisar a noção de significância cultural, em suas esferas teóricas e práticas da contemporaneidade, a partir da pesquisa bibliográfica realizada entre os principais pesquisadores da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio que debatem sobre o conceito: os anglo-saxões e os brasileiros. A significância cultural surge na década de 1980, e a sua compreensão está relacionada aos valores patrimoniais e ao reconhecimento dos bens culturais como patrimônio. Durante seus primeiros vinte anos, pesquisadores anglo-saxões questionaram a compreensão da significância percebida nas práticas das instituições de salvaguarda, que centravam a pesquisa sobre os valores patrimoniais nos técnicos e especialistas, enquanto os teóricos defendiam o envolvimento de atores sociais diversos na validação destes valores. Nos últimos vinte anos, pesquisadores brasileiros identificam duas abordagens distintas adotadas no entendimento de significância: uma objetiva, focada no reconhecimento dos valores dos especialistas; e outra relativista, que assume os valores patrimoniais como socialmente atribuídos. Passados quarenta anos da publicação da primeira edição da Carta de Burra (1979-2019), esta pesquisa questiona: como tem sido compreendida e aplicada a noção de significância pelas instituições de salvaguarda do patrimônio? O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o United States National Park Service (NPS), instituições federais de salvaguarda do patrimônio brasileiro e estadunidense, respectivamente, foram selecionadas como casos referenciais a serem analisados de acordo com a sua relação com a significância. A partir da escolha de um bem Patrimônio Mundial protegido por cada uma das instituições definidas, foi realizada uma pesquisa documental em seus dossiês de inscrição no sistema Unesco e percebidas convergências e divergências entre a teoria da significância e a prática das instituições e salvaguarda.

Palavras- Chave: Significância cultural. Instituições de salvaguarda. Valores patrimoniais.

ABSTRACT

This work is dedicated to analyzing the notion of cultural significance, in its theoretical and practical spheres of contemporary times, based on the bibliographic research carried out among the main conservation researchers and institutions that safeguard the heritage that debate about the concept: the Anglo-Saxons and the Brazilians. Cultural significance emerged in the 1980s, and its understanding is related to heritage values and the recognition of cultural assets as heritage. During its first twenty years, Anglo-Saxon researchers questioned the understanding of the significance perceived in the practices of safeguard institutions, which centered research on heritage values in technicians and specialists, while theorists advocated the involvement of diverse social actors in the validation of these values. From the New Millennium onwards, Brazilian researchers have identified two distinct approaches adopted in understanding significance: one objective, focused on the recognition of the experts' values; and another relativist, who assumes patrimonial values as socially attributed. Forty years after the publication of the first edition of the Burra Charter (1979-2019), this research asks: how has the notion of significance been understood and applied by institutions to safeguard heritage? The Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) and the United States National Park Service (NPS), federal institutions for safeguarding Brazilian and American heritage, respectively, were selected as reference cases to be analyzed according to their relationship with the significance. From the choice of a World Heritage property protected by each of the defined institutions, a documentary research was carried out in its registration dossiers in the Unesco system and noticed convergences and divergences between the theory of significance and the practice of institutions and safeguard.

Keywords: Cultural significance. Safeguard heritage. Heritage values.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1- Metáfora da Caixa Preta	29
Figura 1 – Processo Metodológica da Carta de Burra	35
Figura 2 - Proposta Metodológica para construção da Declaração de Significância	37
Figura 3 - Etapas para o planejamento e gestão de sítios e sua significância cultural	53
Figura 4 - Processo de Elaboração da Declaração de Significância para o HCC	55
Figura 5 - Processo de Elaboração da Declaração de Significância para o NPS	60
Figura 6 - The Getty Center	61
Figura 7 - Principais rotas de conexão entre os monumentos estadunidenses, no momento da instituição do NPS, 1916	64
Figura 8 - Imóveis tombados entre 1937 e 1961 pelo SPHAN	71
Figura 9 - Imóveis tombados entre 1937 e 1961 pelo SPHAN. Séculos dos Bens	71
Figura 10 - Imóveis tombados entre 1937 e 1961 pelo SPHAN. Estados	71
Figura 11 - Localização do Chaco Culture National Historical Park	77
Figura 12 - Chaco Culture National Historical Park, New Mexico, USA	78
Figura 13 - Limites do Chaco Culture National Historical Park, Unidade Contígua, New Mexico, USA	80
Figura 14 - Mapa das áreas Arqueológicas do CCNHP	81
Figura 15 - Chaco Culture National Historical Park	83
Figura 16 - Chaco Culture National Historical Park	83
Figura 17 - Chaco Culture National Historical Park	83
Figura 18 - Chetro Ketl, Great Kiva, Chaco Culture National Historical Park	84
Figura 19 - Chetro Ketl, Great Kiva, Chaco Culture National Historical Park	84
Figura 20 - Casa Rinconada, Chaco Culture National Historical Park	91
Figura 21 - Casa Rinconada, Chaco Culture National Historical Park	91
Figura 22 - Formação geológica Fajada Butte, usada para cerimônias religiosas	92

Figura 23 - Localização do Cais do Valongo	105
Figura 24 - Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, 1790	106
Figura 25 - Vista da fachada volta para o mar das Docas D. Pedro II	107
Figura 26 - Vista da fachada principal das Docas D. Pedro II e vestígios do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz	107
Figura 27 - Museu Memorial Instituto dos Pretos Novos	108
Figura 28 - Friedrich Pustkow. Cais da Imperatriz, c. 1850	108
Figura 29 - Jardim Suspenso do Valongo	109
Figura 30 - Jardim Suspenso do Valongo	109
Figura 31 - Jardim Suspenso do Valongo	109
Figura 32 - Fragmentos do Cais da Imperatriz com seu calçamento de paralelepípedos e abaixo, o calçamento pé de moleque pertencente ao Cais do Valongo	111
Figura 33 - Placa do Projeto Rota do Escravo/UNESCO ao lado da placa de Patrimônio Carioca/ Prefeitura RJ, afixadas no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo	112
Figuras 34 e 35 - Vistas do Sítio Arqueológico Cais do Valongo	112
Figura 36 - Roda de Capoeira no Cais do Valongo	113
Figura 37 - Ritual de Lavagem do Cais do Valongo	113
Figura 38 - Base Cartográfica Vila de São Sebastião do Rio de Janeiro, 1820	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Lista de Proprietários das Terras que compõem o Chaco Culture National Historical Park.....	94
Tabela 2 - Nível de conscientização dos grupos de atores sociais sobre a salvaguarda do Chaco Culture.	99
Tabela 3 - Nível de envolvimento dos atores sociais no Monitoramento do Chaco.....	100

LISTA DE ABREVIATURAS

CCNHP	Chaco Culture National Historical Park
CECI	Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada
DS	Declaração de Significância
DSIA	Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade
GCI	Getty Conservation Institute
HCC	Heritage Collection Council
HPI	Historic Places Initiative
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
NAGPRA	Native American Graves Protection and Repatriation Act
USNPS	United States National Park Service
O.U.V.	Outstanding Universal Value
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
USDI	United States Department of the Interior
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
WHL	World Heritage List

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O ESTADO DA ARTE DA SIGNIFICÂNCIA SEGUNDO TEÓRICOS ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS DA CONSERVAÇÃO	23
2.1	COMPREENDENDO A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA	23
2.1.1	Os teóricos estadunidenses	26
2.1.2	Os teóricos brasileiros	33
2.2	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	42
3	O ESTADO DA ARTE DA SIGNIFICÂNCIA SEGUNDO INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO ANGLO-SAXÃO E BRASILEIRO	44
3.1	PRECEDENTES DA NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL	44
3.2	A UNESCO E O VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL	48
3.3	OS GUIAS OPERACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES AUSTRALIANAS E CANADENSES	52
3.4	CONTRIBUIÇÕES ESTADUNIDENSES À SIGNIFICÂNCIA	59
3.5	OS CASOS REFERENCIAIS: O IPHAN E O NPS	63
3.5.1	O NPS	64
3.5.2	O IPHAN	68
3.6	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	74
4	A SIGNIFICÂNCIA PARA O U.S. NATIONAL PARK SERVICE: O CASO DO CHACO CULTURE	77
4.1	O CHACO CULTURE NATIONAL HISTORICAL PARK	77
4.2	A DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO CHACO CULTURE NATIONAL HISTORICAL PARK (NPS, 2013).....	82
4.3	A SIGNIFICÂNCIA DO CHACO NO DOSSIÊ DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	88
4.3.1	A legislação estadunidense sobre o Chaco	88
4.3.2	Os planos de gestão para o CCNHP	93
4.3.3	Os pareceres	98
4.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O NPS E A SIGNIFICÂNCIA DO CHACO	102
5	A SIGNIFICÂNCIA PARA O INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: O CAIS DO VALONGO	105

5.1	O SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO	105
5.2	A DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO (IPHAN, 2017)	114
5.3	A SIGNIFICÂNCIA DO VALONGO NO DOSSIÊ DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	119
5.3.1	As propostas de nomeação	120
5.3.2	Os pareceres	124
5.3.3	Documentos complementares à inscrição	126
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O IPHAN E A SIGNIFICÂNCIA DO VALONGO	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
	REFERÊNCIAS	136
	APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS CHACO CULTURE (JULHO/AGOSTO 2018)	140
	APÊNDICE B – LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS CAIS DO VALONGO (JULHO/AGOSTO 2018)	142
	ANEXO A – CRITÉRIOS DA UNESCO PARA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL	144
	ANEXO B – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO MEMORIAL ABORÍGENE – GALERIA NACIONAL DA AUSTRÁLIA	146
	ANEXO C – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO SÍTIO HISTÓRICO NACIONAL DISTRITO INDUSTRIAL CANADENSE.....	148
	ANEXO D – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA PARA O NPS NO BOLETIM DO REGISTRO NACIONAL, 1999.....	152
	ANEXO E – DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO CCNHP.....	153
	ANEXO F – DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO CAIS DO VALONGO.....	159

1. Introdução

Esta pesquisa é dedicada a investigar a noção de significância em relação a sua aplicabilidade como instrumento de conservação por instituições de salvaguarda do patrimônio. O foco central da discussão está na compreensão das esferas teórica e prática da significância, a partir do levantamento e identificação do estado da arte do conceito, entre os principais textos e pesquisadores contemporâneos anglo-saxões e brasileiros, e da análise de inscrições de bens culturais no sistema do patrimônio mundial.

A significância está presente em registros de técnicos do National Park Service (NPS), instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense, desde o início do século XX, momento em que o vocábulo *significance* era adotado no discurso dos técnicos como sinônimo de “importância”, e compreendido como uma “qualidade” do bem, de acordo com seus aspectos históricos e arqueológicos que o qualificam patrimônio nacional.

Na segunda metade do século, a significância se faz presente em Cartas Patrimoniais, como a consagrada Carta de Veneza (1964), quando é mencionada, na definição de monumento histórico¹; e na Carta de Burra (1979), quando ganha uma definição do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) da Austrália, relacionada aos valores patrimoniais². A década de 1980 marca um período de amadurecimento e consolidação do campo da conservação, de modo que, no cenário internacional, uma crescente perspectiva de relativismo cultural permite maior amplitude na discussão teórica sobre o patrimônio, a exemplo do reconhecimento do conceito de patrimônio cultural, definido na Declaração do México (1985)³.

É nesse momento, também, que a Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (Unesco), instituição de salvaguarda do patrimônio mundial, passa a reconhecer a significância como critério à ser atendido por bens que pretendam ser inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (WHL)⁴, além de criar e adotar o conceito de Valor Universal

¹ Do original em inglês: “*The concept of a historic monument embraces not only the single architectural work but also the urban or rural setting in which is found the evidence of a particular civilization, a significant development or a historic event. This applies not only to great works of art but also to more modest works of the past which have acquired cultural significance with the passing of time*” (VENICE CHARTER, 1964, Art.1º, p. 01);

² Do original em inglês: “*Cultural Significance means aesthetic, historic, scientific, social or spiritual value for past, present or future generations*” (BURRA CHARTER; 1979; Art. 1º; p. 04);

³ Patrimônio Cultural, na Declaração do México, é definido como: *as obras de seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como as criações anônimas, surgidas da alma popular, e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares e monumentos históricos, a cultural, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas*” (DECLARAÇÃO DO MÉXICO, 1985, p. 04);

⁴ Do original em inglês: *World Heritage List* (WHL);

Excepcional (OUV)⁵, que apresenta uma definição similar à da noção de significância, o que gera, por vezes, confusão entre a compreensão de ambos.

No universo da teoria da conservação, a significância foi bastante debatida ao longo das últimas quatro décadas (1979-2019), especialmente por pesquisadores anglo-saxões e brasileiros. Entre os anos 1980 e 1990, foi julgada como um conceito passível de ser entendido como ambíguo, a partir do qual era possível duas interpretações: a primeira, de que os valores patrimoniais estavam intrínsecos, ou seja, eram inerentes aos bens; e a segunda, centrada na perspectiva de que os valores patrimoniais eram socialmente atribuídos ao bem, por atores sociais interessados em sua salvaguarda.

Tal ambiguidade conceitual justificava que as práticas de conservação focadas na identificação de valores patrimoniais, fossem realizadas exclusivamente por especialistas, que tendem a centrar suas pesquisas em cânones históricos, artísticos e arquitetônicos, gerando assim, o reconhecimento de apenas um grupo de atores sociais e suas prioridades de salvaguarda. Essa postura foi apontada por teóricos estadunidenses ao observarem as práticas de conservação do National Park Service e o seu entendimento de significância.

No final do século XX, a significância começa a ter procedimentos metodológicos debatidos, metodologias elaboradas e sugeridas por instituições de salvaguarda do patrimônio canadenses e australianas. A própria Carta de Burra apresenta, em sua quarta edição (1999), uma sugestão de etapas para a elaboração de um plano de conservação, no qual a identificação da significância é apontada como ponto de partida do processo, que conta com as etapas de: (i) identificação do sítio e suas associações através da coleta de informações por meio de pesquisa e, (ii) avaliação da significância a partir do reconhecimento dos valores patrimoniais, reunidos na redação do documento chamado Declaração de Significância (DS). Na Carta de Burra, o ICOMOS Austrália também enfatiza que o envolvimento de atores sociais relacionados à salvaguarda do bem deve ocorrer nas etapas do processo.

Passados os primeiros vinte anos desde o surgimento da significância, foi amplamente discutida por pesquisadores anglo-saxões e instituições de salvaguarda do patrimônio como a Unesco, levando ao surgimento dos primeiros esboços metodológicos; consolidando-a como um dos principais crivos contemporâneos da teoria da conservação.

⁵ Do original em inglês: “*Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for presente and future generations of all humanity*” (UNESCO, 2019, Art.49º, p. 19, tradução do autor);

Todavia, foi a partir dos anos 2000 e das contribuições do Getty Conservation Institute (GCI), que a significância passou a ser mais investigada e ter aprofundadas, críticas à sua aplicação prática como instrumento de conservação. Os pesquisadores da instituição estadunidense reforçaram questionamentos sobre a necessidade de envolvimento de uma maior variedade de atores sociais na conservação pois, na prática, as instituições de salvaguarda continuavam centradas na identificação dos valores reconhecidos pelo grupo dos especialistas. O professor da University of Pennsylvania, Randall Mason, integrante do Getty durante a pesquisa dos valores patrimoniais (1998-2005)⁶, publicaria um dos principais textos contemporâneos sobre a significância, no qual aponta alguns problemas teóricos e metodológicos do conceito, entre eles, a necessidade de se considerar mais vozes⁷ na salvaguarda do patrimônio.

Pouco tempo depois, a significância se faz presente na discussão teórica dos pesquisadores brasileiros, também responsáveis por notáveis contribuições ao conceito. O Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (CECI) publicou uma variedade de textos entendendo a significância como um conjunto de valores socialmente atribuídos ao bem, reunidos e justificados, no documento chamado Declaração de Significância. Os pesquisadores brasileiros percebem a existência de duas abordagens⁸ distintas, adotadas na compreensão da significância: uma objetiva, centrada no reconhecimento dos valores patrimoniais pelos especialistas do campo; e outra relativista, que assume a importância de consulta à atores sociais variados, no processo de julgamento e validação dos valores.

Passadas outras duas décadas, entre 1999 e 2019, a significância foi ainda mais debatida em sua esfera teórica, especialmente pelos pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos. Entretanto, à medida que se consolida como noção no campo da conservação, a significância continua ausente na prática de preservação das instituições de salvaguarda do patrimônio.

No contexto contemporâneo, a significância aponta um debate convergente, na esfera teórica, entre os principais países que tem investigado o tema, e o seu amadurecimento

⁶ GETTY CONSERVATION INSTITUTE, *Research on the Values of Heritage*, (1998-2005); Pesquisa fomentada pelo GCI, que resultou na publicação de vários textos sobre a significância e os valores patrimoniais, disponíveis em seu acervo digital, e consultados para elaboração desta pesquisa;

⁷ MASON, R. *Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of "Significance"*. In: *Places, a Forum of Environmental Design*. V.16, N.1, p.64-71, 2004;

⁸ AZEVEDO, G.; PONTUAL, V.; ZANCHETTI, S.M. *Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico*. XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado. Bauru, São Paulo, 2014;

conceitual tem sido crescente; compreendida a partir de uma leitura relativista, que conta com o envolvimento de atores sociais diversos na validação dos valores patrimoniais. Concomitantemente a esse cenário, os pesquisadores da conservação têm debatido, em congressos nacionais e internacionais, a necessidade de se criarem novos instrumentos de conservação. Um exemplo verificado ao longo desta pesquisa, foram os três primeiros simpósios realizados pelo ICOMOS Brasil, nos anos de 2017, 2018 e 2019, que trataram, como tema principal, riscos contemporâneos enfrentados pela conservação e a necessidade de se pensar em novas soluções para desafios do campo, alguns deles já antigos como a participação social e a orientação da salvaguarda de bens patrimoniais a partir de seus valores.

Contudo, a significância, por exemplo, é uma noção que trata diretamente de questões como consulta à atores sociais e os valores patrimoniais e, quando adotada a partir de uma abordagem relativista, pode contribuir para sanar problemas contemporâneos do campo. Além disso, a significância já é bastante discutida entre os teóricos; conhecida dos técnicos da prática; e considerada critério de reconhecimento patrimonial pela Unesco.

Tal contexto guiou a pesquisa a refletir se a teoria e a prática da conservação estariam alinhadas no tocante a significância. Afinal, os pesquisadores têm apontado para uma compreensão cada vez mais consagrada sobre o conceito, porém divergente do posicionamento adotado pelas instituições de salvaguarda. Assumiu-se, então, para esta pesquisa, a hipótese de que passados quarenta anos (1979-2019) desde o surgimento da significância, a noção ainda é pouco adotada pelas instituições de salvaguarda do patrimônio.

Desse modo, tornou-se questão central deste trabalho entender: como a significância tem sido compreendida e adotada por instituições de salvaguarda do patrimônio?

Para tanto, assumiu-se como objetivo principal da pesquisa investigar se a teoria e prática contemporâneas dos países que mais contribuíram para o avanço da significância nas últimas quatro décadas, estariam alinhadas ideologicamente e como eram postas em prática por suas respectivas instituições de preservação. Dentre os objetivos específicos definidos para esta pesquisa, encontram-se: (i) identificar e levantar o Estado da Arte da noção de significância, tanto para os teóricos da conservação, quanto para os órgãos de proteção do patrimônio nos contextos anglo-saxão e brasileiro; (ii) analisar a relação entre a significância e as instituições federais de salvaguarda escolhidas como casos referenciais, a partir de seus respectivos dossiês de candidatura à Lista do Patrimônio Mundial e, finalmente, (iii) apresentar os resultados

extraídos das pesquisas bibliográfica e documental realizadas a respeito da compreensão e aplicabilidade da noção de significância nos dias atuais.

A metodologia adotada para a realização deste trabalho, contou com as seguintes etapas de investigação: (i) pesquisa bibliográfica entre os principais textos da significância publicados entre 1979-2019 por teóricos da conservação e instituições de salvaguarda do patrimônio anglo-saxões e brasileiros; com o objetivo de compreender o estado da arte da noção de significância. Em seguida, (ii) pesquisa bibliográfica sobre as instituições federais de salvaguarda selecionadas como casos referenciais e sua relação com a significância. Foram escolhidos o United States National Park Service (NPS) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituições estadunidense e brasileira, respectivamente, como casos de estudo da pesquisa, afinal os Estados Unidos e o Brasil foram responsáveis pelas principais contribuições teóricas à significância desde a primeira edição da Carta de Burra.

Definidas as instituições, seguiu-se para realização da (iii) pesquisa documental sobre bens geridos pelo NPS e pelo IPHAN, inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (WHL), escolhidos dentre os 21 bens brasileiros e os 23 estadunidenses, reconhecidos como Patrimônios Mundiais até junho de 2018. Foram definidos o Chaco Culture National Historical Park e o Sítio Arqueológico Cais do Valongo como os bens que tiveram analisados seus dossiês de inscrição na WHL, com o intuito de investigar como suas instituições federais responsáveis compreenderam e aplicaram a significância em seus respectivos casos. Os bens foram selecionados a partir da análise das Declarações de OUV que mais aproximaram a justificativa do título atribuído, aos valores patrimoniais e a significância.

Finalmente, é apresentada a (iv) análise das pesquisas bibliográfica e documental realizadas, identificando resultados a respeito de como tem sido compreendida e aplicada, a noção de significância, por instituições de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras. O processo resultou na elaboração de quatro partes destinadas a debater a noção de significância cultural, a partir de uma análise da teoria e prática contemporâneas nestes casos referenciais.

A primeira parte, intitulada *O estado da arte da significância segundo teóricos anglo-saxões e brasileiros*, tem como objetivo principal a apresentação da pesquisa bibliográfica realizada entre os teóricos contemporâneos da conservação que mais contribuíram para o amadurecimento da noção de significância. O recorte temporal adotado inicia em 1979, com a publicação da primeira edição da Carta de Burra e, termina em 2019, ano de conclusão da pesquisa, totalizando quatro décadas. No final deste capítulo, são apresentadas as considerações

extraídas sobre o caminho da significância até o momento, em sua esfera teórica, e que abordagem tem sido assumida por seus pesquisadores.

Em seguida, a segunda parte intitulada *O estado da arte da significância segundo instituições de salvaguarda do patrimônio anglo-saxão e brasileiro* foca nas contribuições das instituições de salvaguarda do patrimônio anglo-saxãs e brasileiras sobre a significância, a partir de textos precedentes à sua conceituação, mas que faziam uso do vocábulo em seu discurso de salvaguarda; além dos manuais e guias operacionais e das influências da Unesco e seu Valor Universal Excepcional. No final deste capítulo, são apresentados o IPHAN e o NPS como as instituições escolhidas para a pesquisa documental, e as considerações extraídas sobre o caminho da significância até o momento, em sua esfera prática.

As partes seguintes tem como objetivo principal a apresentação da pesquisa documental realizada nos centros do ICOMOS e da Unesco, entre Junho e Agosto de 2018, sobre dois bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, ambos reconhecidos como Patrimônio Cultural, um sob a gestão do NPS (o Chaco Culture National Historical Park), e o outro salvaguardado pelo IPHAN (o Sítio Arqueológico Cais do Valongo).

A terceira parte, intitulada *A significância cultural para o U.S. National Park Service: o caso do Chaco Culture* está centrada na apresentação do bem estadunidense e dos documentos analisados em seu dossiê de inscrição junto à Unesco, de 1987. Totalizando 18 documentos, foram agrupados em: (i) Legislações Federais; (ii) Planos de Gestão; (iii) Pareceres e Relatórios de acompanhamento; (iv) Mapas, Fotos, Cartografias; (v) Cartas e a Declaração de Valor Universal Excepcional. No final do capítulo, são apresentadas considerações extraídas da pesquisa documental, sobre como o NPS, a partir do caso estudado, compreende e aplica a significância, e que abordagem a instituição assume em seus documentos.

A quarta parte, intitulada *A significância cultural para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: o caso do Cais do Valongo* está centrada na apresentação do sítio brasileiro e na análise dos documentos encontrados em seu dossiê de inscrição junto à Unesco, de 2017. Foram consultados 14 documentos, agrupados em: (i) Legislações; (ii) Dossiês e planos; (iii) Pareceres e Relatórios de Acompanhamento; (iv) Mapas, Fotos, Cartografias e Vídeos; (v) Cartas, e-mails e a Declaração de Valor Universal Excepcional do Cais do Valongo. No final deste capítulo, são apresentadas considerações extraídas da pesquisa documental, sobre como o IPHAN, a partir do caso estudado, compreende e aplica a significância, e que abordagem a instituição assume em seus documentos.

Além dos acervos físicos da sede da Unesco e do ICOMOS França, foram consultados alguns acervos digitais de instituições como o IPHAN; o NPS; o Getty Conservation Institute; o Instituto dos Pretos Novo; e a Unesco.

Finalmente, a quinta e última parte apresenta as considerações finais da pesquisa, e tem como objetivo principal a realização de uma análise das reflexões extraídas após investigar a teoria da conservação anglo-saxã e brasileira, o IPHAN e o NPS, no tocante a significância. Espera-se, depois do percurso teórico realizado e das análises dos estudos de caso selecionados, responder à questão central da pesquisa sobre como a significância tem sido compreendida e aplicada por instituições de salvaguarda do patrimônio e se há diferenças entre a sua teoria e prática na contemporaneidade.

2. O ESTADO DA ARTE DA SIGNIFICÂNCIA SEGUNDO TEÓRICOS ANGLO-SAXÕES E BRASILEIROS DA CONSERVAÇÃO

O primeiro capítulo é dedicado à compreensão teórica da noção de significância, objeto de estudo deste trabalho. A pesquisa bibliográfica desenvolvida está centrada nas contribuições de especialistas da conservação, dos países que, nos últimos anos, tem aprofundado os estudos sobre a significância e buscado aplicá-la como instrumento de preservação. Dessa forma, a pesquisa focou na produção acadêmica de teóricos da conservação, especialmente estadunidenses e brasileiros, do início dos anos 1980 aos textos contemporâneos. O capítulo intitulado *O Estado da Arte da Significância segundo os teóricos anglo-saxões e brasileiros da conservação* apresenta o conceito; marcos importantes em seu desenvolvimento teórico; desafios enfrentados e particularidades identificadas em seu contexto contemporâneo.

2.1 COMPREENDENDO A NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A teoria da conservação viu o termo *significância cultural* ser mencionado, na publicação da Carta Internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, ou Carta de Veneza, em 1964. Nela, são apresentados conceitos e definições estabelecidas no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos, organizado pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS). Está estabelecido que a compreensão de *monumento histórico* “Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significância cultural” (CARTA DE VENEZA, 1964, Art. 1º, p. 02). Logo, segundo a Carta de Veneza, a significância é algo adquirido, e qualifica um bem como monumento histórico. Portanto, sua identificação deve fazer parte do processo de reconhecimento do patrimônio.

Todavia, a significância só viria a ser conceituada em 1979, na publicação da 1ª edição da Carta do ICOMOS Austrália para a conservação de sítios e monumentos com significado cultural, ou Carta de Burra. No artigo primeiro, está descrito: “O termo significância cultural designará o valor estético, histórico, científico ou social de um bem, para as gerações passadas, presentes ou futuras” (CARTA DE BURRA, 1979, Art. 1º, p. 01).

Em outras palavras, a significância deve ser compreendida a partir de valores identificados pela sociedade relacionada ao bem em questão. Sendo assim, uma noção subjetiva e cambiável de acordo com a passagem do tempo e as diversas gerações.

A Carta de Burra recebeu revisões nos anos de 1981; 1988; 1999 e 2013, nas quais os especialistas do ICOMOS Austrália buscaram atualizar e incorporar as discussões contemporâneas existentes no campo da conservação sobre a relativização dos valores. A partir da 4ª edição (1999), o termo ganha uma ampliação na sua definição, mantida também na versão posterior e atual (2013), que o complementa:

O significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados. Os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes¹

Logo, a significância é compreendida, na Carta de Burra, a partir dos diversos valores adquiridos por um bem, socialmente atribuídos e periodicamente cambiáveis, que reconhecem e qualificam este bem como patrimônio de uma sociedade. Estes valores são reunidos e justificados na redação do documento chamado Declaração de Significância (DS), e sugere-se a sua consulta mediante possíveis intervenções a serem feitas no bem patrimonial.

O conceito de valor é complexo, amplo, e sua discussão é precedente à significância, remontando à filosofia clássica e aos nomes de Platão e Aristóteles. Contudo, segundo a tese da pesquisadora Ana Paula Lins, em *As Ferrovias como Patrimônio Cultural Mundial: Os Estados-partes, a Unesco e o Valor Universal Excepcional* (2016):

a Teoria dos Valores, por sua vez, também denominada por muitos estudiosos de Axiologia, caracteriza uma corrente de pensamento sobre o valor, nascida no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX (LINS, 2016, p. 69)

A Teoria dos Valores se desenvolveu simultaneamente à Teoria da Conservação e está relacionada a fontes como John Ruskin, Eugène Viollet-le-Duc, Camilo Boito e Alois Riegl.

Dentre estes, o historiador da arte e curador austríaco Alois Riegl, foi o responsável por enriquecer o debate sobre os valores, ao publicar *O Culto Moderno aos Monumentos*², em 1903,

¹ Do original em inglês: “*Cultural Significance is embodied in the place itself, its fabric, setting, use, associations, meanings, records, related places and related objects. Places may have a range of values for different individuals or groups*” (CARTA DE BURRA, 2013, Art. 1.2, p. 05, tradução do autor);

² Do original em austríaco: *Der Moderne Denkmalkultus*; 1903. Esta obra se tornou um dos textos clássicos da Teoria da Conservação pois, buscou ampliar a compreensão da valoração dos objetos, permitindo novas estratégias de intervenção, centrada nos valores;

fruto de suas reflexões como presidente da Comissão Central Imperial e Real de Monumentos Históricos e Artísticos da Áustria, quando o país passava por uma organização do sistema de proteção dos monumentos públicos nacionais. Para Riegl, “a análise dos valores associados ao monumento é o ponto de partida para a discussão de diferentes modalidades de conservação” (RIEGL, 1903, p. 20).

Riegl foi pioneiro em relacionar a possível intervenção aos valores patrimoniais, e a reconhecer que o valor do monumento é medido pelo modo como atende às exigências do *querer da arte* ou *vontade artística*, o *Kunstwollen*. Segundo o autor, há no indivíduo um aspecto passivo, o conhecimento sensorial, e uma faculdade ativa, a vontade e, “sua manifestação assume contornos diferentes de acordo com o período, o povo e o lugar geográfico” (RIEGL, 1903, p. 11). **Logo, Riegl, no começo do século XX, já apontava que o reconhecimento de um monumento não repousa na memória e sim em valores presentes, atribuições feitas pelo sujeito moderno.**

O austríaco apresentou uma categorização de valores patrimoniais pioneira, que contava com os chamados *valores de memória* (antiguidade, histórico e volitivo de memória), buscando as relações entre o passado e o presente do monumento; e com os *valores de atualidades* (uso e arte), que se caracterizam pela satisfação de necessidades sensoriais e espirituais. Os estudos de Riegl foram responsáveis por apresentarem uma visão sobre o restauro, distinta da discussão existente entre o conservadorismo dos ruskinianos e o intervencionismo dos leduqueanos, e complementar às propostas de Boito.

O inglês John Ruskin era contrário à realização de intervenções nos monumentos, pois identificava, “nas marcas do tempo”, o valor que deveria ser preservado. O francês Viollet-le-Duc, por sua vez, defendia que o valor artístico do monumento deveria ser preservado, mesmo que tivesse sido submetido a transformações em sua matéria e função histórica. O italiano Camillo Boito adotou uma perspectiva objetiva da conservação, centrada na ciência, onde as evidências históricas fundamentam a existência dos valores.

Segundo Lins (2016): “os valores atribuídos pelas diversas correntes conservacionistas apresentam em comum uma visão objetiva do valor, que considera como intrínsecas as qualidades reconhecidas nos objetos de conservação” (LINS, 2016, p. 71). **Ou seja, tais leituras contribuíram para uma compreensão dos valores como uma qualidade inerente ao monumento. O pensamento de que a análise dos valores associados ao monumento deve ser o ponto de partida para a discussão de diferentes modalidades de conservação, é uma herança deixada por Riegl, que influencia a restauração e a conservação até os dias atuais.**

Para o austríaco, “o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribuí” (RIEGL, 1903, p. 14). E essa atribuição do valor varia de acordo com o sujeito, seu contexto e sua relação com o objeto valorado.

A perspectiva dos valores patrimoniais direciona a Teoria da Conservação ao que culminaria na incorporação de noções como a significância, no discurso dos pesquisadores, algumas décadas depois. E o debate sobre os valores patrimoniais como intrínsecos ao monumento, apontado por Riegl no início do Século XX, tornaria a ser refletido por pesquisadores estadunidenses, pouco depois da publicação da Carta de Burra (1979).

1.1.1 Os teóricos estadunidenses

Na década de 1980 surge uma das primeiras críticas à noção de significância, pontuada pelos pesquisadores estadunidenses Joseph A. Tainter e G. John Lucas. Em *Epistemologia do Conceito de Significância*³ (1983), Tainter e Lucas apontam para problemas de ambiguidade na compreensão do conceito de significância, ao analisarem a legislação federal dos Estados Unidos e o debate da conservação naquele momento. Para os autores, havia um entendimento de que “a significância é, acima de tudo, uma qualidade que atribuímos a um bem cultural baseado no arcabouço teórico no qual estamos pensando”⁴. Em outras palavras, a significância era construída através dos especialistas, sob a perspectiva de seus referenciais de pesquisa.

Segundo os autores estadunidenses, há uma abordagem empírico-positivista entre uma parte dos teóricos da conservação, que entendem os valores e a significância como elementos intrínsecos ao bem, quando na verdade, deveriam ser compreendidos como atribuídos ao bem por atores ou agentes sociais. Os pesquisadores retomam às discussões semelhantes àquelas levantadas por Riegl no início do século XX, e assumem o entendimento que: “a visão de significância estabelecida nas leis e regulamentos federais baseia-se no pressuposto de que a significância é uma característica inerente; uma propriedade cultural possui ou não”⁵.

³ Do original em inglês: *Epistemology of the Significance Concept*; 1983;

⁴ Do original em inglês: “*Significance, rather, is a quality that we assign to a cultural resource based on the theoretical framework within which we happen to be thinking*” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p. 714, tradução do autor);

⁵ Do original em inglês: “*The view of significance that has been established in federal law and regulation rests on the assumption that significance is an inherent characteristic; a cultural property either possesses or lack it*” (TAINTER, J.; LUCAS, J.; 1983, p. 710, tradução do autor);

Para Tainter e Lucas (1983), essa visão da significância refletia a influência da tradição filosófica ocidental, “conhecida como empirista (na Inglaterra) ou positivista (no Continente Europeu)”⁶. Segundo os autores, nessa visão: “aparentemente, a significância, aplicada às propriedades históricas, deveria ser tomada como um termo primitivo, cujo sentido os formuladores de leis e regulamentos acreditavam ser auto-evidente com base na experiência”⁷.

Nesse sentido, os pesquisadores identificam uma abordagem da significância, adotada pelas instituições de salvaguarda estadunidenses, distinta daquela compreendida por eles, e outros teóricos da conservação, que reconhecem a significância como atribuída por atores sociais relacionados ao bem. Segundo Tainter e Lucas (1983): “Aqui, como vemos, reside a falha no conceito de significância histórica. Não podemos falar da significância como um atributo inerente às propriedades culturais, esperando apenas ser discernido (mesmo que seja exatamente isso que a legislação e a regulamentação federais exigem que façamos)”⁸.

Além disso, Tainter e Lucas defendem que: “se a significância é atribuída, ao invés de inerente, então, assim como os sentidos, pode variar entre indivíduos e mudar com o tempo”⁹. Dessa forma, por lidar com questões subjetivas como os valores socialmente atribuídos, faz-se necessária a revisão periódica da significância, considerando que os atores sociais mudam com o passar dos anos e, por isso, há a possibilidade de câmbio nos valores reconhecidos.

Logo, os especialistas e técnicos da conservação são responsáveis pela identificação dos valores patrimoniais, todavia, se tal processo não fruir de uma consulta junto aos atores sociais, a significância do bem estaria centrada nos aspectos levantados por um único grupo de atores sociais: os próprios especialistas.

No final dos anos 1990, o debate sobre a significância seguia em ascensão nos Estados Unidos, especialmente. Em 1997, o NPS publicava o *Boletim do Registro Nacional*, no qual a significância era apontada como instrumento de conservação pela instituição e, em 1999, a

⁶ Do original em inglês: “[...] this view of significance reflects the influence of the Western philosophical tradition known either as empiricist (in England) or as positivists (on the Continent)” (TAINTER, J.; LUCAS, J. 1983, p. 711, tradução do autor);

⁷ Do original em inglês: “Significance, as applied to historic properties, was apparently meant to be taken as a primitive term, whose meaning the formulators of the laws and regulations believed would be self-evident on the basis of experience” (TAINTER, J.; LUCAS, J. 1983, p. 712, tradução do autor);

⁸ Do original em inglês: “Here, as we shall see, lies the flaw in the historic significance concept. We cannot speak of significance as an inherent attribute of cultural properties, waiting only to be discerned (even though this is precisely what the federal legislation and regulation require us to do)” (TAINTER, J.; LUCAS, J. 1983, p. 714, tradução do autor);

⁹ Do original em inglês: “If significance is assigned, rather than inherent, then, like meaning, it can vary between individuals and change through time” (TAINTER, J.; LUCAS, J. 1983, p. 714, tradução do autor);

Carta de Burra ganhava sua 4ª edição revisada, como fruto das discussões sobre a significância que circulavam no âmbito da Teoria da Conservação.

O pesquisador Howard Green, em *A Construção Social da Significância Histórica*¹⁰, publicado em 1998 numa coletânea de textos sobre significância, produzidos por pesquisadores estadunidenses e organizados por Michael Tomlan, compreende a significância cultural como fruto de uma construção social, a partir da interação de diferentes grupos de atores sociais, não devendo ser apenas os especialistas da conservação a determinarem a significância.

Segundo Green (1998): “Significância é frequentemente usada como sinônimo de importância [...] O termo significância está enraizado no latim para ‘signo’; e chega até nós através da palavra ‘significa’; que quer dizer agir como um signo, ou carregar significado”¹¹. Ao analisar o comportamento dos especialistas da conservação sobre a compreensão da significância, Green argumenta que tais significados devem ser identificados a partir de um processo social. Para o autor: “Embora a história seja o que os historiadores dizem ser, o que é significativo sobre a história não é determinado por profissionais em áreas relacionadas. É resolvido através de um amplo processo social, no qual os historiadores desempenham apenas um pequeno papel”¹².

Anos mais tarde, em 2004, o pesquisador Randall Mason, professor na University of Pennsylvania, resgatava tais discussões apontadas por Tainter; Lucas e Green nas décadas precedentes. Mason também analisa o entendimento de significância para as instituições de salvaguarda e os congressistas estadunidenses e, publica o trabalho intitulado *Consertando a Preservação Histórica: uma crítica construtiva à ‘significância’*¹³, um dos principais textos elaborados sobre a noção no campo da conservação.

O pesquisador tece uma crítica inicial à Teoria da Conservação, que se reflete também na noção de significância, fundamentado no argumento de que as decisões tomadas a respeito da preservação do patrimônio estão, quase sempre, nas mãos dos especialistas do campo:

Primeiro, a significância tem sido usada, muitas vezes, como um instrumento contundente – ou pior, uma **caixa preta**. O julgamento na significância é desenhado, atento à arquitetura e aos cânones históricos, associados e validados por acadêmicos.

¹⁰ Do original em inglês: *The Social Construction of Historical Significance*; GREEN, H. 1998;

¹¹ Do original em inglês: “Significance is often used as a synonym for importance [...] The term significance is rooted in the Latin for ‘sign’; it comes to us via the word ‘signify’, which means to act like a sign, or to carry meanings” (GREEN, 1998, p. 87, tradução do autor);

¹² Do original em inglês: “Although history is what historians say it is, what is meaningful about history is not determined by professionals in history-related fields. It is resolved through a broad social process in which historians play only a small role” (GREEN, 1998, p. 90, tradução do autor);

¹³ Do original em inglês: *Fixing Historic Preservation: a constructive critique of significance*;

Como um campo, a preservação mostrou pouco apetite por pensar criticamente sobre a significância, ou teorizar o significado¹⁴

Mason (2004) defende que “mais vozes” devem ser ouvidas na identificação da significância, visto que os especialistas monopolizam as decisões acerca do patrimônio, e os valores reconhecidos acabam sendo aqueles atribuídos pelos técnicos.

Esquema 1- Metáfora da Caixa Preta.



Fonte: Autor, 2019.

A metáfora da significância como uma “caixa-preta”, parte do entendimento que o processamento das informações coletadas é realizado exclusivamente por envolvidos, de modo que os demais atores sociais apenas têm acesso aos resultados, ou seja, não fazem parte do processo de reconhecimento dos valores e significados.

Outro ponto evidenciado por Mason está na sua compreensão de que há uma conexão entre aspectos materiais e imateriais que compõem o patrimônio. Porém, para o autor:

À medida que o campo da preservação se tornou profissionalizado ao longo do Século XX, enfatizou demais o lado do tecido, na conexão entre memória e tecido. Isso nos levou a ignorar a natureza essencial da significância - que é uma expressão dos significados culturais, espera-se que mude [...] ¹⁵.

Ou seja, as estratégias de preservação enaltecidas pela prática das instituições estadunidenses e pela legislação federal dos EUA estão centradas nos aspectos materiais do

¹⁴ Do original em inglês: “First, significance has too often been used as a blunt instrument – or worse, a black box. Judgements about significance are narrowly drawn, pegged closely to the architectural history canons and historical associations validated by academics. As a field, preservation has shown little appetite for thinking critically about significance, or theorizing a way of handling significance” (MASON, 2004, p. 64, tradução do autor);

¹⁵ Do original em inglês: “As the preservation field became professionalized over the twentieth century, it has overemphasized the fabric side of the memory/fabric connection. This has led us to ignore the essential nature of significance – which is that as an expression of cultural meaning, it must be expected to change [...]” (MASON, 2004, p. 65, tradução do autor);

patrimônio, no seu tecido e, para Mason, essa leitura foi transferida para a forma como é pensada a significância. Destarte, Mason complementa sua crítica apontando que:

O resultado tem sido uma mentalidade preservacionista dominante de “consertar as coisas”, literal e metaforicamente: consertar construções quebradas e estruturas deterioradas, gentrificando distritos históricos abatidos, se colocando no caminho de tratores e (não menos importante), consertando o significado de construções e locais preservados¹⁶

Logo, para Mason, as práticas de conservação estadunidenses assumem uma postura de “consertar” o patrimônio, priorizando aspectos físicos e materiais. Em contrapartida, o autor alega que usos mais críticos e progressivos do conceito de significância começaram a aparecer: “Isso correspondeu a uma mudança no objetivo principal do campo, em simplesmente preservar o tecido e o material, para tarefas mais complicadas como preservar a significância do tecido e dos lugares”¹⁷. Em outras palavras, Mason julga que a conservação está diante de novos desafios, como a salvaguarda dos valores e da significância do patrimônio, que contribuem para o enaltecimento de aspectos intangíveis dos bens patrimoniais, e para o envolvimento de uma maior variedade de sujeitos na conservação.

Para o pesquisador, a “significância é construída, não encontrada. Isto é, socialmente construída e situacional, e reconhece que as avaliações sobre a significância são tão relacionadas às pessoas e à construção social, quanto a qualquer sítio”¹⁸. Contudo, Mason aponta que há fragilidades na identificação dos valores socialmente atribuídos face às dificuldades na realização de pesquisas sociais. Além disso, o caráter de cambiável dos valores resulta, inevitavelmente, em situações de conflito entre os diversos grupos de atores sociais. Para Mason (2004):

O desafio da preservação, planejamento e política, portanto, é alcançar e manter um equilíbrio razoável de valores. Os preservacionistas não devem advogar por todos os valores de um sítio patrimonial, mas eles devem entendê-los, e isso requer não apenas colaboração entre profissionais e leigos, mas familiaridade com métodos de avaliação de muitas disciplinas (economia, antropologia, arquitetura, história). Sem essa ampla

¹⁶ Do original em inglês: “*The result has been a dominant preservationist mentality of fixing things, literally and metaphorically: fixing broken buildings and deteriorating structures, gentrifying downcast historic districts, standing in the path of bulldozers, and (not least) fixing the meaning of preserved buildings and sites*” (MASON, 2004, p. 65, tradução do autor)

¹⁷ Do original em inglês: “*Recently, more critical and progressive uses of the concept of significance have begun to appear. This has corresponded with a shift in the core purpose of the field from simply preserving material fabric to the more complicated tasks of preserving the significance of fabric and places*” (MASON, 2004, p. 54, tradução do autor);

¹⁸ Do original em inglês: “*Significance is made, not found. It is socially constructed and situational, and it recognizes that appraisals of significance may have as much to do with the people and society making them as with any actual site*” (MASON, 2004, p. 66, tradução do autor);

compreensão, os preservacionistas agem sobre o que é valioso para eles, não no porquê o ambiente possui ou não significados para a sociedade¹⁹

Sendo assim, ainda que diante dos conflitos entre os valores atribuídos por grupos de atores sociais, a significância deve buscar compreendê-los em sua abrangência e mediá-los no planejamento, de modo a reconhecer uma diversidade de valores patrimoniais, além dos reconhecidos por especialistas. Os valores validados devem estar contidos no documento da Declaração de Significância, justificando o reconhecimento do bem como patrimônio cultural de uma sociedade. Para Mason, a declaração de significância deve: “conter os motivos pelos quais um monumento ou sítio deve ser preservado; porque é significativo ou útil e, quais aspectos exigem mais proteção. Uma vez definida, a significância é usada como base para políticas, planejamento e decisões sobre desenho”²⁰.

A publicação de Mason foi responsável por direcionar a significância, no início do novo milênio, às questões apontadas como desafios a serem superados para que a noção possa atingir uma maior efetividade como instrumento de conservação adotado por instituições de salvaguarda do patrimônio cultural. **A significância precisa ouvir mais vozes durante o processo de reconhecimento dos valores atribuídos ao patrimônio, de modo a encontrar um consenso entre valores identificados por grupos diversos de atores sociais.** Em suma, Mason se posiciona criticamente face ao que chama de política de “consertar coisas”, identificada nas práticas de conservação das instituições estadunidenses. Para o autor: “O corretivo para isso é maior transparência e participação na tomada de decisões e definições dos processos de significância - particularmente, participação de não especialistas e outros atores sociais interessados externos”²¹.

Também nos Estados Unidos, o professor Jeremy Wells, da Richard Williams University, se debruça sobre o estudo da significância, centrado na apreensão dos valores do patrimônio, validados junto aos atores sociais interessados na sua conservação. Em

¹⁹ Do original em inglês: “*The challenge of preservation, planning and policy, therefore, is to strike and sustain a reasonable balance of values. Preservationists do not have to advocate all the values of a heritage site, but they should have to understand them, and this requires not only collaborations among professionals and laypeople but familiarity with the valuation methods of many disciplines (economics, anthropology, architecture, history). Without this broad understanding, preservationists will only act on what is valuable to them, not why the environment does or does not have meaning for society at large*” (MASON, 2004, p. 70, tradução do autor);

²⁰ Do original em inglês: “*A Statement of significance gathers together all the reasons why a building or place should be preserved, why it is meaningful or useful, and what aspects require most urgent protection. Once defined, significance is used as a basis for policy, planning, and design decisions*” (MASON, 2004, p. 65, tradução do autor);

²¹ Do original em inglês: “*The corrective to this is greater transparency and participation in the decision-making and significance defining processes – particularly, participation by nonexperts and other outsider stakeholders*” (MASON, 2004, p. 67, tradução do autor);

*Preservação Histórica, Significância e Fenomenologia*²² (2011), Wells tece uma crítica ao entendimento de significância conceituado no *Boletim do Registro Nacional*, elaborado pelo NPS em 1998, que está basicamente focado em quatro pontos – eventos do passado; pessoas do passado; arquitetura e significância arqueológica. Assim como Mason, Wells parte do pressuposto de que o entendimento de significância, nas práticas de preservação do NPS, está centralizado nos especialistas e, além disso, afirma: “Seja intencional ou não, a preservação histórica fez um trabalho extraordinariamente bom ao conservar os pontos de vista de preservação assumidos pelo sistema de valores branco, britânico, de classe alta, masculino, do século XIX”²³.

Em outras palavras, para Wells, a concentração das decisões de preservação do patrimônio nas mãos de especialistas é validar apenas um grupo específico e normalmente privilegiado da sociedade. E é por essas divergências, também, que o processo de avaliação da significância deve ser submetido à uma validação social, pois permite que uma diversidade de pessoas possa expressar os seus valores atribuídos e, que não estejam sendo preservados apenas os valores de uma elite intelectualizada e privilegiada.

Para justificar seu pensamento, Wells parte do pressuposto de que as pessoas de senso comum, ou “não especialistas”, possuem um apego emocional ao patrimônio que as permitem atribuir valores. O autor defende que é possível elaborar metodologias que avaliem como as pessoas se relacionam com o bem e, principalmente, como as práticas de preservação devem conservar a relação das pessoas com o bem. Ele afirma que após estudar a população da cidade de Charleston (Wells, 2009), na Carolina do Sul, pôde perceber que: “significados históricos são regularmente relacionados com a experiência de mundo da vida dos moradores”²⁴. Portanto, para o pesquisador, o contato com atores sociais é essencial para compreender a significância do sítio ou monumento patrimonial, porém “os preservacionistas frequentemente se concentram em explicar por que os lugares foram designados e as consequências disso, em vez de descobrirem por que as pessoas valorizam os lugares”²⁵.

²² Do original em inglês: *Historic Preservation, Significance and Phenomenology*, WELLS, 2011;

²³ Do original em inglês: “*Whether intentional or not, historic preservation has done a remarkably good job at preserving the preservation views assumed by a White, British, upperclass, male, nineteenth century value system*” (WELLS, 2011, tradução do autor);

²⁴ Do original em inglês: “*historical meanings is regularly related to residents lifeworld experiences*” (WELLS, 2011, p. 14, tradução do autor);

²⁵ Do original em inglês: “[...] *preservationists are too often focus on explaining why places have been designated, and the consequences of this, rather than finding out why people value places*” (WELLS, 2011, p. 02, tradução do autor);

A crítica apresentada por Mason, corroborada por Wells, está na possibilidade de existência de uma lacuna entre o reconhecimento dos valores dos especialistas e dos “não especialistas. A necessidade de se ouvir “mais vozes” (Mason, 2004) de atores sociais na conservação patrimonial.

Logo, para os teóricos estadunidenses analisados, os valores identificados por técnicos e especialistas possivelmente estarão centrados em aspectos históricos, estéticos ou científicos do bem patrimonial. E mais, os pesquisadores questionaram o posicionamento do NPS no tocante à significância, pois a instituição adotava uma conceituação e procedimentos metodológicos de análise favoráveis à uma leitura dos valores como intrínsecos ao patrimônio.

Ainda que a noção de significância tenha, ao longo dos anos, consolidado o pressuposto do envolvimento de uma diversidade de atores sociais em sua esfera teórica, quase sempre na prática, os estudos de significância estadunidenses são apontados como realizados exclusivamente por especialistas.

1.1.2 Os teóricos brasileiros

Enquanto os pesquisadores estadunidenses contribuíram para o avanço dos estudos sobre a significância entre as décadas de 1980 e 2000, os teóricos brasileiros enriquecem a discussão, majoritariamente, a partir do início do novo milênio, até os dias atuais.

No Brasil, o ex-presidente do Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (CECI/PE), Sílvio Zancheti, junto à outros pesquisadores do CECI, em *Julgamento e Validação no processo da Carta de Burra: Retorno da avaliação de significância cultural dos sítios patrimoniais* (2009)²⁶; apontam que “a significância cultural é definida como o conjunto de todos os valores identificáveis e resultantes de um julgamento contínuo (passado e presente) e a validação social dos significados dos objetos”²⁷.

Para os pesquisadores do CECI, a validação dos valores e significados junto aos atores sociais deve existir, antes de redigir a declaração de significância. Zancheti *et al* (2009) reafirmam a importância da consulta aos atores sociais, visto que “a análise sociocultural

²⁶ Do original em inglês: *Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage*;

²⁷ Do original em inglês: “*Cultural significance is redefined as the set of all identifiable values resulting from continuous (past and presente) judgment and the social validation of meanings of objects*” (ZANCHETI *et al*, 2009, pág.51, tradução do autor);

sustenta a visão de que o sujeito é o agente ativo no processo de atribuição de significados aos objetos, mas entende que o sujeito é colocado como uma entidade coletiva, e que ele/ela não age isoladamente como um indivíduo”²⁸.

No texto, os autores criticam o Artigo 1.2 da Carta de Burra, que define: “o significado cultural está incorporado no próprio sítio, no seu tecido, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados” (CARTA DE BURRA, 2013, p. 05). Para os pesquisadores do CECI, essa definição torna a significância passível da compreensão de valores intrínsecos ao objeto. Zancheti *et al* (2009) pontuam:

Do ponto de vista epistemológico, antes da Carta de Burra, a significância era tratada, basicamente, sob a perspectiva da filosofia empírico-positivista. Nesta abordagem, significância é objetivamente determinada, porque os valores são considerados qualidades inerentes à um sítio²⁹

Sendo assim, os autores reforçam a importância de os valores serem considerados como frutos das atribuições sociais. Para Zancheti *et al*, a significância consiste nos valores identificados no presente e no passado, apreendidos em virtude da memória dos atores sociais relacionados ao sítio que, ao atribuírem valores, baseiam sua avaliação em uma “estrutura conceitual que os ajuda a apreender e interpretar os objetos”³⁰. **Logo, os atores sociais representam o principal elemento responsável por adicionar conhecimento sobre o bem patrimonial.** A relação entre sujeito e objeto, para Zancheti *et al* (2009), é algo variável e dependente de contextos (sociais, políticos e culturais), do lugar e do tempo.

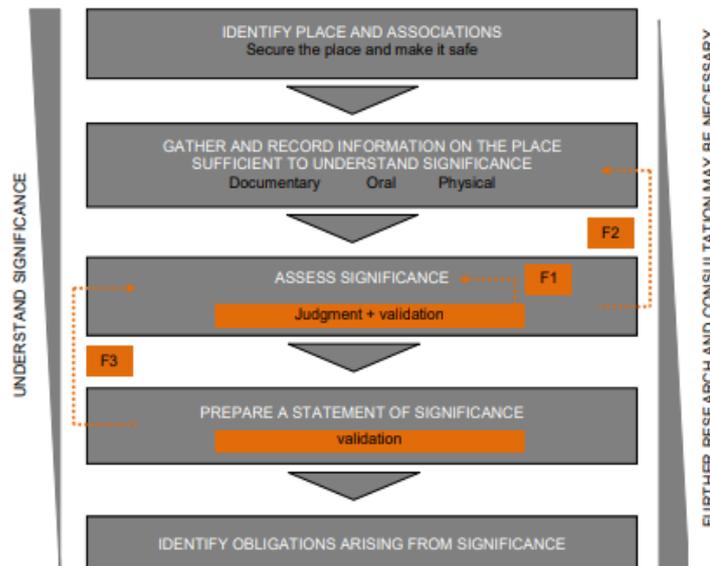
Outra crítica levantada pelos autores, referente ao processo de compreensão da significância descrito na Carta de Burra, está centrada na necessidade de julgamento e validação dos valores e significados junto aos atores sociais interessados. Zancheti *et al* (2009) sugerem que esses “momentos de retorno” devem ocorrer com mais frequência no processo da Carta de Burra, conforme a Figura 1, a seguir.

²⁸ Do original em inglês: “Socio-cultural analysis supports the view that the subject is the active agent in the process of attributing meanings to objects, but it understands the subject is placed within a collective entity, and that he/she does not act, in isolation, as an individual” (ZANCHETI *et al*, 2009, p.50, tradução do autor);

²⁹ Do original em inglês: “From the epistemological point of view, prior to the Burra Charter, significance was treated basically from the perspective of empirical-positivist philosophy. In this approach, significance is objectively determined, because values are considered qualities inherent in a site” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 50, tradução do autor);

³⁰ Do original em inglês: “[...] a conceptual structure which helps them to apprehend and interpret the objects” (ZANCHETI *et al*, 2009, p.50, tradução do autor);

Figura 01 - Proposta para introdução de momentos de retorno no Processo da Carta de Burra.



Fonte: ZANCHETI *et al*, 2009, p. 51.

Segundo os autores, os momentos de retorno (F1; F2; F3) deveriam existir nas etapas compreendidas entre a coleta de informações sobre o bem patrimonial; a compreensão da significância e a redação da Declaração de Significância. A validação é feita junto aos atores sociais e, caso os valores e significados não sejam julgados válidos, a proposta sugere o retorno à etapa anterior para revisão do processo, quantas vezes for necessário.

Os pesquisadores concluem refletindo que: “O Processo da Carta de Burra é um instrumento poderoso para ajudar a determinar a significância cultural de sítios, mas deve ser revisado devido aos desafios da plural, multivalente e contingente natureza dos valores na sociedade atual”³¹. Logo, considerando os valores como cambiáveis no tempo e de acordo com o contexto e o lugar, faz-se necessária a criação de momentos de retorno no processo de identificação dos valores e, a revisão periódica da DS.

A opinião dos autores é que a DS deve ser construída a partir do entendimento de um relativismo cultural, e assim poderá tornar-se um instrumento que permite estabelecer: (a) os valores em disputa na sociedade; (b) uma avaliação, no presente, dos valores patrimoniais

³¹ Do original em inglês: “The Burra Charter Process is a powerfull instrument for helping to determine the cultural significance of sites, but it must be revised on account of the challenges of the plural, multivalent and contingent nature of values in society today” (ZANCHETI *et al*, 2009, p. 52, tradução do autor);

segundo uma escala de importância, indicando os conflitos mais relevantes e (c) uma explicação para ressignificações dos valores do passado até hoje (ZANCHETI, HIDAKA, 2009).

Em *Declaração de Significância: Um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico*, os pesquisadores Azevedo, Pontual e Zancheti (2014) analisam modelos de declaração de significância existentes e realizam um levantamento de procedimentos metodológicos para elaboração de uma DS destinada à exemplares arquitetônicos. Azevedo, Pontual e Zancheti sugerem que o período de revisão da Declaração de Significância ocorra a cada dez anos, período indicado pela Unesco, nos relatórios periódicos dos Estados Árabes (2004), para realização dos planos de gestão da conservação, como apontam: “considerando que a declaração de significância é um dos instrumentos utilizados na elaboração de um plano de gestão, pode-se considerar o mesmo intervalo de tempo até a sua revisão” (AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI, 2014, p. 10). **Ainda segundo os autores, é recomendado escrever a declaração de uma forma sucinta, curta e de linguagem clara, relacionando os valores e os significados do objeto.**

Ao analisarem os casos de estudo³² selecionados, os pesquisadores percebem que as declarações se diferenciam de acordo com a finalidade:

As declarações para inscrição de um bem na Lista, que é o caso das declarações analisados do Rio de Janeiro e da Ópera de Sydney, se baseiam no conceito de valor universal excepcional utilizado pelo sistema WHC-Unesco. As declarações que se baseiam nesse conceito refletem a pouca precisão conceitual do mesmo, e não apresentam os valores e significados do bem de forma clara e direta, o que dá margem a diferentes interpretações (AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI, 2014, p. 05)

Em outras palavras, segundo os autores, a declaração elaborada por um Estado-parte para a Lista do Patrimônio Mundial (WHL)³³ é diferente daquela proposta para um plano de gestão da conservação de um bem patrimonial, pois os valores e significados não são necessariamente explícitos no modelo da Unesco.

Os pesquisadores, então, chegam a um modelo de DS, centrada em cinco pontos fundamentais: “(i) Objetividade na redação; (ii) Multiplicidade dos valores; (iii) Diversidade dos atores sociais envolvidos; (iv) Validação do processo; e (v) Atualizações periódicas” (AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI, 2014, p. 06).

³² “Os casos estudados são de diferentes épocas e são bens de configurações distintas, tendo em vista que o recorte fosse o mais diversificado possível. Os casos analisados foram o *Centro Histórico de Olinda* (inscrito na Lista como conjunto urbano), a *Ópera de Sydney* (como monumento), e o Rio de Janeiro (como paisagem cultural)”, (AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI, 2014, p. 05);

³³ Do original em inglês: *World Heritage List (WHL)*;

A proposta diagramada pelos autores na Figura 2 a seguir, conta com cinco etapas no processo: 1. Levantamento e Identificação das informações sobre o bem; 2. Julgamento dos dados levantados junto aos atores sociais; 3. Redação do Documento da DS; 4. Elaboração de Diretrizes que auxiliem na conservação do bem; e 5. Consolidação e Revisão final do processo e produto.

Figura 2 - Proposta metodológica para construção da Declaração de Significância.



Fonte: AZEVEDO, PONTUAL, ZANCHETI. 2014, p. 08.

Além disso, os autores sugerem momentos de validação dos valores que constarão na DS, junto aos atores sociais relacionados ao bem, entre as três primeiras etapas. No final, reafirmam a importância da revisão periódica da declaração, pois assim, poderão ser constatados os valores que perduraram no tempo; os que foram adquiridos e os comprometidos no período adotado, caso ocorra.

Em *A Declaração de Significância de Exemplos da Arquitetura Moderna* (2014), Zancheti e Hidaka apontam a DS como “um documento que expressa o valor cultural de um bem para uma comunidade. É uma justificativa que explicita o porquê do bem ser conservado para o usufruto de futuras gerações” (ZANCHETI; HIDAKA; 2014, p. 03). A declaração é parcial e temporal pois “a significância não é representada em sua totalidade, já que não é capaz de conter todos os valores dos envolvidos na conservação dos bens patrimoniais” (ZANCHETI; HIDAKA; 2014, p. 14).

Logo, é perceptível que as contribuições brasileiras para o processo de compreensão dos valores e significados, e à redação da Declaração de Significância, convergem ideologicamente com a teoria desenvolvida entre os pesquisadores estadunidenses e a importância do envolvimento dos atores sociais na conservação patrimonial, desde o início dos anos 1980.

Azevedo; Pontual e Zancheti (2014) discursam sobre a existência de dois tipos de abordagens sobre a construção da significância cultural:

A abordagem objetiva, que compreende os valores como qualidades intrínsecas aos bens patrimoniais, ou seja, como um conceito fixo. Este ponto de vista presume que a cultura pode ser tratada como um conjunto estático de artefatos (MASON, 2004, p.66) e que o mesmo objeto terá os mesmos valores para diferentes grupos sociais e culturais. Outro ponto de vista é o da abordagem relativista, que apreende os valores como qualidades subjetivas, atribuídas pelos atores sociais, e que se transformam no tempo e no espaço (AZEVEDO; PONTUAL; ZANCHETI; 2014, p. 03)

Em outras palavras, os pesquisadores apontam a existência de duas leituras distintas identificadas na compreensão da significância, a objetiva, centrada nos valores interpretados por técnicos e especialistas, e a relativista, que aposta na consulta à atores sociais diversos para validação dos valores patrimoniais.

Contudo, ainda que haja abordagens objetiva e relativista, tem se estabelecido, entre os teóricos contemporâneos especialistas, o entendimento a partir da apreensão de valores como qualidades subjetivas e atribuídas por atores sociais. Nos últimos anos, como já foi visto, o campo teórico da conservação tem discutido sobre metodologias para compreensão de valores e significados e, identificado procedimentos metodológicos que contribuam para a aplicação da significância como instrumento de salvaguarda. Entretanto, ainda que a teoria, seja anglo-saxã ou brasileira, corrobore para uma abordagem cada vez mais relativista; a experiência da prática, por outro lado, quando adota o estudo da significância, tende a assumir uma abordagem objetiva.

Ou seja, à medida que a noção de significância se estabelece no campo teórico e aponta críticas convergentes, entre os principais pesquisadores brasileiros e estadunidenses, ao longo dos últimos quarenta anos; a sua aplicação ainda é pouco efetiva como instrumento de preservação pelas instituições de salvaguarda e, quando o fazem, nem sempre consultam atores sociais diversos para identificação dos valores e da significância do bem.

Em *Da Natureza Complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre significância cultural, integridade e autenticidade*, a professora da Universidade de Brasília, Flaviana Lira (2017) enfatiza que: “nas últimas duas décadas, a teoria tradicional da conservação tem passado por processos de revisão e renegociação das verdades pré-concebidas e dos valores absolutos” (LIRA, 2017, p. 14). A autora parte da compreensão de que a significância cultural, integridade

e autenticidade³⁴, são noções balizadores na conservação do patrimônio na contemporaneidade e, embora possam ter suas teorias desenvolvidas e aprofundadas individualmente, na prática, elas não devem ser compreendidas isoladamente. Lira (2017) aponta:

a reflexão e avaliação da significância cultural, integridade e autenticidade ocorrem sobre um mesmo objeto, os bens culturais, e vão se pautar nas características materiais e não-materiais do bem às quais valores patrimoniais são atribuídos, esses aspectos são denominados atributos patrimoniais (LIRA, 2017, p. 10)

Os atributos patrimoniais são compreendidos, pela autora, como as características que mais fortemente representam o bem e que precisam ser mantidas no tempo, podendo ser tanto imateriais como físico-materiais. O processo de identificação dos atributos deve preceder as avaliações de significância, autenticidade e integridade dos bens patrimoniais e, juntos devem orientar as ações de conservação. Em *Patrimônio Cultural e Autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento*, Lira (2010) propôs um sistema de identificação dos atributos patrimoniais, focado em cinco aspectos (contexto de implantação; tipo construtivo; técnicas e materiais construtivos; pátina; usos e práticas sociais) e, recentemente, a pesquisadora contribuiu na elaboração de um método, para a construção de uma Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (DSIA), por meio da aplicação de questionários junto aos atores sociais, identificando os valores dos seus atributos patrimoniais.

O método em questão foi desenvolvido no âmbito da disciplina de Planejamento Urbano e Regional IV, ministrada pelas professoras Flaviana Lira e Virgínia Pontual (2017), do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP), na Universidade Federal de Pernambuco. Em *(Re)significando São José: A construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade (2017)*, a pesquisadora Isabella Dutra aplica o método desenvolvido no bairro de São José, localizado no centro histórico do Recife, e afirma: “Este instrumento possibilitou a participação da população no reconhecimento da significância cultural da área, conseqüentemente na formulação da DSIA” (DUTRA, 2017, p. 68). O método consiste na consulta aos atores sociais a partir de quatro fichas-questionários, “numeradas e aplicadas em ordem crescente. As três primeiras são destinadas à consulta sobre a significância cultural do

³⁴ No Guia Operacional da Unesco, a integridade está relacionada à inteireza e ao caráter de intactilidade do patrimônio cultural, e a autenticidade remete à continuidade dos atributos do patrimônio relacionados à forma, materiais, técnicas, entre outros. **Os conceitos de integridade e autenticidade foram pesquisados por teóricos da conservação como o finlandês Jukka Jokilehto, o espanhol Salvador Muñoz Viñas e o canadense Herb Stovel; contudo não são analisados nesta pesquisa por estar centrada na compreensão da noção de significância e dos valores patrimoniais.**

recorte indicado, sendo aplicadas a todos os atores sociais. A última ficha, trata da consulta sobre as condições de autenticidade e integridade de cada atributo...” (DUTRA, 2017, p. 68).

Lira tem aprofundado o estudo sobre a operacionalização da significância, e tem buscado consolidar uma matriz metodológica que permita uma análise sistematizada sobre os bens culturais, em um processo que envolve o “consenso sobre a significância”, que possa orientar ações projetuais, afinal, para a pesquisadora:

A significância equivale ao conjunto de valores atribuídos ao bem. O nível de significância influi diretamente na forma como se conduzirá a ação de conservação. Valores podem estar em conflito e o entendimento da significância cultural do bem permite hierarquizá-los e orientar o processo de conservação para que seja priorizada a manutenção no tempo daqueles mais relevantes (LIRA, 2017, p. 22)

Logo, Lira reforça a importância de estudos como a significância para orientar ações projetuais, pois estes serão pautados em um processo de validação intersubjetiva que resultará na identificação dos valores atribuídos por atores sociais relacionados ao bem, assumindo uma postura que entende a significância a partir da abordagem relativista.

Nas últimas duas décadas, os pesquisadores estadunidenses e brasileiros têm aprofundado os questionamentos e discussões sobre a noção da significância, no âmbito teórico, e o seu funcionamento como instrumento de salvaguarda, na prática de conservação; e têm convergido ideologicamente sobre o entendimento da significância. Ambos buscam reforçar a importância da significância, e de estudos sobre valores patrimoniais, autenticidade e integridade na conservação, além da consulta aos atores sociais com o objetivo de identificar suas significâncias.

Todavia, o ano de 2019 marcou quatro décadas da publicação da primeira edição da Carta de Burra (1979) e, desde então, tem sido um longo caminho de vasta discussão teórica sobre o tema, com pouca aplicação prática das instituições de salvaguarda do patrimônio. Faz-se necessária a aplicação de metodologias de avaliação da significância de modo a auxiliarem no aperfeiçoamento do instrumento e, por consequência, enriquecerem os debates teóricos.

Em *As [Des]venturas da Integridade no Patrimônio Mundial*, a pesquisadora Rosane Loretto (2016) analisa a noção de integridade, em suas dimensões conceitual, teórica e institucional, no cenário da Unesco e do sistema do patrimônio mundial. A autora tece uma crítica epistemológica à compreensão da integridade diante de seu percurso de constantes revisões conceituais. Loretto (2016) afirma;

Embora aparentem ser definições estáveis e bem sedimentadas, os polêmicos processos que concorreram para o estabelecimento desses três crivos de

patrimonialização (**autenticidade, integridade e significância**) apontam para a existência de um conjunto de profundas discordâncias quanto aos seus termos, tanto entre a Unesco e a comunidade especializada internacional, como dentro do próprio organismo (LORETTO, 2016, p. 19, grifos do autor)

Ao se aprofundar na noção de integridade e sua relação com o sistema do patrimônio da Unesco, Loretto (2016) conclui que nas últimas quatro décadas pouco foi modificado a respeito da compreensão do conceito. No início de sua pesquisa sobre integridade, Loretto (2016) apresenta uma provocação ao leitor:

A vida cotidiana parece ser feita de crenças silenciosas, da aceitação de coisas e de ideias que nunca, ou pouco, se questionam simplesmente por parecerem naturais, óbvias. Em meio a um mundo de elementos supostamente tão familiares, surge uma infinidade de outros termos, a fim de ampliar os limites de entendimento que se constroem em torno de alguns “velhos conhecidos” não interrogados. Então, no contexto da sem precedente expansão do conhecimento na direção de novos domínios semânticos, resta a pergunta: *estar-se-ia vivendo uma histeria conceitual?* (LORETTO, 2016, p. 31, grifos do autor)

No caso da significância, os últimos 40 anos correspondem à toda a sua “vida pós-Carta de Burra”, de modo que durante as décadas de 1980 e 1990, houve um grande avanço conceitual do termo; o desenvolvimento dos primeiros procedimentos metodológicos sugeridos e dos exemplares de declarações de significância e valor universal excepcional. Porém, desde o início do novo milênio, algumas divergências entre seus aspectos teóricos e práticos são evidenciados, como o fato de a significância ter sido pouco explorada como instrumento de conservação pelas instituições de salvaguarda; e de os principais teóricos do campo já estabeleceram um entendimento da significância como um conjunto de valores atribuídos por atores sociais e, tem convergido sobre críticas apontadas ao conceito, como a necessidade de envolvimento de mais atores sociais.

Apoiado no questionamento levantado por Loretto (2016) sobre a possibilidade de um momento de constantes revisões teóricas ou “histeria conceitual”, não seria a oportunidade propícia para estar-se investindo na aplicação de tais instrumentos por instituições de salvaguarda na prática da conservação? Para o caso da autora, ela complementa sua provocação apontando que:

A profusão de temas e abordagens nos distintos universos disciplinares, ao invés de iniciar novos capítulos nos anais dos seus saberes, termina por representar uma contribuição estanque e estéril, uma vez que comumente não se apropriam do percurso já trilhado no enfrentamento de algumas questões. Nesse sentido, a criação de conceitos e estratégias de ação para tratar de antigos problemas, que são abordados de forma acrítica, apenas forma uma grande nuvem de discussão que pouco nutre o debate (LORETTO, 2016, p.31).

Logo, à medida que a teoria da conservação ascende em seu caminho e cria conceitos e instrumentos de preservação, questões antigas parecem não solucionadas e discutidas por décadas entre seus pesquisadores. **No tocante à significância, ao longo de 40 anos, a cada década um novo teórico apontou, dentro de seu contexto referencial, a necessidade de as instituições de salvaguarda do patrimônio adotarem o instrumento a partir de uma abordagem relativista, que considere a consulta junto aos atores sociais.**

Diante do contexto e das provocações construídas ao longo deste capítulo, que teve como objetivo principal apresentar as discussões estabelecidas pelo Estado da Arte da noção de significância segundo os principais teóricos anglo-saxões e brasileiros da conservação, o presente trabalho orientou a pesquisa com base na seguinte questão: **como a noção de significância tem sido compreendida e aplicada pelas instituições de salvaguarda do patrimônio?**

Nos últimos anos, os congressos, seminários, simpósios nacionais e internacionais sobre conservação patrimonial, no Brasil, têm discutido a necessidade de novas estratégias de salvaguarda do patrimônio; novos instrumentos de conservação. Os três primeiros simpósios anuais realizados pelo ICOMOS Brasil (2017, 2018 e 2019) trataram de riscos enfrentados pela conservação e da necessidade de se pensar em superar desafios contemporâneos. Todavia, a significância é uma noção já conhecida pelos teóricos e especialistas brasileiros (e internacionais), ainda pouco explorada junto às instituições de salvaguarda do patrimônio, e que muito contribui para temáticas debatidas pela conservação até os dias atuais, podendo ser mais bem aproveitada como instrumento de preservação.

2.2 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A significância é uma noção adotada pela Teoria da Conservação desde a primeira edição da Carta de Burra, publicada em 1979, que se consolidou como conjunto de valores socialmente atribuídos a um bem, que o qualificam como patrimônio para uma sociedade.

A pesquisa bibliográfica realizada esteve centrada na compreensão teórica da significância e de seu contexto segundo os especialistas da conservação, anglo-saxões e

brasileiros, que têm buscado orientar e atentar a significância para alguns desafios que precisam ser superados de modo a ter uma maior efetividade como instrumento de conservação. **Ao longo dos 40 anos de discussão, os principais textos e teóricos, brasileiros e estadunidenses, convergem à um entendimento sobre a significância e sua importância na prática da conservação.**

A significância tem sido compreendida a partir de duas abordagens distintas: uma objetiva, na qual os valores identificados são frutos da pesquisa dos especialistas e técnicos das instituições de salvaguarda, e outra relativista, que defende a consulta junto aos atores sociais para a validação de valores atribuídos ao bem. O Estado da Arte da significância segundo os teóricos da conservação brasileiros e anglo-saxões, especialmente estadunidenses, aponta para a abordagem relativista como estratégia a ser adotada para a compreensão dos valores e significados patrimoniais.

A noção de significância ainda não possui uma metodologia oficial para elaboração de sua declaração, porém os teóricos da conservação têm discutido sua operacionalização e, alguns procedimentos metodológicos sugeridos são identificados em métodos propostos, como levantamento e identificação do bem; julgamento e validação de valores junto aos atores sociais relacionados e, a redação do documento da declaração de significância. Todavia, há pouca aplicação de métodos de pesquisa e identificação de valores e da significância, tanto segundo os teóricos brasileiros da conservação, quanto segundo os estadunidenses.

Logo, a significância caminha à um estado de discussão teórica consolidado, no qual os estudos brasileiros e estadunidenses permitem identificar desafios contemporâneos que, se superados, podem auxiliar no amadurecimento da noção, como pensar o envolvimento de outros campos do saber; de se ouvir “mais vozes” dos atores sociais na identificação da significância e; acima de tudo, ser mais adotada como instrumento de conservação.

3. O ESTADO DA ARTE DA SIGNIFICÂNCIA SEGUNDO INSTITUIÇÕES DE SALVAGUARDA ANGLO-SAXÃS E BRASILEIRAS

Este capítulo é dedicado à compreensão teórica e prática da significância para instituições de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras. A pesquisa desenvolvida inicia nas primeiras menções à significância, realizadas por técnicos estadunidenses, antes de a noção ter uma conceituação definida no campo da conservação. Em seguida, analisa a compreensão da significância no sistema do patrimônio mundial; apresenta as contribuições dos guias e manuais operacionais, australianos, canadenses e estadunidenses. Por fim, define duas instituições de salvaguarda como casos de estudo: o United States National Park Service (NPS), a agência federal de preservação do patrimônio dos Estados Unidos; e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o órgão brasileiro. Foram escolhidas as instituições de salvaguarda de acordo com os países que apresentaram notáveis contribuições à teoria da significância, como foi visto no capítulo anterior. Dessa forma, o capítulo intitulado *O Estado da Arte da Significância segundo instituições de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras* apresenta o conceito, seus precedentes históricos, sua relação com as instituições definidas e, introduz sobre o funcionamento do NPS e do IPHAN no tocante à significância.

----- * * * -----

3.1 PRECEDENTES DA NOÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA CULTURAL

Em 1935, o United States National Park Service (NPS), instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense, adotava em sua legislação, o *Ato dos Sítios Históricos*⁴³, no qual está descrito, na Seção 1^a: “Fica declarado que é uma política nacional

⁴³ Do original em inglês: *Historic Sites Act*; 1935. Este Ato foi promulgado pelo Congresso dos Estados Unidos com o objetivo de regularizar e organizar os parques, monumentos e locais históricos do governo federal, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Parques (NPS) e do Secretário de Interior dos Estados Unidos. Segundo NPS, em *Quick History of the National Park Service* (2019), o Ato dos Sítios Históricos institui a criação do Conselho Consultivo do NPS, formado por uma junta de até 12 indivíduos selecionados entre os cidadãos estadunidenses, com o poder de aconselhar o Diretor em assuntos submetidos por ele, no tocante à designação e administração de marcos históricos e naturais estadunidenses;

preservar para uso público, locais históricos, edifícios e objetos de significância nacional, para a inspiração e o benefício do povo dos Estados Unidos”⁴⁴.

Era então, exigência do NPS para inscrição de bens como patrimônio nacional, que estes elementos selecionados fossem dotados de uma qualidade denominada *significância nacional*, ainda não definida, até o momento, como um conceito no campo da conservação.

Em 1938, o historiador recém-graduado na Universidade de Minnesota, Ronald F. Lee, foi contratado como integrante do comitê de avaliação das propriedades históricas do NPS, e responsável por criar políticas e normas para pesquisa, preservação e interpretação de áreas históricas e arqueológicas dos Estados Unidos. Lee se tornou um dos principais nomes da instituição e, foi um dos membros a incentivar uma atenção do NPS à produção de publicações, sendo o próprio responsável por deixar um catálogo contendo em torno de 210 textos, 60 livros e mais de 440 arquivos pessoais sobre conservação, história, arquitetura e temas relacionados. Lee dedicou quase trinta anos de trabalho ao NPS, passando por cargos de assistente de diretor; diretor regional e chefe historiador, até se aposentar em 1966. Contudo, se manteve ativo junto à instituição, como consultor, até 1972, quando veio a falecer.

Uma importante contribuição de Lee foi o texto publicado em 1949, *Preservação e Uso de Monumentos Históricos e Arquitetônicos nos Estados Unidos*⁴⁵, no qual apresentou os procedimentos de pesquisa e classificação adotados na salvaguarda do patrimônio estadunidense e, está definido que: “o principal requisito é a significância histórica”⁴⁶.

Ainda segundo Lee, estes significados históricos dos bens culturais selecionados existem em estruturas ou lugares que:

- a. Forem naturalmente pontos ou bases nos quais a história política, social ou cultural da nação, estado ou região pudesse ser bem exemplificada e a partir dos quais o visitante pudesse alcançar os mais altos padrões da história da nação, do estado ou da região;
- b. Forem significantes devido às suas associações com figuras-chave ou com importantes eventos nos âmbitos nacionais, estaduais ou regionais, ou por causa das suas relações com outros monumentos ou áreas;
- c. Forem exemplos de um alto grau de história e de realizações do homem aborígine na América ou de importância científica excepcional à luz do assunto tratado.⁴⁷

⁴⁴ Do original em inglês: “It is declared that it is a national policy to preserve for public use historic sites, buildings, and objects of national significance for the inspiration and benefit of the people of the United States” (NPS, 1935, p. 02, tradução do autor);

⁴⁵ Do original em inglês: *The Preservation and Use of Historic and architectural monuments in the United States*; foi publicado em 1949, fruto do Encontro de Especialistas em Sítios e Monumentos de Arte e História, realizado em Paris, na sede da Unesco;

⁴⁶ Do original em inglês: “1. The prime requisite is historical significance” (LEE, 1949, p. 05, tradução do autor);

⁴⁷ Do original em inglês: “These qualities exists: a. In such historic structures or sites as are naturally the points or bases in which the broad political, social, or cultural history of the nation, state, or region is best exemplified

Logo, para Lee, até meados do século XX, bens culturais que se adequassem a algum dos critérios definidos pelo NPS, justificando assim a presença de uma qualidade de significância nacional ou histórica, seria inscrito na lista de patrimônio dos Estados Unidos.

Contudo, embora a significância seja mencionada pelo NPS e historiadores de sua equipe, como o Ronald F. Lee, o emprego do vocábulo surge sob cunho “adjetivo”, “qualitativo”, que reconhece um bem como importante para a preservação do patrimônio histórico dos Estados Unidos. **A significância ainda não era pensada como uma noção ou um instrumento de conservação, mas adotada como expressão vocabular que qualificava e justificava um bem como patrimônio nacional, originando assim, o emprego do termo *significância nacional*, frequente nos documentos da época.**

A significância era identificada por profissionais do NPS - majoritariamente historiadores, arqueólogos e arquitetos - a partir dos documentos históricos e, estes eram também os responsáveis por qualificarem se o bem possuía ou não “as qualidades necessárias” para sua inscrição como patrimônio. **Considerando que os especialistas do NPS pautavam as significâncias nas análises de cânones históricos, começa a surgir o emprego do termo *significância histórica* nos dossiês de bens culturais estadunidenses.**

Ambas as expressões, significância nacional e significância histórica, são empregadas nos documentos do NPS como qualidades a serem identificadas nos bens que pretendiam ser reconhecidos como patrimônio dos Estados Unidos. Significância era, praticamente, um sinônimo de importância, para a história ou para o país. Apenas por volta dos anos 1980, com a Carta da Burra, que os museólogos do ICOMOS Austrália passam a adotar o vocábulo significância cultural, relacionada aos valores patrimoniais validados socialmente.

Os primeiros bens a serem reconhecidos como monumentos nacionais estadunidenses, foram os *Parques Nacionais* e sítios arqueológicos, seguidos dos edifícios públicos e militares. Alguns Parques Nacionais foram considerados monumentos antes da existência do próprio NPS, a partir do *Ato das Antiguidades (1906)*⁴⁸. As bases de regulamentação dos monumentos

and from which the visitor can grasp the larger patterns of national state or regional history; b. In such monuments and areas as are significant because of their associations with key figures or important events in national, state or regional limits, or because of their relationship to other monuments or areas; c. In structures or sites exemplifying in a high degree the history and achievements of aboriginal man in America or of outstanding scientific importance for the light that they shed on this subject” (LEE, 1949, p. 06, tradução do autor);

⁴⁸ Do original em inglês: *Antiquities Act*; 1906. Este Ato foi aprovado pelo Congresso estadunidense com o objetivo de atribuir ao Presidente dos Estados Unidos a autoridade para, por proclamação presidencial, instituir monumentos nacionais a partir das terras federais, visando proteger suas características naturais, culturais ou científicas de importância para a nação;

nacionais focavam em investigações científicas e arqueológicas, de antiguidades consideradas históricas ou pré-históricas. Para o NPS, os Parques Nacionais:

representam, em princípio, o melhor que a América tem a oferecer em cenários, relíquias históricas e arqueológicas, e definição cultural. O sistema **[dos parques nacionais]** tenta explicar a história da América, interpretar sua cultura, representar e preservar seus variados ecossistemas [...] Os parques foram chamados *as joias da coroa da América* ou *A melhor ideia que a América já teve*.⁴⁹

Anos mais tarde, com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a preocupação com o legado patrimonial, que já assomava inúmeras nações, se tornou motivador para a criação da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1945⁵⁰, como uma instituição voltada à promoção da “paz e da segurança a partir da colaboração entre as nações por meio da educação, ciência e cultura, com o objetivo de fomentar o respeito universal por justiça, pelo papel das leis e pelos direitos humanos”⁵¹.

Nos primeiros anos de atuação, o foco das ações da Unesco esteve centrado na promoção de debates intelectuais que contribuíram para o entendimento do patrimônio mundial e a consolidação da instituição. A Unesco realizou convenções com os Estados-Parte e elaborou recomendações com o propósito de incentivar a criação de legislações nacionais; o estabelecimento de órgãos de preservação⁵² e das práticas internacionais. Durante seus primeiros vinte anos, a Unesco contribuiu para a disseminação internacional de um pensamento protecionista em torno dos bens culturais das nações e para o desenvolvimento, nos Estados-Parte, de legislações e políticas de salvaguarda patrimonial.

No final da década de 1960, o debate em torno do reconhecimento de um conjunto de valores e significados universais ganhava mais atenção da Unesco e dos seus Estados-Parte.

⁴⁹ Do original em inglês: “*They represent, in principle, the finest America has to offer in scenery, historical and archaeological relics, and cultural definition. The system attempts to explain America’s history, interprets its culture, represent and preserve its varied ecosystems [...] The parks have been justifiably called “the crown jewels” of America and “the best idea America ever had”* (NPS, 2000, p. 01, tradução e grifos do autor);

⁵⁰ A constituição da Unesco entra em vigor em 1946, após ratificação de vinte países, os primeiros Estados-Parte ou Estados-Membro da instituição, e foram eles: Arábia Saudita, África do Sul, Austrália, Brasil, Canadá, China, Dinamarca, Egito, Estados Unidos, França, Grécia, Índia, Líbano, México, Nova Zelândia, Noruega, Turquia, Tchecoslováquia, Reino Unido e República Dominicana;

⁵¹ Do original em inglês: “*The purpose of the Organization is to contribute to peace and security by promoting collaboration among the nations through education, science and culture in order to further universal respect for justice, for the rule of law and for the human rights ...* (UNESCO, 1945, p. 02, tradução do autor);

⁵² Nesse ínterim, a Unesco também criou alguns órgãos consultivos como: o Comitê Internacional de Monumentos, Sítios Artísticos e Históricos e Escavações Arqueológicas, em 1950; o Centro Internacional de Estudos dos Problemas Técnicos da Conservação e da Restauração dos Bens Culturais (Iccrom), em 1956; o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), em 1965.

Em 1968, a Unesco estabelece, como fruto da realização de seus estudos culturais, alguns objetivos futuros da preservação patrimonial, como:

1. Facilitar a coleta, a nível local, de elementos de informação e sugestões para contribuir no desenvolvimento da segunda parte do estudo internacional sobre as principais tendências de pesquisa nas ciências sociais e humanas;
2. Assistir à apresentação dos valores tradicionais e presentes das suas culturas com vistas a facilitar a compreensão destes, nos níveis nacional e internacional;
- 3. Aprofundar o conhecimento das culturas com vistas a salientar a significância de cada uma delas e desenvolver uma apreciação dos valores das culturas estrangeiras com objetivo de fomentar uma melhor compreensão internacional (UNESCO, 1968, apud. LORETTO, 2016, p. 113, tradução da autora);**

Dentre os novos objetivos da instituição, é apontada a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre os valores e a significância do bem patrimonial, no ponto número 3. Logo, a Unesco, como instituição internacional de salvaguarda do patrimônio, passa a atentar a questão dos valores e da significância de um bem cultural, no final da década de 1960, porém já demonstrando uma compreensão de significância além da ideia de uma “qualidade” ou “adjetivo” alavancada pelo NPS na primeira metade do século XX.

A busca pela consolidação dos valores e da significância dos bens naturais e culturais se fez presente em instituições de salvaguarda como a Unesco e o NPS, antes da publicação da primeira versão da Carta de Burra, no início da Década de 1980. Em outras palavras, ainda que a significância não tivesse sido explorada como uma noção do campo da conservação, sua compreensão era objeto de reflexão e debates entre os técnicos das instituições de salvaguarda do patrimônio.

3.2 A UNESCO E O VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL

Na Conferência Geral da Unesco realizada em Paris (1972), foi estabelecida a *Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*⁵³, na qual, a instituição estabelece algumas estratégias de preservação junto aos Estados-Parte. A Unesco compreende como Patrimônio Cultural os conjuntos, monumentos e locais de interesse “com valor universal

⁵³ Do original em inglês: *Convention Concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage*; 1972. A Convenção é um compromisso internacional criado na 17ª Conferência Geral da Unesco, e é um importante marco regulatório para a proteção do patrimônio cultural e natural do mundo;

excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”⁵⁴; e entende por Patrimônio Natural os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas, os locais de interesse naturais “com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação e da beleza natural”⁵⁵.

Além de definir os tipos de patrimônio reconhecidos pela instituição, a Convenção estabeleceu a necessidade de criação de um Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. O Comitê do Patrimônio Mundial, como ficou conhecido, contaria com voto dos órgãos consultivos da Unesco (IUCN, ICOMOS, Centro de Roma) e seria composto por membros dos quarenta Estados-Parte da Unesco, naquele momento. Com base em inventários produzidos e submetidos pelos Estados-Parte, o Comitê “deverá estabelecer, atualizar e difundir, sob o nome de ‘Lista do Patrimônio Mundial’ (WHL)⁵⁶, uma lista dos bens do patrimônio cultural e do patrimônio natural, que considere como tendo um valor universal excepcional”⁵⁷.

A convenção também estabelece a importância da prestação de assistência internacional aos bens listados como Patrimônio Mundial; determina a criação do Fundo para proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; aponta a necessidade de processos educativos na proteção dos bens; atribui aos Estados-Parte a responsabilidade da salvaguarda de seus patrimônios, entre outras estratégias e instruções para a proteção do patrimônio cultural e natural mundiais.

Todavia, segundo a pesquisa de Lins (2016) já mencionada no capítulo anterior, a Convenção “não apresentou definições, tampouco critérios para a atribuição do Valor Universal Excepcional – OUV, abordando esta categoria de valor de modo superficial e abrangente” (LINS, 2016, p. 90).

O conceito de *Valor Universal Excepcional*⁵⁸ (O.U.V.), mencionado na definição dos bens culturais e naturais que são elegíveis a condição de patrimônio mundial, foi definido pela

⁵⁴ Do original em inglês: “*the following shall be considered as ‘cultural heritage’ [...] which are of outstanding universal value from the point of view of history, art or Science*” (UNESCO, 1972, Art. 1º, p. 02, tradução do autor);

⁵⁵ Do original em inglês: “*the following shall be considered as ‘natural heritage’ [...] which are of outstanding universal value from the aesthetic or scientific point of view [...] conservation or natural beauty*” (UNESCO, 1972, Art. 2º, p. 02, tradução do autor);

⁵⁶ Do original em inglês: *World Heritage List*;

⁵⁷ Do original em inglês: “*the Committee shall establish, keep up to date and publish, under the title of ‘World Heritage List’, a list of properties forming part of the cultural heritage and natural heritage [...] which it considers as having outstanding universal value*” (UNESCO, 1972, Art.8º, §2º, p. 05, tradução do autor);

⁵⁸ Do original em inglês: *Outstanding Universal Value – O.U.V.*;

Unesco, no *Guia Operacional para implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*⁵⁹, publicado em 1977, e revisado periodicamente. Em sua versão mais recente, está definido: “Valor Universal Excepcional quer dizer significância cultural e/ou natural, que é tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e, é de comum importância para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade”⁶⁰. Em outras palavras, o Valor Universal Excepcional, para a Unesco, é o que deve ser reconhecido e justificado para a inscrição de um bem na Lista do Patrimônio Mundial.

Embora muito parecidos em suas definições, a significância e o O.U.V. não são o mesmo conceito. Cabe apontar que o Valor Universal Excepcional é reconhecido e identificado por especialistas da conservação e se justifica através da validação de pelo menos um dos dez critérios adotados pela Unesco para inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial:

- I] Representar uma obra prima do gênio criativo humano, ou;
- II] Apresentar um importante intercâmbio de valores humanos durante um período de tempo ou em uma área cultural do mundo, nos desenvolvimentos na arquitetura, artes monumentais ou urbanismo e desenho da paisagem, ou;
- III] Dar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou desaparecida, ou;
- IV] Ser um excelente exemplo de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre estágios[s] significativo[s] da história humana, ou;
- V] Ser um exemplo excepcional de assentamento humano ou uso da terra representativo de cultura[s], especialmente quando ele se tornou vulnerável ao impacto de mudanças irreversíveis, ou;
- VI] Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, e a obras literárias de significância excepcional universal, ou;
- VII] Ser exemplos excepcionais representando grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro da vida, significativos processos geológicos em curso no desenvolvimento de relevos ou de características geomórficas ou fisiográficas significativas;
- VIII] Ser exemplos excepcionais representando “a interação humana com o ambiente” ou significativos processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de água doce, de ecossistemas costeiros e marinhos e de comunidades de plantas e animais, ou;
- IX] Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética, ou;
- X] Conter os mais importantes e significativos habitats para a conservação da diversidade biológica *in situ*, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor do ponto de vista da ciência ou da conservação;⁶¹

Esses critérios foram definidos, como aponta a pesquisa realizada por Loretto (2016), já mencionada anteriormente, como fruto da junção dos seis primeiros critérios, utilizados para a

⁵⁹ Do original em inglês: *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*; teve sua primeira versão publicada em 1977 porém, é revisado periodicamente como reflexo das decisões tomadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial;

⁶⁰ Do original em inglês: “*Outstanding Universal Value means cultural and/or natural significance which is so exceptional as to transcend national boundaries and to be of common importance for presente and future generations of all humanity*” (UNESCO, 2019, Art.49º, p.19, tradução do autor);

⁶¹ Critérios da Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1998; apud. LORETO, 2016, p. 216, tradução da autora). Original em inglês: *Anexo 01 – Critérios da Lista do Patrimônio Mundial*; p. 141;

identificação do patrimônio cultural, e dos quatro últimos, para reconhecer o patrimônio natural. **Isso quer dizer que os critérios se relacionam à tipos patrimoniais específicos e, a identificação de pelo menos um critério, valida o OUV do bem cultural ou natural como Patrimônio Mundial. O OUV representa, então, o reconhecimento por um comitê de especialistas, do conjunto de valores atribuídos ao bem pelo Estado-Parte.**

Sobre tais critérios, a pesquisa de Lins (2016) levanta o seguinte apontamento:

No entanto, o que se percebe é que os critérios não expressam literalmente os possíveis valores que podem conformar o Valor Universal Excepcional de um determinado bem. Entretanto, exprimem que as propriedades devem se enquadrar nas características excepcionais (destaque) no tocante à notabilidade, à singularidade, à antiguidade, à raridade, ou à representatividade, para serem reconhecidas como patrimônio mundial. (LINS, 2016, p. 98)

Logo, os critérios estão relacionados à determinados tipos de bens e características, sendo necessária a identificação de um ou mais critérios, além dos outros requisitos estabelecidos pela UNESCO, para fins de reconhecimento do valor universal excepcional de um bem Patrimônio Mundial, que representa, assim, um conjunto de valores patrimoniais.

A significância é também um conjunto de valores atribuídos ao patrimônio, porém este processo pode ser realizado a partir de uma abordagem relativista, que conta com a consulta aos atores sociais relacionados com à salvaguarda do bem, o que envolve grupos além dos especialistas, conforme apresentado no capítulo anterior.

A análise da significância precisa, então, ser realizada antes da inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial e do reconhecimento de seu OUV, portanto, as noções não são sinônimas, mas complementares. Dessa forma, a definição que consta nas versões do Guia Operacional da Unesco desde 1977 até 2019 contribui para um entendimento equivocado sobre ambos os conceitos, pois define o OUV como sendo significância. **Ainda que ambos sejam representações de um conjunto de valores, não são necessariamente os mesmos tipos de valores, tampouco são identificados da mesma forma; estando o OUV mais próximo de uma abordagem objetiva e centralizadora dos valores no reconhecimento dos especialistas, enquanto a significância pode assumir uma abordagem relativista. A significância e o OUV deveriam, então, ser enxergados como noções complementares na salvaguarda de um bem Patrimônio Mundial.**

Ainda sobre os critérios da Unesco, Lins disserta: “compreende-se, desta forma, que os bens são universais não porque foram valorados pelos diversos Estados-parte, mas porque estão inseridos em temas universais reconhecidos e identificados pelos consultores dos órgãos

vinculados a UNESCO” (LINS, 2016, p. 104). Ou seja, se o O.U.V. busca relacionar o bem patrimonial à um critério específico definido por meio de uma abordagem objetiva dos valores, e a significância reúne uma pluralidade de valores e significados atribuídos por atores sociais diversos, certamente não configuram noções tão similares assim.

Ao longo dos anos, a Unesco tem buscado se manter em atualização com a teoria da conservação, ao adotar princípios e noções que têm sido debatidos no âmbito teórico, especialmente no tocante à significância e ao OUV. Todavia, vale salientar que o Valor Universal Excepcional é um instrumento de salvaguarda distinto da significância, adotado exclusivamente pela instituição e no sistema do Patrimônio Mundial, avaliando bens que se tiverem estudos de significância, foram realizados anteriormente e pela instituição federal de salvaguarda do Estado-Parte. A Unesco sustenta uma definição de OUV nas revisões do *Guia Operacional* que contribui para a perpetuação de problemas de interpretação de ambos os conceitos no campo da conservação.

3.3 OS GUIAS OPERACIONAIS DAS INSTITUIÇÕES AUSTRALIANAS E CANADENSES

No final da década de 1990 e início do novo milênio, especialistas de países anglo-saxões aprofundaram os estudos sobre a noção de significância, como é o caso da Austrália, do Canadá, do Reino Unido e dos Estados Unidos. Tanto os teóricos e pesquisadores acadêmicos têm investigado o conceito de significância e suas interfaces no campo da conservação, quanto os técnicos das instituições de salvaguarda têm discutido implementá-la para que sejam aperfeiçoados seus procedimentos metodológicos. Tais esforços foram realizados através da promoção de pesquisas apresentadas em congressos e eventos científicos, assim como na elaboração de manuais e guias operacionais sobre significância.

A Austrália, país sede da convenção que firmou a Carta de Burra, chegava à sua quarta edição, em 1999, e o conceito de significância ganhou uma expansão na sua definição, enfatizando o caráter cambiável dos valores atribuídos ao patrimônio, de acordo com os sujeitos e a mudança de gerações, como foi visto anteriormente.

Também a partir desta edição, foi sugerido pelo ICOMOS Austrália, que o processo de elaboração dos planos de gestão da conservação deveria seguir três etapas e, a primeira delas, seria a *compreensão da significância*, precedendo os momentos de desenvolvimento e aplicação das políticas definidas, conforme Figura 3:

Figura 3 - Etapas para o planejamento e gestão de sítios e sua significância cultural.



Fonte: Carta de Burra, 2013, p. 12.

O processo de compreensão da significância é dividido pelo ICOMOS Austrália, em dois momentos distintos: o primeiro, a identificação do sítio e as suas associações, sua história, usos, ou seja, a coleta de informações necessárias para entender o bem em questão por meio de pesquisa documental, física e oral. Em seguida, a avaliação da significância a partir da identificação dos valores atribuídos e, a redação da Declaração de Significância. Na Figura 3, o ICOMOS Austrália também enfatiza que o envolvimento de atores sociais relacionados à salvaguarda do bem deve ocorrer ao longo do processo.

A Carta de Burra recomenda a compreensão da significância como primeiro passo a ser realizado antes de qualquer intervenção no bem patrimonial e, que os valores e significados validados socialmente devem servir de base para a elaboração das políticas de gestão a serem aplicadas.

Pouco depois da 4ª edição da Carta de Burra, o Heritage Collections Council (HCC) Austrália, criado em 1996, como uma articulação entre governos da Commonwealth, Estado e Território, e o setor de museus; publica um manual sobre significância, em 2001. Esse manual foi posteriormente revisado sob as orientações de Roslyn Russel, e teve sua nova versão publicada em 2009 como *Significância 2.0: um guia para avaliar a significância das coleções*⁶². Segundo os museólogos australianos:

‘Significância’ refere-se aos valores e significados que os itens e as coleções possuem para pessoas e comunidades. A significância ajuda a desbloquear o potencial das coleções, criando oportunidades para que as comunidades acessem e desfrutem das coleções; compreendam a história, as culturas e os ambientes da Austrália⁶³

Logo, para o HCC, os valores e significados socialmente atribuídos não apenas constroem a significância, como também permitem evidenciar o contato entre os sujeitos e objetos no reconhecimento do patrimônio.

No manual do HCC, também são sugeridos passos metodológicos para a elaboração da Declaração de Significância. O processo estruturado pela instituição australiana adota etapas muito similares às propostas na Carta de Burra, porém de modo mais fragmentado, conforme Figura 4 a seguir.

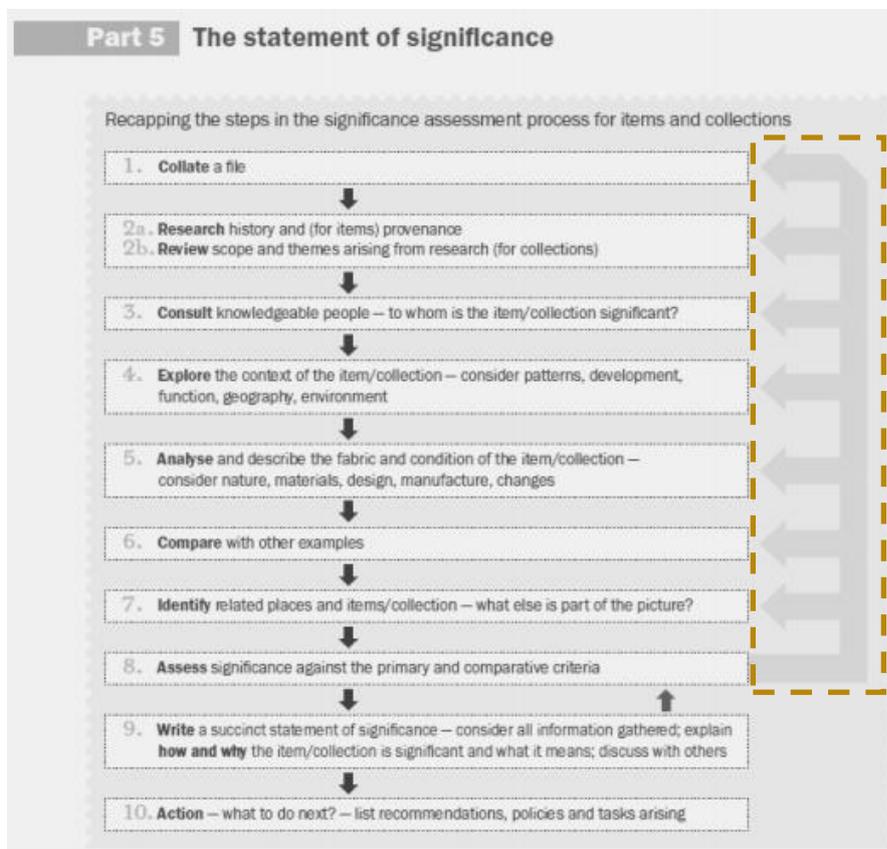
As duas primeiras etapas consistem, em suma, na realização do levantamento bibliográfico a respeito do item ou coleção. De posse dos dados coletados, na terceira etapa, é o momento sugerido para consulta aos atores sociais relacionados ao bem. Em seguida, nas etapas 4 e 5, é recomendada a análise e descrição de aspectos materiais, naturais, mudanças e permanências identificadas no bem. As etapas 6, 7 e 8, estão direcionadas à pesquisa sobre outras declarações de significância como exemplos; na identificação de itens relacionados ao

⁶² Do original em inglês: *Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collections*; 2009. As Coleções para os australianos do HCC, normalmente representam bens móveis e variados como pinturas, fotografias, quadros, papiros. No manual, está definido: “Coleções australianas são a memória banco da nação e uma chave para o seu futuro. Elas incorporam as pessoas, história, culturas, ciência e ambiente da Austrália, e mostram a criatividade dos australianos em todas as dimensões” (RUSSEL, 2009, p.02, tradução do autor);

⁶³ Do original em inglês: “*Significance refers to the values and meanings that items and collections have for people and communities. Significance helps unlock the potential of collections, creating opportunities for communities to access and enjoy collections, and to understand the history, cultures and environments of Australia*” (RUSSEL, 2009, p. 11, tradução do autor);

bem e, finalmente, apresentação dos valores e significados para redigir o documento da Declaração de Significância.

Figura 4 - Processo de Elaboração da Declaração de Significância.



Fonte: HCC, 2009, p. 38.

Na etapa 9, escrever a Declaração, é recomendado que seja um texto sucinto e considere todas as informações reunidas até aqui (valores validados socialmente, dados históricos, análises dos aspectos materiais). Antes de redigir o documento, o HCC indica que há possibilidade de retorno às etapas anteriores, caso haja necessidade. Finalmente, de posse da DS, podem ser listadas recomendações, políticas e ações estratégicas de intervenções no bem patrimonial, considerando os valores e significados do documento.

Assim como a Carta de Burra, a proposta metodológica do HCC aponta passos importantes para a elaboração da Declaração de Significância, por exemplo, a sugestão de retorno às etapas anteriores, reflexão também pontuada por teóricos da conservação brasileiros, como foi visto no capítulo anterior.

O HCC conclui o Guia *Significance 2.0* apresentando alguns modelos de DS elaboradas para os itens e coleções australianas, como é o caso do *Memorial Aborígine da Galeria Nacional da Austrália*:

O Memorial Aborígine é uma instalação de 200 caixões ocós pintados em 1987–88 por artistas do centro de Arnhem Land, no Território do Norte, para marcar a sobrevivência da cultura indígena após dois séculos de colonização europeia na Austrália. Reconhece os milhares de povos indígenas que morreram defendendo suas terras em face de assentamentos e para quem não foram realizados enterros adequados; e celebra a sobrevivência das culturas indígenas nos tempos contemporâneos.

O Memorial Aborígine ocupa uma posição de destaque na Galeria Nacional de Austrália e, portanto, está situado dentro do Triângulo Parlamentar de Canberra como foi planejado por seus fabricantes em reconhecimento à sua natureza política e à sua significância nacional.

A forma do Memorial também é simbólica. Os troncos ocós pintados são de um tipo usado em Arnhem Land em cerimônias de enterro ósseo que significam a transição do alma do falecido deste mundo para o outro. Como tal, o Memorial pressagia uma mudança na sociedade australianas em geral, de um passado intolerante e racista para um igualitário e futuro justo.

O Memorial foi originalmente exibido como parte da Bienal de Sydney em 1988 antes sendo apresentado na Galeria Nacional em setembro daquele ano. Em 1999 foi viajou internacionalmente como a peça central da representação da arte deste país de seus povos indígenas antes dos Jogos Olímpicos de Sydney, quando foi mostrado no Museu Olímpico de Lausanne. Também foi exibido no Museu Sprengel em Hannover e no Museu Hermitage do Estado, São Petersburgo, em 1999-2000.

Os quarenta e três artistas que criaram o Memorial incluem alguns dos principais praticantes de arte indígena na Austrália: Jimmy Wululu, David Malangi, John Mawurndjul, Paddy Fordham Wainburranga, Elizabeth Djutarra, George Milpururru, Djardie Ashley, Paddy Dhathangu e Philip Gudthaykudthay. A forma da instalação imita um mapa do país; segue o estuário do rio Glyde, no centro-norte Arnhem Land e os caixões de madeira estão agrupados em ambos os lados do corredor central ou rio de acordo com a localização de cada clã.⁶⁴

Tal modelo de DS é adotado em todos os casos referenciais no Manual do HCC, contudo, é possível observar que mais se aproximam de textos introdutórios sobre o bem patrimonial, não focando nos valores e significados como sugere a metodologia. Tampouco são apontados os atores sociais relacionados ao bem e se houve ou não processo de consulta aos mesmos, assumindo uma compreensão objetiva da significância, construída pelos especialistas.

Dessa forma, ainda que o discurso do HCC contemple um entendimento de significância semelhante às discussões da Teoria da Conservação, na prática sua abordagem é centrada nos atores sociais especialistas, e os modelos de DS não se aprofundam nos passos metodológicos sugeridos para a sua elaboração.

⁶⁴ (HCC, 2009, p.52, tradução do autor). Declaração de Significância do Memorial Aborígine da Galeria Nacional da Austrália, **original em inglês disponível no Anexo 02; p. 143;**

Outra proposta metodológica é encontrada em manuais e guias operacionais idealizados por instituições de salvaguarda canadenses. Em 2006, a Historic Places Initiative (HPI), uma colaboração federal, provincial e territorial destinada à conservação no Canadá, criou o *Registro Canadense de Preservação Histórica*⁶⁵ (CRHP), publicado com o subtítulo *Escrevendo Declarações de Significância*. No guia operacional do HPI, os pesquisadores canadenses assumem a definição de significância publicada pelas edições da Carta de Burra, por reconhecê-la como “uma declaração de princípios internacionalmente aceita, que fornece orientação para a conservação e gestão de locais de significância cultural”⁶⁶.

Para o HPI (2006), a Declaração de Significância “é uma declaração dos valores que explicam brevemente o que é o sítio histórico e por que é significativo. A DS identifica os principais aspectos do local que devem ser protegidos para que o sítio histórico continue sendo significativo”⁶⁷. Segundo a instituição canadense, a DS deve ser composta por três seções fundamentais: (i) uma breve descrição do sítio ou monumento histórico avaliado; (ii) a identificação dos principais valores patrimoniais atribuídos ao sítio ou monumento histórico; (iii) uma lista de seus principais elementos e características. Estrutura também muito similar às australianas mencionadas anteriormente. Todavia, diferente do HCC, que criou subetapas no processo de elaboração da DS, o HPI mantém as 3 etapas mencionadas anteriormente como partes estruturadoras do documento.

No *CRHP* (2006), o HPI apresenta alguns modelos de Declarações de Significância, nos quais cada etapa definida pelo HPI equivale à uma seção descritiva da DS, como é o caso do *Sítio Histórico Nacional Distrito de Intercâmbios Canadense*, conforme Anexo 03, p. 145.

Entretanto, como é possível observar, os modelos de DS apresentados como casos referenciais do HPI, assim como no exemplo australiano do HCC, contemplam textos descritivos do bem, sem enunciar os valores patrimoniais. Tampouco são introduzidos os atores sociais relacionados ao sítio, se houve ou não consulta aos mesmos, assumindo assim uma compreensão objetiva da significância, centrada na leitura dos técnicos institucionais.

⁶⁵ Do original em inglês: *Canadian Register of Historic Preservation: Writing Statements of Significance*; 2006. Nesse volume, vinte bens culturais do patrimônio nacional canadense têm suas declarações de significância reunidas.

⁶⁶ Do original em inglês: “*The Burra Charter is an internationally accepted statement of principles that provides guidance for the conservation and management of places of cultural significance*” (CRHP, 2006, p. 11, tradução do autor);

⁶⁷ Do original em inglês: “*A Statement of Significance (SOS) is a declaration of value that briefly explains what a historic place is and why it is important. The SOS identifies key aspects of the place that must be protected in order for the historic place to continue to be important*”. (CRHP, 2006, p. 04, tradução do autor);

Em algumas províncias canadenses há registros de declarações de significância produzidas com base nos princípios metodológicos do HPI, como é o caso de Manitoba, que em 2004 sediou workshops sobre patrimônio, nos quais a significância foi debatida e exemplos de declarações de significância contidas no CRHP foram apresentadas. Na região da Colúmbia Britânica, em 2014, através do Heritage BC⁶⁸, foi realizado um workshop coordenado pela historiadora Karen Dearlove, intitulado *Escrevendo Declarações de Significância e Registros de Patrimônio da Comunidade*⁶⁹, onde os princípios metodológicos propostos pelo HPI (incorporados da Carta de Burra) são debatidos e apropriados pelo Heritage BC.

Dessa forma, ainda que as instituições de salvaguarda canadense adotem a significância em seu discurso e investiguem sobre sua operacionalização, na prática sua abordagem ainda se mostra centrada nos atores sociais especialistas e os modelos de DS não se aprofundam em enaltecer os valores patrimoniais, tal qual o caso australiano.

Logo, nas últimas décadas, tanto as instituições de salvaguarda australianas, quanto as canadenses, têm incorporado a significância no debate da conservação patrimonial, e sido responsáveis por tentar aplicá-la como instrumento, ou debater sobre sua operacionalização. Porém, os modelos de Declaração de Significância apresentados nos guias e manuais não permitem identificar pontos importantes para a noção como: se houve ou não envolvimento de diversos atores sociais; como foi realizada a consulta e, quais os valores socialmente atribuídos. As DS tornam-se, então, textos descritivos dos bens patrimoniais, frutos de uma abordagem objetiva centrada nos técnicos e especialistas das instituições.

Sendo assim, entre as principais contribuições das instituições de salvaguarda australianas e canadenses para a significância, estão as tentativas de operacionalização da noção e aplicação prática como instrumento de conservação, difundindo a significância e colaborando para o seu desenvolvimento. Todavia, mesmo que sob um discurso convergente com os teóricos da conservação, de promover a consulta à atores sociais diversos, isso não se configura na prática pois, a partir dos modelos de DS dos guias e manuais apresentados, não é possível extrair tais informações, essenciais à compreensão da significância.

⁶⁸ O Heritage BC é uma instituição de caridade, sem fins lucrativos, que promove educação; treinamento e desenvolvimento de habilidades e a capacitação patrimonial, é composta por: "...apaixonados por estabelecerem vínculos entre a conservação do patrimônio e turismo, sustentabilidade econômica e ambiental, orgulho da comunidade e uma apreciação da nossa história comum" (HERITAGE BC, 2014)

⁶⁹ Do original em inglês: *Writing Statements of Significance and Community Heritage Registers*;

3.4 CONTRIBUIÇÕES ESTADUNIDENSES À SIGNIFICÂNCIA

Dentre os países anglo-saxões selecionados, os Estados Unidos foi o responsável por deixar as principais contribuições à significância, tanto no âmbito teórico, como foi visto no capítulo anterior, quanto na esfera prática.

Em 1997, o National Park Service publicou no Boletim do Registro Nacional, o guia intitulado *Como preencher o formulário de cadastro no Registro Nacional*⁷⁰, coordenado pela arquiteta e historiadora Linda McClland, no qual a significância ganhava uma seção inteira para discussão do processo de elaboração da sua declaração. No guia, está definido:

Significância pode ser encontrada em quatro aspectos da história americana reconhecidos pelos Critérios para o Registro Nacional: (i) associação com eventos históricos; (ii) associação com pessoas importantes; (iii) design distintivo ou características físicas; (iv) potencial para fornecer informações importantes sobre história ou pré-história⁷¹

Em outras palavras, o guia estadunidense relaciona a significância aos quatro critérios estabelecidos para o Registro Nacional e o seu reconhecimento como patrimônio dos Estados Unidos. A proposta do guia organizado por McClland busca auxiliar na conservação do patrimônio, apontando a significância como um importante instrumento de salvaguarda, que deveria justificar algum dos critérios listados. Contudo, a definição de significância presente no guia dos Estados Unidos, respalda a noção nesses critérios que refletem associações entre o bem e “pessoas importantes; eventos históricos;” e outros.

No tocante à elaboração da Declaração de Significância, a proposta do NPS, no Boletim do Registro Nacional, consistia no preenchimento de uma ficha pré-definida, conforme Figura 5 abaixo (Anexo 04, p. 149, versão ampliada). A ficha é subdividida em duas partes: um primeiro momento (1) destinado à indicação do critério no qual está enquadrado o bem que pretende ser reconhecido como patrimônio estadunidense. Seguida de informações a serem preenchidas pelos técnicos do NPS, como o proprietário do bem, do projeto e projetista, e espaços para pequenas descrições discursivas sobre marcos importantes da significância, seu recorte temporal avaliado e afiliações culturais relevantes.

⁷⁰ Do original em inglês: *How to complete the National Register Registration Form*;

⁷¹ Do original em inglês: “*Significance may be found in four aspects of American history recognized by the National Register Criteria: Association with historic events or activities; association with important persons; distinctive design of physical characteristics, or potential to provide important information about prehistory or history*” (MCCLELAND, 1997, p. 01, tradução do autor).

A postura do NPS receberia uma contrapartida dos pesquisadores estadunidenses, que teve início entre 1998 e 2005, através do Getty Conservation Institute (GCI). Instituição que fomentou a pesquisa intitulada *Pesquisa sobre os Valores do Patrimônio*⁷², na qual participaram diversos acadêmicos como Érica Avrami, (Columbia University); Marta de La Torre (Florida International University) e Randall Mason (University of Pennsylvania). Foi produzido um acervo publicado de 7 projetos de pesquisa e mais de 10 artigos, centrados na temática da relação dos valores patrimoniais, face a questões sociais, culturais, econômicas e, contendo estudos de caso realizados em parceria com instituições de salvaguarda do patrimônio canadense, australiano, britânico e estadunidense.

A pesquisa desenvolvida no GCI focou nos valores patrimoniais, e os pesquisadores se afastaram da compreensão do NPS da significância como justificada por critérios do Registro Nacional, se aprofundando no entendimento dos valores e da significância.

Figura 6 - The Getty Center, projeto do arquiteto estadunidense Richard Meier, fotografado um dia antes da inauguração.



Fonte: Los Angeles Times, 1997.

Em 2002, durante a pesquisa sobre os valores realizada pelo GCI, a instituição publica o volume *Avaliação dos valores do Patrimônio Cultural*⁷³, no qual apresenta uma coletânea de

⁷² Do original em inglês: *Research on the Values of Heritage*; (1998-2005). Todo material produzido durante a pesquisa, está disponível no acervo digital do GCI;

⁷³ Do original em inglês: *Assessing the values of cultural heritage*;

textos que se aprofundam na teoria dos valores. No texto dos pesquisadores do GCI, *Avaliando Valores no Planejamento e Conservação: Questões Metodológicas e Escolhas*⁷⁴, está definido:

Uma segunda visão importante sobre valores patrimoniais é que eles são contingentes, não dados de forma objetiva. Os valores do patrimônio não são simplesmente “encontrados”, corrigidos e imutáveis; como tradicionalmente teorizou o campo da conservação (isto é, a noção de valores intrínsecos ao patrimônio). Os valores são produzidos a partir da interação de um artefato e seus contextos; eles não emanam do artefato em si⁷⁵

Logo, o GCI assume um discurso que compreende os valores como frutos da atribuição social. Os pesquisadores categorizam uma tipologia de valores extraídos do levantamento realizado junto aos principais estudiosos anglo-saxões da Axiologia, como Alois Riegl (1903); Carta de Burra (1998); Bruno Frey (1997); William Lipe (1984) e no *Documento de Discussão sobre o Patrimônio Inglês* (1997)⁷⁶. A proposta do GCI (2002) adota uma tipologia de valores, entendidos como cambiáveis de acordo com o tempo e o contexto no qual o bem está inserido, subdividida em duas categorias: Socioculturais (histórico, cultural, simbólico, religioso, social, espiritual, estético) e os econômicos (uso, não uso, existência, opção e herança).

A respeito da significância e do processo de elaboração de sua declaração pelo NPS, os pesquisadores do GCI apontam:

Gerar uma Declaração de Significância é prática padrão no planejamento e conservação dos Estados Unidos, por exemplo. A equipe de profissionais analisa todos os diversos valores e avaliações, e extrai destes as dimensões da significância, articulando os significados em termos compreensíveis a todos os atores sociais interessados⁷⁷

A partir desta assertiva, dois pontos devem ser elucidados a respeito da significância: primeiro, a sua presença no discurso das instituições estadunidenses, e segundo, como é aplicada.

⁷⁴ Do original em inglês: *Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*;

⁷⁵ Do original em inglês: “A second important insight about heritage values is that they are contingent, not objectively given. The values of heritage are not simply ‘found’ and fixed and unchanging, as was traditionally theorized in the conservation field (the notion of heritage values being intrinsic). Values are produced out of the interaction of an artifact and its contexts; they don’t emanate from the artifact itself” (GCI, 2002, p. 08, tradução do autor);

⁷⁶ Do original em inglês: *English Heritage Discussion Document*, 1997. Um guia de princípios e políticas de conservação publicados pelo serviço de assessoria especializada do governo para o ambiente histórico da Inglaterra, o Historic England. No documento, são discutidos princípios da conservação; os valores patrimoniais; a avaliação dos valores na construção da significância e as políticas que regem o Historic England;

⁷⁷ Do original em inglês: “Generating a statement of significance is standard practice in conservation planning in, for instance, the United States. The professional team looks at all the varied values and assessments, culls and winnows from these the dimensions of significance and meaning, and articulates significance in terms that will be understandable to all stakeholders (and indeed they should be understandable to the General Public, to decision makers, investors, and so on)” (GCI, 2002, p. 24, tradução do autor);

No tocante ao discurso, o GCI e o NPS apresentam definições e justificativas centradas na leitura da significância que enxerga seus valores patrimoniais como socialmente atribuídos. Além disso, como denotou o GCI, a significância tem sido adotada pelas instituições de salvaguarda estadunidenses, o que configuram aspectos positivos da contribuição estadunidense à noção.

Entretanto, referente à sua aplicação, os procedimentos metodológicos não abrangem uma diversidade de atores sociais, tampouco a consulta aos mesmos com o propósito de validação dos valores patrimoniais. São reconhecidos assim, os valores identificados por especialistas da conservação, que configuram um grupo específico de atores sociais, assumindo então, uma postura objetiva e contrária ao próprio discurso.

Assim como a Austrália e o Canadá, os Estados Unidos adotaram uma proposta metodológica para elaboração da Declaração de Significância, porém distinta dos demais modelos, o que levou os pesquisadores estadunidenses a se aprofundarem em uma resposta teórica do campo da conservação.

No contexto das instituições de salvaguarda anglo-saxãs analisadas, a significância é adotada como parte dos argumentos teóricos utilizados para justificar a preservação de bens patrimoniais. Todavia, os especialistas apontam que a prática possui problemas de compreensão e aplicação da noção de significância.

Dessa forma, foram selecionadas duas instituições de salvaguarda para serem estudadas, definidas casos referenciais, sobre como a noção de significância tem sido compreendida e adotada por estas instituições, na prática de conservação. Foram elas: o United States National Park Service (NPS), a agência federal de preservação do patrimônio dos Estados Unidos; e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o órgão de salvaguarda do patrimônio brasileiro.

3.5 OS CASOS REFERENCIAIS: O NPS E O IPHAN

As instituições de salvaguarda selecionadas como casos referenciais desta pesquisa foram escolhidas de acordo com os países que apresentaram notáveis contribuições à significância, conforme visto no capítulo anterior. Nas últimas quatro décadas, os Estados Unidos e o Brasil contribuíram bastante para a continuidade do debate em torno da

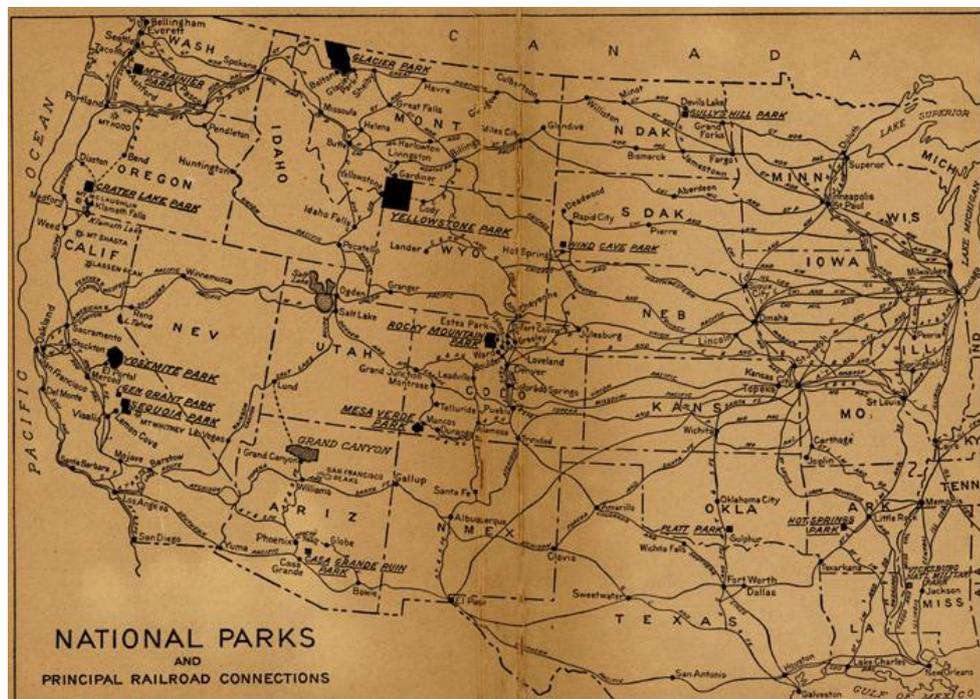
significância, sua compreensão teórica e aplicação prática levando, portanto, às escolhas do NPS e do IPHAN.

3.5.1 O NPS

Embora os primeiros esforços de preservação histórica estadunidense sejam datados de meados do século XIX, a necessidade de criação de um serviço de proteção do patrimônio nacional se tornou mais latente, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), culminando assim, no nascimento do NPS, em 1916. Criado pelo Departamento de Interiores⁷⁸ dos Estados Unidos, assumindo a responsabilidade de salvaguarda de todos os monumentos nacionais já estabelecidos e, dos que, a partir de então, também fossem considerados patrimônio.

Os Estados Unidos já haviam estabelecido alguns Parques Nacionais como monumentos históricos por proclamação presidencial ou legislação aprovada pelo congresso estadunidense.

Figura 7 - Rotas de conexão entre os monumentos estadunidenses, no momento da instituição do NPS, 1916.



Fonte: National Parks Portfolio, NPS Centennial, 2016.

⁷⁸ Do original em inglês: *US National Department of the interior*. É o departamento federal dos Estados Unidos responsável pela administração e conservação de terras pertencentes ao governo federal. É administrado por um Secretário do Interior. Tanto o cargo, quanto o departamento foram instituídos em 1849, pelo presidente Zachary Taylor;

Pelo Ato de março de 1872⁷⁹, o congresso estabeleceu o *Parque Nacional de Yellowstone*, localizado entre os territórios de Montana e Wyoming, como um parque público que estaria sob a administração exclusiva do Departamento de Interiores, com o objetivo de preservação dessas terras. Além de Yellowstone, outros parques foram também identificados, como é o caso do: Glacier Park; Rock Mountain Park; Mesa Verde Park; Yosemite Park; Sequoia Park; Grand Canyon, e mais, conforme Figura 7, vista anteriormente.

Segundo o NPS (2018), “a fundação do Parque Nacional de Yellowstone iniciou um movimento mundial de parques nacionais. Hoje, mais de 100 nações contém cerca de 1200 parques nacionais ou reservas equivalentes”⁸⁰.

Até a criação do NPS, além do Departamento de Interiores, eram também atribuídas responsabilidades administrativas de salvaguarda ao Departamento de Guerras ou ao Serviço Florestal, do Departamento de Agricultura⁸¹. Contudo, essa gestão partilhada dificultava a implantação de um sistema único de gerenciamento para os variados parques federais, o que motivou a criação de uma instituição responsável pela proteção dos parques nacionais e outros locais considerados monumentos estadunidenses. No primeiro mandato do presidente Woodrow Wilson (1913-1917); é assinado o *Ato de criação do NPS (Ato Orgânico)*⁸² e são registrados 35 parques, sítios arqueológicos e monumentos arquitetônicos nacionais como patrimônio estadunidense. No Ato Orgânico (1916) está definido:

O Serviço assim estabelecido promoverá e regulará o uso das áreas federais conhecidas como parques nacionais, monumentos e reservas ... por meios e medidas conforme o propósito fundamental dos ditos parques, monumentos e reservas, cujo objetivo é conservar o cenário e os objetos naturais e históricos e a vida selvagem nele contida e, para proporcionar o desfrute do mesmo de tal maneira e por meios que os deixará inalterados para o aproveitamento das gerações futuras⁸³

⁷⁹ Do original em inglês: *Act of March 1, 1872 – the Yellowstone Act*. Este ato institui o primeiro monumento nacional dos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone;

⁸⁰ Do original em inglês: “*The founding of Yellowstone National Park began a worldwide national park movement. Today more than 100 nations contain some 1200 national parks or equivalent preserves*” (NPS, 2018, p. 01, tradução do autor);

⁸¹ Dos originais em inglês: *War Department; Forest Service; Department of Agriculture;*

⁸² Do original em inglês: *Act to Establish the National Park Service (Organic Act), 1916;*

⁸³ Do original em inglês: “*The Service thus established shall promote and regulate the use of the Federal areas known as national parks, monuments and reservations...by such means and measures as conform to the fundamental purpose of the said parks, monuments and reservations, which purpose is to conserve the scenery and the natural and historic objects and the wild life therein and to provide for the enjoyment of the same in such manner and by such means as will leave them unimpaired for the enjoyment of future generations*” (NPS, 1916, Título 16, Seção 1, p. 01, tradução do autor);

Em outras palavras, além de criar a instituição e determinar suas funções, a Lei Orgânica (1916) aponta como premissa a necessidade de salvaguardar o patrimônio, preservando seus usos e contexto para a sociedade futura. Entre os anos de 1919 e 1932, o diretor do NPS, Stephen Mather, e uma equipe de superintendentes, trabalharam para a consolidação do sistema de parques nacionais e, foram responsáveis pela definição de suas ações operacionais.

Neste primeiro momento do NPS, a instituição se concentrou em estabelecer as prioridades de salvaguarda e moldar o sistema de acordo com as ideias definidas sobre o seu propósito e, a adaptação ao surgimento dos novos atos e leis de preservação. Segundo o NPS em *Breve História do Serviço de Parques Nacionais* (2018)⁸⁴, os parques nacionais passavam a ser vistos como fontes de inspiração e educação para as pessoas, indo muito além do papel recreativo que muitos atribuíam a tais regiões. **Nos seus primeiros anos de atuação, o jovem NPS buscou consolidar o apoio do público, definir suas prioridades de gestão e estabelecer as metas que orientariam a agência federal pelas próximas décadas.**

Em 1933, foi emitida a ordem executiva nº 6.166, com o propósito de reorganização do poder executivo, que transferiu 56 monumentos e locais militares sob a responsabilidade do Serviço Florestal e do Departamento de Guerras, para o serviço de parques nacionais do Departamento de Interiores. Segundo o NPS (2000), tal ação foi de extrema importância para o desenvolvimento do atual sistema de parques, pois passou a incluir áreas de *importância histórica, cênica e científica* na lista de patrimônios estadunidenses que, até o momento, contava majoritariamente com inscrições de patrimônio natural. As adições feitas ao NPS só podem ser aprovadas através de atos do Congresso ou por proclamação presidencial. O Secretário do Interior é convocado pelo Congresso para recomendações sobre as possíveis novas adições propostas ao NPS e ele, é aconselhado pelo Conselho Consultivo do Sistema Nacional de Parques⁸⁵.

Até o final dos anos 1980, o NPS se instituiu como agência federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense e, progressivamente, passou a reconhecer outros tipos patrimoniais, estratégias de preservação e, até mesmo, a compreender os monumentos a partir de seus aspectos tangíveis e intangíveis. Em 1990 foi aprovado o Ato de Proteção e

⁸⁴ Do original em inglês: *Quick History of the National Park Service*;

⁸⁵ Do original em inglês: *National Park System Advisory Board*; 1935. Este Conselho teve sua criação autorizada em 1935, com a aprovação do Ato dos Sítios Históricos, Edifícios e Antiguidades, com a finalidade de assessorar o Diretor do NPS e o Secretário do Interior em questões relacionadas ao Sistema Nacional de Parques, incluindo a administração dos locais históricos; a designação de marcos nacionais, históricos e naturais; e os significados históricos nacionais.

Repatriação das Sepulturas Nativas Americanas⁸⁶ (NAGPRA), trazendo novos desafios para os arqueólogos e conservadores do NPS pois, até o momento, a escavação de sepulturas indígenas e a remoção de restos humanos cerimoniais eram proibidas. O NAGPRA estipulava uma nova necessidade aos técnicos do NPS em **como lidar com questões religiosas e espirituais, ou que transcendiam aspectos naturais ou materiais de preservação.**

Durante a década de 1980, quando a definição da Carta de Burra para significância se consolidava no meio da conservação, o NPS se reerguia como instituição, após vários períodos de instabilidade financeira, tentando mudar seus objetivos e assumir a preocupação com o envolvimento de atores sociais na salvaguarda do seu patrimônio, especialmente na compreensão de valores sociais, religiosos, espirituais. Foi nesse momento, que alguns de seus Parques Nacionais apresentaram candidatura à Lista do Patrimônio Mundial (WHL), foram reconhecidos como Patrimônio Mundial e tiveram seu Valor Universal Excepcional (OUV) fortemente relacionado à valores espirituais, como são os casos do Parque Nacional Mesa Verde (1978); o Parque Nacional de Cultura Chaco (1987) e o Parque Nacional Taos Pueblo (1992).

A significância é um termo presente no discurso de técnicos da instituição desde que era entendida como um sinônimo de “qualidade” do objeto que o eleva a categoria de patrimônio, como vimos no início do capítulo. A proposta da significância como instrumento de conservação foi explorada por pesquisadores estadunidenses, e as discussões propulsionadas pelo conceito, estimularam os teóricos a tecerem críticas à prática de conservação nacional, levando o NPS a, inevitavelmente, tentar aplicar a noção de significância.

No final dos anos 1990, já se percebe o emprego mais frequente da significância no discurso do NPS, chegando a ser incorporado no Boletim do Registro Nacional, uma seção discutindo a compreensão do conceito e procedimentos metodológicos sugeridos pela instituição. Porém, o entendimento da construção da significância apresentado pelo NPS foi alvo de rebatimento pelos teóricos estadunidenses que apontavam a prática da instituição como carente de envolvimento social e centrada na compreensão de valores identificados dos especialistas.

Desde então, nos últimos anos, pesquisadores estadunidenses como o Randall Mason, por exemplo, têm buscado difundir a compreensão da significância e discutir formas de operacionalização do instrumento. Todavia, isso não basta para afirmar que a prática do NPS

⁸⁶ Do original em inglês: *Native American Graves Protection and Repatriation Act*, NAGPRA, 1990;

estaria alinhada às discussões dos teóricos da conservação no tocante a significância. Considerando que os Estados Unidos configuram um dos países que originou o conceito, inclusive através dos primeiros técnicos do NPS, e que seus pesquisadores têm desenvolvido contribuições teóricas e metodológicas para a significância, o NPS foi assim, escolhido como o primeiro caso de estudo. Logo, diante do contexto apresentado, **como tem sido compreendida e adotada a significância pelo NPS?** É o que se pretende investigar no capítulo terceiro desta pesquisa.

3.5.2 O IPHAN

O IPHAN é uma autarquia federal do governo brasileiro, instituída pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, como *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), integrado ao Ministério da Educação e Saúde (MES), na categoria de Instituições de Educação Extraescolar dos Serviços Relativos à Educação (IPHAN, 2015, p. 01). No Artigo 46º são definidos os objetivos do SPHAN: “Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, Art.46, p. 01).

No mesmo ano, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937⁸⁷, regulamentou o ato do tombamento dos bens móveis e imóveis brasileiros e, designou o SPHAN como serviço responsável por gerir tal política. No Artigo 5º está definido:

O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários feitos. (BRASIL, 1937, p. 02)

O Decreto foi assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, pouco tempo depois do golpe de estado que resultou no fechamento do Congresso e no estabelecimento da ditadura denominada Estado Novo, cenário que influenciou os primeiros anos de funcionamento do SPHAN. A Lei 378 foi responsável pela extinção do então Conselho Nacional de Belas Artes,

⁸⁷ Segundo Chuva (2009), “No Brasil, o decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional; foi a primeira norma jurídica brasileira a dispor acerca da limitação administrativa ao direito de propriedade, criando o instrumento do tombamento. Este é um ato administrativo que deu origem à tutela do Estado sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, em virtude do *valor* cultural que lhe fosse atribuído, por meio do Sphan.” (CHUVA, 2009, p. 147).

e pela criação do Conselho Consultivo do SPHAN, que: “se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República” (BRASIL, 1937, art. 46, p. 01). Tanto os membros do conselho, quanto os cargos técnicos criados para o SPHAN foram ocupados por intelectuais ligados ao movimento modernista da época como o poeta Carlos Drummond de Andrade, o arquiteto Lúcio Costa e o advogado e jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, considerado fundador do SPHAN e diretor da instituição durante seus trinta primeiros anos de funcionamento (IPHAN, 2015).

Rodrigo Melo Franco de Andrade possuía laços de amizade com o poeta e escritor Mário de Andrade, também um dos célebres nomes que alavancaram o movimento modernista no Brasil, especialmente a partir da Semana de 1922. Mário foi responsável pela elaboração de um anteprojeto para o SPHAN que influenciou significativamente na construção do Decreto 25/37, e teve pontos que não foram abarcados, mas que faziam parte da preocupação do poeta em sua proposta, e que voltariam a ser discutidos entre os pesquisadores da conservação no futuro.

Em *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930 – 1940)*, a historiadora Márcia Chuva (2009), aponta: “o SPHAN insere-se no universo das ‘instituições de memória’, cujos objetivos, genericamente, assemelhavam-se à construção da ‘nação brasileira’, pela instrumentalização da história como legitimadora de ações e amálgama da sociedade” (CHUVA, 2009, p. 151). **Logo, o SPHAN quando criado, e especialmente durante seus primeiros anos⁸⁸, esteve centrado no levantamento e identificação de bens materiais que pudessem ser representativos da identidade brasileira, e assim reconhecidos como patrimônio nacional.**

No anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, em 1936, o poeta compreendia a identidade nacional como o “somatório de Brasis – uma síntese de diferentes costumes e formas de expressão, resultado também de suas preocupações acerca do folclore.” (CHUVA, 2009, p. 161). A compreensão de patrimônio abrangia o que Mário chamou de “etnografia popular: o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil” (ANDRADE, 1981, apud. CHUVA, 2009, p. 161).

⁸⁸ Segundo o IPHAN (2015), nos seus nove primeiros anos, foram tombados cerca de 474 bens, sendo 246 apenas em 1938. Chuva (2009) pontua que o maior número de tombamentos realizados ocorreu nos estados de Minas Gerais, Pernambuco e Bahia, consagrando-se assim, o período colonial como fundador da nacionalidade;

O anteprojeto ficou marcado por sua compreensão plural de patrimônio, característica do poeta, pela forma sensível com a qual enxergava a identidade nacional e a sua concepção integral de cultura. Porém, tal leitura não foi incorporada ao Decreto 25/37, e se distanciou das práticas de tombamento exercidas pelo SPHAN, especialmente durante o Estado Novo. Uma contribuição deixada por Mário de Andrade ao Decreto-lei 25/37 está na proposta da criação dos Livros do Tombo⁸⁹, que embora adotasse outra metodologia para inscrição dos bens, propôs quatro livros de tombamento, nos quais deveriam ser inscritos os bens que pretendiam ser reconhecidos como patrimônio brasileiro. No Decreto 25/37, são eles: (i) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; (ii) Livro de Tombo Histórico; (iii) Livro do Tombo das Belas Artes; (iv) Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

Segundo Chuva (2009), o contexto de implantação do Decreto-lei 25/37, durante o Estado Novo, foi “fundamental nesse sentido, já que foram construídos os meios e técnicas necessários para sua aplicação, execução e legitimação, consagrando a ideia da preservação cultural nas mãos do Estado” (CHUVA, 2009).

Durante os trinta primeiros anos de funcionamento da instituição, as iniciativas educativas promovidas pelo SPHAN, e posteriormente pela DPHAN⁹⁰, se concentraram:

na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão (IPHAN, 2014, p. 06)

Dessa forma, a construção da identidade nacional através do SPHAN, nas suas primeiras décadas de funcionamento, estava intimamente ligada aos interesses do governo federal.

Em *O Mapa do Brasil Passado*, a pesquisadora Silvana Rubino (1996) analisa o período em que o SPHAN/DPHAN foi gerido por Rodrigo Melo, e constata que houve uma concentração do tombamento de bens de arquitetura urbana; religiosa ou ligada ao estado, dos séculos XVII, XVIII e XIX; e majoritariamente encontrados nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, conforme Figuras 8, 9 e 10 a seguir.

⁸⁹ Sobre os Livros de Tombo propostos no anteprojeto de Mário de Andrade (1936), segundo Chuva (2009) “a inscrição nesses livros efetivava o tombamento, expressão cunhada pelo autor” (CHUVA, 2009, p. 162);

⁹⁰ DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instituída em 1946, a partir do Decreto-Lei nº 8.537, ainda subordinada ao MES;

Figuras 8, 9 e 10 - Imóveis tombados entre 1937 e 1961 pelo SPHAN.

Tipos de bens	nº	%	Estados da União	nº	%
Bens móveis	2	0,3	Alagoas	5	0,7
Conjuntos	26	3,8	Amazonas	1	0,1
Arquitetura urbana	128	18,6	Amapá	1	0,1
Arquitetura rural	33	4,8	Bahia	131	19,9
Arquitetura ligada ao Estado	34	4,9	Ceará	3	0,4
Arquitetura religiosa	31	4,5	Distrito Federal	1	0,1
Arquitetura militar	5	0,7	Espírito Santo	11	1,6
Parques/áreas naturais	5	0,7	Fernando de Noronha	1	0,1
Ruínas/remanescentes	17	2,5	Goiás	17	2,5
Fontes/chafarizes	24	3,5	Maranhão	8	1,2
Detalhes	8	1,2	Minas Gerais	165	23,9
Pontes/arcos	6	0,9	Mato Grosso	1	0,1
Outros	29	4,2	Pará	16	2,3
Total	689	100,0	Paraíba	15	2,2
Século	nº	%	Pernambuco	56	8,1
Sem data precisa	36	5,2	Piauí	6	0,9
XVI	45	6,5	Paraná	8	1,2
XVII	101	14,7	Rio de Janeiro	140	20,3
XVIII	377	54,7	Rio Grande do Norte	10	1,5
XIX	124	18,0	Rio Grande do Sul	13	1,2
XX	6	0,9	Rondônia	1	0,1
Total	689	100,0	Santa Catarina	8	1,2
			São Paulo	41	6,0
			Total	689	100,0

Fonte: RUBINO, 1996, p. 99; 100; 102 respectivamente.

Rubino aponta, sobre o foco dos tombamentos e da construção da identidade nacional durante as primeiras décadas de ação do SPHAN:

Ao fim foi eleita uma história vinculada a períodos precisos, lugares e personagens. Nesse processo seletivo o SPHAN construiu um “mesmo” em oposição a um “outro” [...] O SPHAN elegeu um Brasil antepassado que exclui alguns atores contemporâneos ao delimitar claramente de quem “descendemos”. Não é um discurso da superioridade branca, lusitana e cristã conferido pela detração do outro e sim pela sua exclusão (RUBINO, 1996, p. 103)

Em outras palavras, as práticas do SPHAN durante seus primeiros anos de atuação e sob a direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, contribuíram para o reconhecimento de tipos específicos de bens como patrimônio brasileiro e, acima de tudo, deixaram de incluir outros exemplares da identidade nacional.

Contudo, segundo Chuva (2012), em *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*, durante as décadas de 1970 e 1980, o advento da tecnologia contribuiu para o enfraquecimento do aparelho do Estado, e “novos valores e clivagens foram sendo constituídos a partir desse contexto, e esmaeceram a ideia de nação em favor do fortalecimento de recortes identitários de outras naturezas, como por exemplo, religiosa, étnica, ideológica, gênero” (CHUVA, 2012, p. 157).

A década de 1980 marca o início do debate sobre a significância no campo da conservação e, no cenário internacional, se consagra como um período da crescente discussão sobre os valores patrimoniais. No Brasil, os anos de 1980 trouxeram câmbios significativos para as práticas do SPHAN, que entre 1967 e 1979 foi dirigido por Renato Soeiro, responsável por transformações administrativas na instituição, que a mantiveram SPHAN em bastante evidência no período, e que a fortaleceram e impulsionaram aos anos posteriores.

Em *Novos Patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980*, o historiador Paulo Cesar Marins (2016) aponta que:

“Os anos 1980 foram de fato marcantes pelo tombamento de bens afeitos a expressões até então ignoradas pelo rol de tombamentos realizados pelo IPHAN, num alargamento perceptivo daquilo que começara a se definir como a ‘diversidade cultural’, frisada na gestão de Aloísio Magalhães [...]” (MARINS, 2016, p. 12)

Foi através da figura do designer pernambucano Aloísio Magalhães, que uma frente de valorização a cultura se formava, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), ligado ao Ministério da Indústria e do Comércio. A perspectiva de Aloísio Magalhães dialogava com os ideais de identidade cultural levantados por Mário de Andrade em seu anteprojeto (1936), o que levou a CNRC a assumir uma visão distinta daquelas existentes na chamada Política Nacional de Cultura: uma frente de restauração e bens arquitetônicos liderada pelo IPHAN e outra centrada em fortalecer os estudos sobre folclore e cultura popular, liderada pela Fundação Nacional de Arte (FUNARTE)⁹¹.

Logo, a década de 1980 proporcionaria uma mudança de perspectiva nas práticas de preservação da instituição de salvaguarda brasileira. Iniciava, assim, a identificação de novos tipos patrimoniais e, também, a superação do bloqueio ao reconhecimento de outras religiões, além da católica, como dignas do tombamento de seus templos, que veria, em 1986, o Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká, ser o primeiro reconhecido como patrimônio nacional. Ainda segundo Marins (2016): “as práticas populares são outro ponto a se destacar entre os bens que foram tombados na década de 1980 e que podem sugerir uma inflexão nos critérios de seleção do IPHAN”. (MARINS, 2016, p. 13).

Durante as gestões de Soeiro e Magalhães, a instituição passou a apropriar-se do conceito de cultura; das noções de material e imaterial; o que levou à uma aproximação

⁹¹ A FUNARTE foi criada em 1975, e segundo Chuva (2012) “nela foram incorporados os projetos relacionados ao folclore e à cultura popular por meio da criação do Instituto Nacional do Folclore – INF” (CHUVA, 2012, p. 158);

das práticas de preservação brasileiras ao campo contemporâneo da conservação, ainda que não tratasse diretamente da noção de significância. Em 1988 a Constituição Federal assume um alargamento conceitual da noção de patrimônio, e busca evitar a ideia de uma identidade nacional única; lançando o desafio de incluir os “diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A década de 1990 ficaria marcada como a que houve o menor índice de bens tombados no Brasil, face às transformações ocorridas no sistema político do país. Durante o governo de Fernando Collor houve quebra institucional no órgão; seguida da gestão de Itamar Franco com levadas de aposentadorias desencadeadas pelas reformas previdenciárias da década; a inexistência de concursos para cargos técnicos no período de Fernando Henrique Cardoso, entre outros fatores que contribuíram para o reconhecimento de um total de 36 bens, menos que a metade dos 85 registrados nos anos 1980 (MARINS, 2016, p. 15).

Ainda no governo FHC, com a aprovação do Decreto 3551/2000 que institui o registro de bens imateriais, passam a ganhar reconhecimento novos templos e ritos de religiões afro-brasileiras; práticas culturais indígenas e ligadas a tradições africanas. Desse modo, “a conclamação aos cidadãos para que se manifestassem quanto ao desenho do patrimônio – e quanto ao que acreditavam a respeito de si mesmos como agentes de cultura – ganharia outros prolongamentos ao longo da década de 2000” (MARINS, 2016, p. 17).

Diferente do NPS, o IPHAN como instituição de salvaguarda do patrimônio brasileiro, se desenvolveu ao longo dos anos, afastado do conceito de significância. Mais jovem que a instituição estadunidense, o processo de amadurecimento do IPHAN se esforçou para acompanhar as discussões do campo da conservação, especialmente a partir da década de 1960.

Ainda que antes da sua criação, Mário de Andrade tenha apresentado um anteprojeto (1936) partindo de uma perspectiva integral de cultura, os anos de prática da instituição que se seguiram focaram, majoritariamente, no reconhecimento do patrimônio de material. Nos anos 1980, década da conceituação da significância e do surgimento dos primeiros estudos sobre o termo, o Brasil caminhava para uma leitura mais ampla do patrimônio, convergindo com os debates contemporâneos da conservação.

Embora a noção de significância não faça parte da história do IPHAN, a instituição brasileira foi escolhida como caso de estudo pois, nos últimos anos, tem crescido o aprofundamento dado por teóricos e pesquisadores acadêmicos brasileiros ao conceito, como foi visto no capítulo anterior. A não adoção da significância como instrumento de conservação

pelo IPHAN é incompatível com o caminhar da academia, mostrando que, assim como no caso do NPS, há uma divergência entre teoria e prática na conservação do patrimônio.

Porém, o IPHAN tem provado, ao longo dos anos, das mudanças de gestões e perspectivas, uma preocupação reticente com a valoração do patrimônio e uma compreensão mais subjetiva do mesmo, o que são demandas alinhadas à noção de significância.

A significância surgiu como conceito no período em que o IPHAN tentava assumir uma compreensão mais plural do patrimônio. A década de 1980 marca o amadurecimento do campo da conservação e, por consequência, também de instituições de salvaguarda como o IPHAN e o NPS, que passaram a reconhecer novos tipos patrimoniais e a se aproximarem de um entendimento de patrimônio centrado na identificação de valores e significados, influências do cenário mundial, onde ocorriam as primeiras discussões sobre gestão baseada em valores patrimoniais; e o Valor Universal Excepcional da Unesco. Logo, diante do contexto apresentado, **como tem sido compreendida e adotada a significância pelo IPHAN?** É o que se pretende investigar no capítulo quarto desta pesquisa.

-----* * *-----

3.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A significância está presente no discurso de instituições de salvaguarda como o NPS, antes mesmo de ser definida como uma noção no campo da conservação. Inicialmente compreendida como uma qualidade, sinônimo de ‘importância’ para o reconhecimento de um bem como patrimônio da nação, por isso era comumente usado o termo significância nacional. Com o passar dos anos, foi assumindo o vocábulo significância histórica, pois era adotada nas justificativas para reconhecimento de bens patrimoniais, feitas por especialistas e técnicos da conservação, normalmente fincados em cânones históricos. Foi na década de 1980, com a Carta de Burra e o crescimento das discussões sobre cultura no cenário internacional, que a noção se consolida como significância cultural.

A Unesco e o conceito de Valor Universal Excepcional contribuíram para a disseminação da significância entre os Estados-Parte e, por consequência, entre as instituições federais de salvaguarda do patrimônio, que precisavam realizar estudos de identificação dos valores e significados do bem para justificar um dos dez critérios utilizados pela Unesco no reconhecimento do título de Patrimônio Mundial. Nesse ínterim, instituições de salvaguarda de alguns países anglo-saxões como Austrália, Canadá e Estados Unidos, elaboraram manuais e guias operacionais, a partir do final da década de 1990, na tentativa de discutir sobre entendimento da significância e de procedimentos metodológicos sugeridos para a elaboração do documento da Declaração de Significância.

As instituições de salvaguarda do patrimônio estadunidense e brasileira foram escolhidas como casos de estudo, especialmente pelas contribuições teóricas que seus respectivos países têm promovido à noção de significância, nas últimas décadas. Diante dessa definição, buscou-se realizar uma pesquisa bibliográfica e documental a respeito do National Park Service (NPS) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com o objetivo de conhecer mais sobre os contextos de formação e a consolidação das respectivas instituições, além de sua relação com a noção de significância.

No processo de investigação sobre as instituições escolhidas, são percebidas semelhanças e diferenças em seus contextos de formação, desenvolvimento e consolidação. **No tocante aos tipos de patrimônio reconhecidos, tanto o NPS quanto o IPHAN, hoje reconhecem uma pluralidade de bens construída progressivamente. No início, o foco do NPS esteve centrado no patrimônio natural estadunidense, enquanto o IPHAN inventariou majoritariamente exemplares arquitetônicos do período colonial brasileiro. As duas instituições precisaram passar por amadurecimentos ao longo de sua jornada, para começarem a reconhecer o patrimônio cultural ou imaterial, por exemplo.**

Ambas surgiram com o objetivo de contribuir para a construção da identidade nacional do Brasil e dos Estados Unidos. O IPHAN começou a sua atuação tombando bens e, embora o anteprojeto de Mário de Andrade versasse sobre uma perspectiva integrada de cultura, o Decreto 25/37 e os primeiros anos de atuação da instituição não necessariamente abrangeram tais preocupações. O NPS iniciou assumindo os bens já tombados por proclamação presidencial e, embora já fizesse uso das expressões significância nacional e significância histórica em seu discurso, não foram realizados estudos em que a noção fosse aplicada como instrumento de conservação. Os caminhos percorridos pelo IPHAN e pelo NPS foram distintos apesar de terem

partido do mesmo ponto e, suas trajetórias voltam a convergir quando o relativismo cultural se consolida no cenário internacional, nos anos 1980, período de surgimento da significância.

A relação do NPS com a significância é precedente e mais bem construída que o caso do IPHAN. Ao longo dos anos, a temática do reconhecimento dos atores sociais, especialmente indígenas, e do patrimônio cultural a partir de valores sociais, espirituais e religiosos, esteve presente na instituição, o que mostra uma tentativa de diálogo com o estado da arte da Teoria da Conservação. Porém, os teóricos apontam que o nível de envolvimento dos atores sociais, na prática, ainda é pouco, levando a preservação dos bens estadunidenses a ser majoritariamente centrada nos valores de um grupo de atores sociais: os especialistas.

O IPHAN não adota a significância como instrumento de salvaguarda, embora os teóricos brasileiros contribuam bastante para o debate sobre a compreensão e operacionalização do conceito. Ao longo dos anos, a instituição esteve em contato com visões integradoras de cultura, através de nomes como Mário de Andrade, Aloísio Magalhães, e o Brasil foi precursor em reconhecer o patrimônio imaterial, discussões que embora não estejam diretamente relacionadas à significância, se consolidaram concomitantemente ao conceito, influenciados pelo mesmo contexto internacional. Todavia, os encontros, seminários e congressos promovidos pela comunidade acadêmica brasileira têm constantemente debatido a necessidade de novos instrumentos de conservação, que levem em consideração questões subjetivas como os valores patrimoniais, quando a significância é uma noção já conhecida, estudada, e que contribui para sanar tais demandas.

Logo, nos próximos capítulos, **espera-se analisar como o NPS e o IPHAN têm compreendido e aplicado a significância.** Para tanto, foram escolhidos dois bens patrimoniais (um brasileiro e um estadunidense), ambos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco, para terem suas documentações analisadas.

-----* * *-----

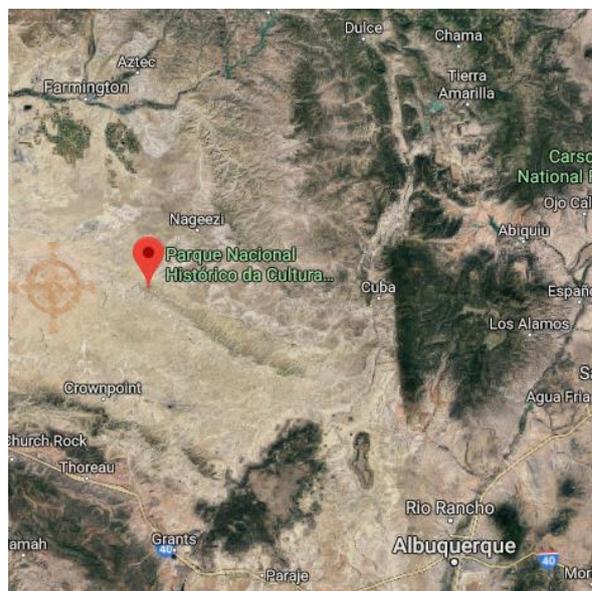
4. A SIGNIFICÂNCIA PARA O U.S.NPS: O CASO DO CHACO CULTURE

O primeiro caso de estudo selecionado para o produto deste trabalho foi o *United States National Park Service* (NPS), a instituição federal de salvaguarda do patrimônio estadunidense. Com o intuito de analisar como o NPS compreende a noção de significância e se a aplica nas suas práticas de preservação, foi escolhido um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial como caso referencial para a pesquisa documental: o *Chaco Culture National Historical Park*, sítio arqueológico localizado no Novo México, Estados Unidos. Entre junho e agosto de 2018, foi realizada a pesquisa nos acervos internacionais do ICOMOS e da Unesco, sediados em Paris, França. Este capítulo analisa o Chaco Culture com o objetivo de compreender a ação do NPS, no tocante à significância, a partir do seu dossiê de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

4.1 O CHACO CULTURE NATIONAL HISTORICAL PARK - CCNHP

O Chaco Culture é um Parque Nacional, estadunidense localizado ao noroeste do estado do Novo México, entre a capital Albuquerque e a cidade de Farmington, atualmente composto por cerca de 13.750 hectares (ha) de sítios arqueológicos. Segundo NPS (2018), os primeiros registros de ocupação humana no Chaco são datados de 900 a.c. e, as primeiras construções, casas de pedras contendo 1 ou 2 quartos, foram erguidas entre 200 e 500 d.c., as chamadas *Pithouses*.

Figura 11 - Localização do Chaco Culture National Historical Park.



Fonte: Google Maps, 2019.

Entre 850 e 1150, o Chaco serviu de grande centro à cultura ancestral dos *Pueblos*. Seu território foi ocupado, progressivamente, por diversos povoados indígenas ao longo do tempo, entre os principais, os *Navajo*. Segundo os arqueólogos do NPS, seus primeiros loteamentos são datados de 1600 e, até hoje, o Chaco conta com descendentes da tribo dos Navajo entre os atores sociais relacionados à preservação do Parque Nacional.

Figura 12 - Chaco Culture National Historical Park, NM, USA.



Fonte: Sacred Sites, Unesco, WHC, 1987.

Durante o Século XIX, o Chaco foi alvo de missões militares de reconhecimento territorial e descoberta de diversas estruturas, além dos primeiros mapeamentos geológicos, geográficos e fotográficos realizados em 1877 sobre o sítio. Entre 1896 e 1900, o Chaco teve escavações realizadas com o objetivo de encontrar artefatos antigos e achados arqueológicos para as coleções de museus como o Museu de História Natural da América, localizado em Nova Iorque, e a Instituição Smithsonian, com vários museus localizados em Washington DC.

O Chaco foi reconhecido como patrimônio nacional em 1907, por decreto do então presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, antes mesmo da criação do NPS. Gerido

pelo Escritório Geral de Terras⁹¹, inicialmente foi estabelecido como *Chaco Canyon National Monument*, e seu reconhecimento, assim como o de outros sítios, foi um dos reflexos do aumento das escavações realizadas em sítios arqueológicos, levando à promulgação do Ato das Antiguidades, em 1906, que tinha por objetivo principal, a proteção destes sítios.

Depois de reconhecido monumento nacional, o Chaco teve seu processo de salvaguarda iniciado, com foco em mapeamento, registros fotográficos e contato com os povos residentes. A partir de 1916, com a instituição do NPS, novas políticas e estratégias de preservação foram desenvolvidas, e o Chaco passou a receber investimentos para construção de infraestruturas necessárias para que as terras do parque pudessem ser utilizadas para fins turísticos.

O NPS (2018) aponta que ao longo de seus primeiros anos como instituição de salvaguarda estadunidense, foram construídas estradas e rodovias, centros de visitas, locais de apoio turístico, casas para os funcionários e demarcadas áreas de acampamento nas imediações do Chaco, frutos do Corpo Civil de Conservação⁹². O CCC foi um programa de obras públicas nos parques e florestas nacionais e estaduais, criado em 1933, pelo então presidente Franklin Roosevelt, durante o período posterior ao *crash* da bolsa de valores, conhecido como *Great Depression*, por representar um dos piores momentos da economia nacional. A iniciativa buscava reduzir o desemprego entre os jovens do país e, no caso do Chaco, nos anos que sucedem a criação do CCC, foi construído mais infraestrutura nos parques do que em toda a história do sistema até aquele momento.

No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, o NPS e o sistema de parques nacionais encontravam-se sob dificuldades financeiras. Segundo a instituição (2018), os tempos de guerra que precederam tais anos, foram responsáveis por negligência e subfinanciamento para com o NPS, pois o foco do país havia sido redirecionado para o âmbito militar. Em 1956, foi criado o programa *Missão 66*⁹³, que contaria com mais de um bilhão de dólares à serem investidos durante dez anos nos Parques Nacionais, com o objetivo de manutenção dos mesmos; construção de rotas de acesso e equipamentos para visitantes, buscando resgatar e reforçar o papel recreativo que o NPS e a população estadunidense começava a atribuir a tais bens.

⁹¹ Do original em inglês: *General Land Office*. O General Land Office foi uma agência do governo estadunidense, responsável pela administração das terras de domínio público dos EUA entre 1812 e 1946;

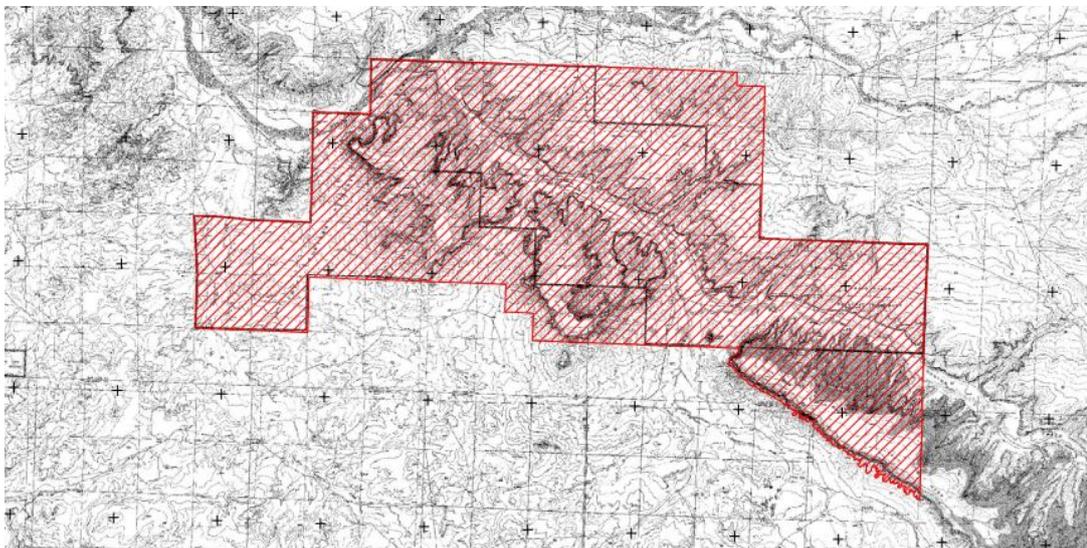
⁹² Do original em inglês: *Civil Conservation Corps (CCC)*;

⁹³ Do original em inglês: *Mission 66*;

Na década de 1970, uma parceria entre o NPS e a Universidade do Novo México estabeleceu a Divisão de Pesquisa Cultural⁹⁴, ou Centro Chaco, responsável por desenvolver pesquisas multidisciplinares (especialmente em petrologia e astronomia); escavações arqueológicas e pesquisas sociais com os descendentes da comunidade indígena, sob a direção do arqueólogo Robert H. Lister, responsável pela realização de um inventário dos recursos culturais do parque. De acordo com o NPS (2018), “pela primeira vez um inventário completo sobre os recursos culturais do parque foi estabelecido”⁹⁵.

No estudo desenvolvido a partir da parceria entre o NPS e o GCI, intitulado *Parque Histórico Nacional da Cultura Chaco: Um Estudo de Caso* (2003)⁹⁶, nos anos 1980, com a aprovação do Ato do Deserto do Novo México⁹⁷, 5.300 hectares foram adicionados aos limites originais do parque, fazendo-o ser renomeado *Chaco Culture National Historical Park*, como é reconhecido atualmente. O complexo do Parque Nacional engloba diversos outros sítios arqueológicos, entre os registrados estão: *CCNHP unidade contígua; Kin Bineola; Kin Ya'a; Pueblo Pintado; Casamero; Kin Nizhoni; Monumento Nacional de Ruínas Astecas; Twin Angels e Pierre's site* (UNESCO, 2016).

Figura 13 - Limites do Chaco Culture National Historical Park, Unidade Contígua, NM, EUA.



Fonte: Sacred Sites, Unesco, WHC, 1987.

⁹⁴ Do original em inglês: *Division of Cultural Research; Chaco Center*. As pesquisas científicas realizadas pelo Centro Chaco levaram à inauguração do Programa de proteção de sítios arqueológico do Chaco Culture, uma parceria entre o estado do Novo México; o condado de San Juan; o Serviço Florestal Federal; o Departamento Federal de Administração de Terras e a Nação Navajo, para a salvaguarda das terras do parque nacional;

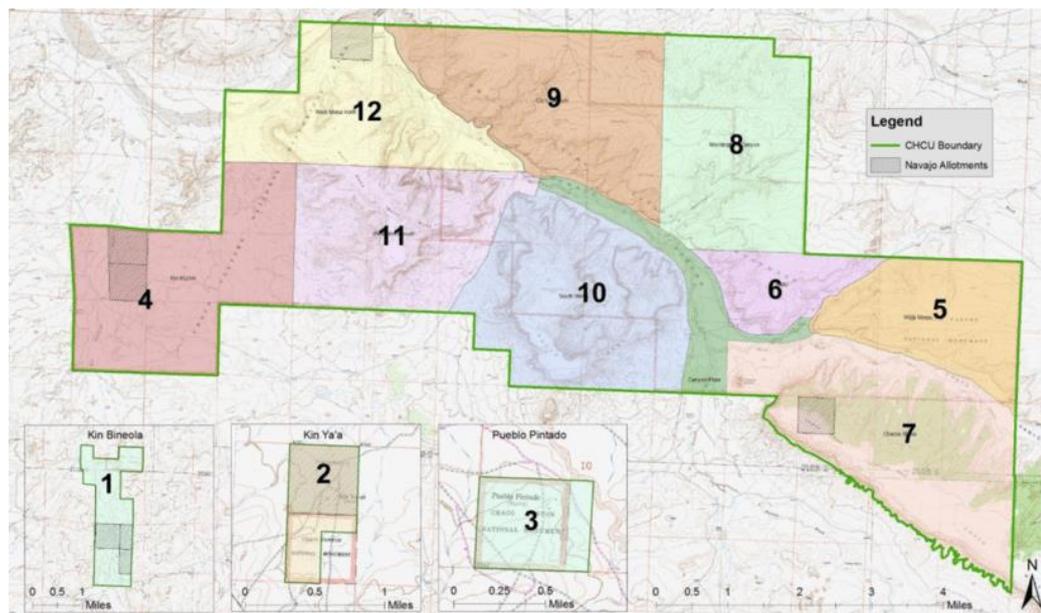
⁹⁵ Do original em inglês: “*For the first time, a complete inventory of cultural resources into the park was established*” (NPS, 2018, p. 03, tradução do autor);

⁹⁶ GETTY CONSERVATION INSTITUTE. *Chaco Culture National Historical Park: US National Park Service - A Case Study* (2003). Essa publicação fez parte do grupo de estudos de caso analisados pelo GCI durante Pesquisa sobre os Valores do Patrimônio (1998-2003), em parceria com o NPS.

⁹⁷ Do original em inglês: *New Mexico Wilderness Act*, 1980;

Na Figura 13 acima, está registrada a poligonal do CCNHP, unidade contígua, o maior trecho do sítio arqueológico, contendo cerca de 13,11 hectares. Os demais sítios estão localizados no entorno da região, conforme Figura 14, mapa das áreas arqueológicas, abaixo, que apresenta setores do CCNHP e, aponta para alguns sítios complementares, como é o caso do Kin Bineola; Kin Ya'a e Pueblo Bonito, números 1, 2 e 3 respectivamente.

Figura 14 - Mapa das áreas Arqueológicas do CCNHP.



Fonte: NPS, 2019, p. 08.

Em 1987, O Chaco Culture National Historical Park (CCNHP) foi inscrito na Lista do Patrimônio Mundial, sob o critério: “(iii) Prestar um testemunho único ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva, ou desaparecida”⁹⁸.

Quando inscrito na WHL, foi reconhecido por suas associações significativas com a população indígena dos Estados Unidos. Segundo o NPS (2018), no final dos anos 1980, os pesquisadores do Centro Chaco iniciaram um processo de consulta com os grupos nativos remanescentes habitantes das redondezas. Tal processo envolvia a identificação de quais grupos eram culturalmente afiliados aos sítios chacos e como eles gostariam de preservar os seus remanescentes culturais, visto que não há mais moradores dentro dos limites do CCNHP. As terras do chaco foram usadas para o plantio, gado e culto religioso, e os descendentes das tribos indígenas vivem nas pequenas vilas e vilarejos localizados no entorno do sítio arqueológico.

⁹⁸ Do original em inglês: “To bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared” (UNESCO, 2017, Art. 77º, p. 20, tradução do autor);

O NPS não apresenta, nos documentos consultados, a metodologia utilizada para o processo de identificação dos grupos de atores sociais. Contudo, aponta que isso contribuiu para que na década de 1990, fossem reconhecidas uma maior variedade de tribos indígenas relacionadas ao CCNHP.

Dentre os 21 bens estadunidenses inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, até junho de 2018, foi selecionado o Chaco Culture National Historical Park como caso referencial, especialmente pelo fato de ter sua significância pautada nas subjetividades do povoado indígena que reconhece e valoriza o bem. Foram analisadas as Declarações de OUV de cada um dos bens, de modo a identificar aqueles com discurso centrado nos valores e significados. Os bens inscritos como Patrimônio Cultural e os Parques Nacionais, de modo geral, se aproximam mais da noção da significância em suas justificativas e, no caso do Chaco Culture, os *valores espirituais e religioso*, e a importância dos povos indígenas, são fortemente pontuados nos seus documentos de inscrição junto à Unesco, pelo NPS. Também são evidenciados aspectos materiais do sítio arqueológico, como sua forma particular, edificações e sistemas construtivos típicos identificados (como é o caso das *Kivas*, que serão melhor apresentadas posteriormente), e sua inserção na região desértica do Novo México, que permitiu às civilizações que ocuparam o Chaco, desenvolverem fortes vínculos com a natureza.

Logo, conforme apontado no início deste trabalho, foram consultados: o dossiê de inscrição do Chaco Culture National Historical Park na Lista do Patrimônio Mundial, de 1987; assim como os documentos de acompanhamento da Unesco, dos anos que se seguiram. **Totalizando 18 documentos, foram agrupados em: (i) Legislações Federais; (ii) Planos de Gestão; (iii) Pareceres e Relatórios de acompanhamento; (iv) Mapas, Fotos, Cartografias; (v) Cartas a Declaração de Valor Universal Excepcional (Apêndice A, p. 137).** Além dos acervos físicos da sede da Unesco e do ICOMOS França, foram consultados acervos digitais do National Park Service; do Getty Conservation Institute e da própria Unesco, instituições de salvaguarda do patrimônio diretamente envolvidas com a preservação do Chaco.

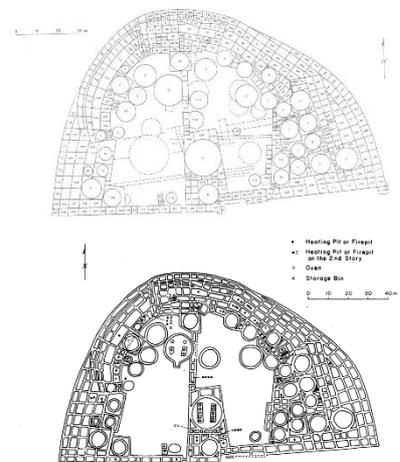
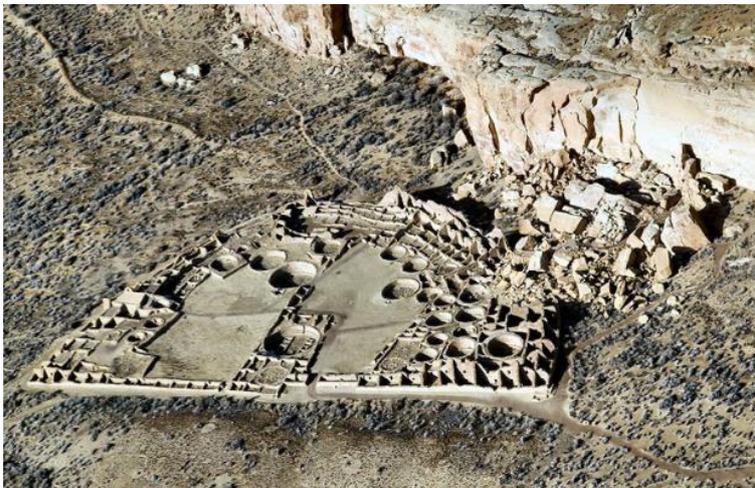
4.2 A DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO CHACO CULTURE NATIONAL HISTORICAL PARK (NPS, 2013)

O ponto de partida para a pesquisa documental foi a Declaração de Valor Universal Excepcional do Chaco Culture (Anexo 05, p. 150), produzido pelo NPS para o dossiê do bem

na Lista do Patrimônio Mundial. O OUV, como foi visto no capítulo anterior, é o instrumento utilizado pela Unesco para reconhecer os bens Patrimônio Mundiais. O OUV não é a mesma noção que a significância, porém é adotado pela Unesco como instrumento que evidencia os significados atribuídos que “transcendem as fronteiras nacionais e é de comum importância para as gerações presentes e futuras de toda a humanidade”⁹⁹.

A estrutura do documento contém alguns parágrafos introdutórios tratando de uma *breve síntese do Chaco*, apresentando dados históricos e geográficos do bem. **Nesse primeiro momento, são descritos os principais motivos que qualificam o bem como Patrimônio Mundial e, no caso do Chaco, são evidenciados seus marcos históricos; sua herança indígena; suas origens Asteca; seus tipos arquitetônicos representativos como as *kivas* e as *great houses*, e seu sistema de rotas e estradas de comunicação.** É apontado, na Declaração de OUV, que: “Esses locais eram um foco de cerimônias, comércio e atividade política e são notáveis por seus monumentais edifícios públicos e cerimoniais, e por *great houses* distintas de vários andares”¹⁰⁰.

Figuras 15, 16 e 17 - Chaco Culture National Historical Park.



Fonte: Archeyes, 2016.

As estruturas arquitetônicas são descritas pelo NPS como “de grande escala, altamente organizadas, com construções de vários andares e alvenaria sofisticada, ilustram a crescente complexidade da estrutura social do Chaco”¹⁰¹.

⁹⁹ Do original em inglês: “[...] transcend national boundaries and to be of common importance for present and future generations of all humanity.” (UNESCO, 2019, pág. 20, tradução do autor);

¹⁰⁰ Do original em inglês: “These sites were a focus for ceremonies, trade, and political activity and they are remarkable for their monumental public and ceremonial buildings and distinctive multi-storey great houses” (UNESCO, 2013, pág. 01, tradução do autor);

¹⁰¹ Do original em inglês: “The highly organized larged-scale structures, featuring multi-storey construction and sophisticated coursed masonry, illustrate the increasing complexity of Chaco social structure” (UNESCO, 2013, p. 01, tradução do autor);

A identificação de tais tipos arquitetônicos e a pesquisa a respeito das tradições culturais da sociedade que habitou o Chaco, permitem ao NPS interpretar e compreender um pouco mais sobre o sítio e suas associações, como por exemplo, o entendimento de que “o grande tamanho e características incomuns das *kivas* cerimoniais sugerem que cerimônias complexas podem ter sido significativas em suas vidas”¹⁰².

As *kivas*¹⁰³ são estruturas redondas, de diferentes tamanhos, facilmente identificáveis nos sítios chacos e são uma tipologia característica do sudoeste estadunidense. Segundo o GCI (2003), “o objetivo das *kivas* não é conhecido com certeza, embora se presuma que elas serviam para reuniões comunitárias, possivelmente usados em cerimônias”¹⁰⁴.

Imagens 18 e 19 - Chetro Ketl Great Kiva localizada no CCNHP:



Fonte: George Alexander Grant, CCNHP, 1929.

A frequente presença dessa estrutura nos sítios arqueológicos chacos, e o seu bom estado de conservação levaram o NPS a crer que as *kivas* tinham um papel estruturante na compreensão dos valores e significados do Chaco, e por consequência, do Valor Universal Excepcional reconhecido.

¹⁰² Do original em inglês: “*The great size and unusual features of the ceremonial kivas suggest that complex religious ceremony may have been significant in their lives*” (UNESCO, 2013, p. 01, tradução do autor);

¹⁰³ Segundo o NPS (2007), Kiva é uma palavra de origem *Hopi*, usada para definir as estruturas arquitetônicas possivelmente utilizadas para cerimônias. As Kivas são redondas, geralmente semi-subterrâneas e construídas em grandes casas. Os Chacos chegaram a construir Kivas com alturas equivalentes a edifícios de dois a três andares, conhecidas como *Great Kivas*.

¹⁰⁴ Do original em inglês: “*The purpose of the kivas is not known with certainty, although it is assumed that they were comunal gathering places, perharps used for ceremonies*” (GCI, 2003, p.06, tradução do autor);

Na sequência, a Declaração de OUV apresenta o critério da Unesco validado para a inscrição do Chaco na Lista do Patrimônio Mundial (o critério iii)¹⁰⁵, e justifica-o através da importância da cultura Chaco, que dominou a região por séculos, e de suas tradições culturais e edifícios monumentais. A Declaração de OUV aponta: “Os locais do Chaco Canyon ilustram graficamente as conquistas arquitetônicas e de engenharia do povo chacoano, que superou a dureza do ambiente do sudoeste dos Estados Unidos para fundar uma cultura que dominou a área por mais de quatro séculos”¹⁰⁶.

Em seguida, é determinada uma seção para apresentação da avaliação dos componentes físicos do Chaco, na qual o NPS lista elementos estruturais e materiais do sítio e julga-os como em bom estado de conservação:

Dentro dos limites da propriedade, estão localizados todos os elementos necessários para entender e expressar o Valor Universal Excepcional do Chaco Culture, incluindo paredes construídas com arenito e argamassa de barro, com mais de cinco andares de altura, vigas de pinho e restos arqueológicos bem preservados¹⁰⁷

O NPS complementa que o sítio diminuiu consideravelmente os índices de vandalismo e deterioração, desde a sua inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Em contrapartida, algumas ameaças aumentaram, especialmente junto às atividades de exploração de energia e extração de minerais, existentes no entorno da região. **Todavia, de modo geral, o NPS julga que o CCNHP não sofre de efeitos adversos do desenvolvimento e/ou negligência, e que “garante adequadamente a representação completa dos recursos e processos que transmitem a significância do bem”¹⁰⁸.**

Ademais, o NPS julga o CCNHP como: “autêntico em termos de suas formas e desenhos, materiais e substâncias, localização e ambiente [...] Uma política cuidadosa de

¹⁰⁵ Critério (iii): “Prestar um testemunho único ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização viva, ou desaparecida” (UNESCO, 2017, Art. 77º, p. 20, tradução do autor);

¹⁰⁶ Do original em inglês: “*The Chaco Canyon sites graphically illustrate the architectural and engineering achievements of the Chacoan people, who overcame the harshness of the environment of the southwestern United States to found a culture that dominated the area for more than four centuries*” (UNESCO, 2013, pág. 01, tradução do autor);

¹⁰⁷ Do original em inglês: “*Within the boundaries of property are located all the elements necessary to understand and express the Outstanding Universal Value of Chaco Culture, including walls built of sandstone and mud mortar standing more than five storeys tall, pine roof beams, and well-preserved archaeological remains that provide a comprehensive picture of the Chaco Culture*” (UNESCO, 2013, pág. 01, tradução do autor);

¹⁰⁸ Do original em inglês: “*The property is of sufficient size to adequately ensure the complete representation of the features and processes that convey the property’s significance*” (UNESCO, 2013, pág. 02, tradução do autor);

estabilização garantiu que o tecido e o design originais das estruturas fossem preservados para pesquisa e interpretação contínuas”¹⁰⁹.

A Declaração de Valor Universal Excepcional conta ainda com uma última seção, destinada aos “requisitos de proteção e gestão” do bem Patrimônio Mundial. Nela são descritos os componentes do CCNHP que devem ser salvaguardados de modo à manter o OUV; o sistema de proteção que rege o bem à nível nacional e os atores sociais envolvidos na sua conservação:

A propriedade está sujeita a um conjunto de leis federais que protegem sítios arqueológicos. Um Grupo de Gerenciamento Interinstitucional estabelecido por lei federal representa todos os governos federal, estadual, tribal e local que gerenciam os componentes do bem. Esse grupo garante uma gestão consistente e coordenada por meio da revisão das decisões de gestão, compartilhamento de conhecimentos técnicos e assistência com a legislação necessária¹¹⁰

Destarte, na Declaração de Valor Universal Excepcional o NPS alega interesse por uma gestão com envolvimento dos atores sociais, representados no Grupo de Gerenciamento Institucional, definido pela Lei Pública 96-550, como será visto posteriormente.

Contudo, a partir da Declaração de OUV não é possível identificar se há efetivamente o envolvimento de tais atores sociais diversos, ou não. Ainda que em caso afirmativo, não estariam necessariamente sendo consultados com o objetivo de compreender a significância do CCNHP entendendo os valores patrimoniais como frutos da atribuição social, como teorizam os pesquisadores contemporâneos da conservação. Além disso, na Declaração de OUV elaborada pelo NPS, não foram apresentados e justificados os diversos valores patrimoniais do Chaco, sendo apenas mencionada sua importância religiosa, histórica, social, entre outros, no reconhecimento do critério III do OUV.

De fato, alguns aspectos essenciais à significância são evidenciados na Declaração de OUV, como por exemplo a preocupação com o envolvimento de atores sociais na salvaguarda do CCNHP, o reconhecimento de suas tradições culturais e de aspectos subjetivos a partir da materialidade de suas construções. Além de apontar aos aspectos

¹⁰⁹ Do original em inglês: “Chaco Culture is authentic in terms of its forms and designs, materials and substance, and location, and setting. The property’s good state of preservation means that may walls, tools, personal goods, datable material, and other objetcs of information remain in their original context. A carefull policy of stabilization has ensured that the original fabric and design of the structures is preserved for continuing research and interpretation” (UNESCO, 2013, pág. 02, tradução do autor);

¹¹⁰ Do original em inglês: “The property is subject to a suite of federal laws protecting archaeological properties. An Interagency Management Group established by federal law represents all federal, state, tribal, and local governments managing the property’s components. This group assures consistent and coordinated management through review of management decisions, sharing of technical expertise, and assistance with necessary legislation” (UNESCO, 2013, p. 02, tradução do autor);

espirituais, religiosos e astronômicos que as tribos indígenas construíram nos domínios do Chaco e que são responsáveis por torná-lo “um centro de cultura ancestral”¹¹¹. Entretanto, no documento não são elucidados os valores patrimoniais, nem confirmados se estes foram frutos de uma consulta aos atores sociais, levando-nos a crer que a significância é entendida a partir dos especialistas do NPS, que identificam os valores, centrados nos documentos do Chaco.

Em 2015, o NPS publicou em seu acervo digital, um texto intitulado *Significância do Parque*¹¹², tratando especificamente do Chaco Culture. A publicação não é definida como uma Declaração de Significância, e o NPS, novamente, não apresenta registros ou indicações de que houve uma consulta com atores sociais previamente. O texto apresenta trechos da Declaração de OUV (2013), complementados pelo NPS com algumas explicações do documento, como por exemplo, ao afirmar que “A Declaração de significância aponta para a monumental e distinta arquitetura, o sofisticado entendimento astronômico e o sistema rodoviário complexo como elementos definidores deste centro cerimonial, comercial e político”¹¹³.

No texto de 2015, o NPS aponta “o sofisticado entendimento astronômico” como uma das justificativas que reconhecem o Chaco como patrimônio estadunidense, esse ponto não é enfatizado na Declaração de OUV. Já nos documentos do dossiê de inscrição na WHL, o NPS se aprofunda em questões relativas aos conhecimentos astronômicos e a relação da astrologia com a vida dos povos que habitaram o sítio, aprimorando essa percepção sobre o Chaco.

Nessa publicação, O NPS conclui afirmando que “O Chaco Culture merece ser um fenômeno reconhecido no mundo todo. Essa centralização da política, economia, cerimônias e a cultura não ocorreu no Sudoeste da América, antes ou depois”¹¹⁴.

¹¹¹ Do original em inglês: “[...] a major centre of ancestral Pueblo culture” (UNESCO, 2013, p. 01, tradução do autor);

¹¹² Do original em inglês: *Significance of the Park*, disponível em: www.nps.gov/chcu;

¹¹³ Do original em inglês: “The park’s statement of significance points to the monumental and distinctive architecture, the sophisticated astronomical understanding, and the complex road system as defining elements of this ceremonial, trade, and political center (UNESCO World Heritage website (<http://whc.unesco.org/>))” (NPS, 2015, p. 02, tradução do autor);

¹¹⁴ Do original em inglês: “Chaco Culture deserves to be a phenomenon recognized worldwide. Such centralization of politics, economy, ceremony, and culture has not occurred in the American Southwest before or since” (NPS, 2015, p. 05, tradução do autor);

4.3 A SIGNIFICÂNCIA DO CHACO NO DOSSIÊ DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Depois da análise da Declaração de OUV, foram investigados os planos de gestão e legislações específicas responsáveis pela proteção e salvaguarda do Chaco Culture, também elaborados pelo Estado-Parte, apontados no dossiê de inscrição do bem na WHL.

4.3.1 A legislação estadunidense sobre o Chaco

Em 1980, foi promulgada, pelo 96º Congresso Estadunidense, a Lei Pública nº 96-550: “um ato para designar certas terras do sistema florestal nacional no estado do Novo México para inclusão no sistema nacional de preservação de regiões selvagens, e para outros fins”¹¹⁵.

O Título V da Lei Pública 96-550 está destinado ao Chaco Culture National Historical Park, no qual o congresso descreve que as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos últimos anos contribuíram para o aumento do conhecimento público a respeito da pré-história e das culturas indígenas, como a *chacoan anasazi*, herança de um dos povos que ocupou o Chaco. Na Seção 507 da Lei, o congresso delibera que seja dada a continuidade das pesquisas realizadas sobre o Chaco, e determina para o NPS que:

O secretário de interiores está autorizado e incentivado a estabelecer um comitê composto por arqueólogos profissionais e outros com experiência profissional relacionada, incluindo um representante do governo do estado do Novo México para assessorar o secretário em assuntos relacionados com o levantamento, escavação, curadoria, interpretação, proteção e gestão dos recursos culturais do parque histórico e sítios arqueológicos¹¹⁶

Além de reconhecer a importância do investimento e desenvolvimento da pesquisa sobre o Chaco, a Lei 96-550 autoriza a contratação de mais profissionais, arqueólogos e de outros

¹¹⁵ Do original em inglês: “*To designate certain National Forest System lands in the State of New Mexico for inclusion in the National Wilderness Preservation System, and for other purposes*” (PL 96550, 1980, pág. 01, tradução do autor);

¹¹⁶ Do original em inglês: “*The secretary is authorized and encouraged to establish a committee composed of professional archeologists and others with related professional expertise including the design of the Governor of the State of New Mexico to advise the Secretary in matters related to the surveying, excavation, curation, interpretation, protection, and management of the cultural resources of the historical park and archaeological protection sites*” (PL 96550, 1980, pág. 08, tradução do autor);

campos do saber relacionados à salvaguarda do patrimônio, para a criação de um comitê de trabalho que apresente resultados ao congresso nos períodos futuros.

Outro ponto registrado na Lei, diz respeito à preocupação do Congresso estadunidense em criar um sistema cooperativo para a proteção do Chaco. Na Seção 504 (2) fica definido que “o secretário tentará firmar acordos de cooperação com os donos das propriedades privadas, para os locais de proteção arqueológica descritos na seção [...] deste ato”¹¹⁷. O propósito destes acordos estaria centrado na proteção, preservação e administração dos recursos arqueológicos do sítio, junto aos atores sociais (proprietários das terras) e, por isso, a importância da pesquisa de campo na construção do contato com os atores sociais.

Na Lei Pública 96-550, o NPS aponta que “nada neste Título (V – Chaco Culture) será considerado de modo a impedir a continuação dos usos religiosos tradicionais americanos nativos de propriedades que são objeto de acordos cooperativos”¹¹⁸. **Em outras palavras, o NPS se compromete em garantir a preservação dos usos tradicionais, especialmente os de cunho religioso, como premissas para a perpetuação de valores espirituais atribuídos ao Chaco.** Na Seção 506 (B) é complementado: “Não é permitida nenhuma atividade na superfície dos sítios de proteção arqueológica que coloquem em perigo os seus valores culturais”¹¹⁹, apontando uma preocupação do Congresso estadunidense em preservar os valores patrimoniais, no início dos anos 1980, momento da conceituação oficial da significância na Carta de Burra.

O estudo realizado em parceria entre o NPS e o GCI (2003)¹²⁰, apresenta os valores reconhecidos no Chaco, são eles: **valor científico; valor estético, valor espiritual, valor social, valor simbólico, valor histórico, valor ambiental e Valor Universal Excepcional** (GCI, 2003, p. 16). No texto, são apontadas algumas considerações a respeito dos valores, como por exemplo: “os valores espiritual e social mantidos por grupos nativos americanos, estiveram sempre presentes, mas tiveram que esperar até muito recentemente pelo reconhecimento formal

¹¹⁷ Do original em inglês: “The secretary shall attempt to enter into cooperative agreements pursuant the Section 505 of this Act with owners of private property for those archeological protection sites described in section 502 (b) of this Act.” (PL96550, 1980, pág., tradução do autor);

¹¹⁸ Do original em inglês: “Nothing in this Title shall be deemed to prevent the continuation of traditional Native American religious uses of properties which are the subject of cooperative agreements” (PL 96550, 1980, pág., tradução do autor);

¹¹⁹ Do original em inglês: “No activities shall be permitted upon the upper surface of the archaeological protection sites which shall endanger their cultural values” (PL 96550, 1980, p. 09, tradução do autor);

¹²⁰ Do original em inglês: *Chaco Culture National Historical Park: A Case Study*, 2003;

das autoridades federais”¹²¹. Por anos, o NPS, como instância responsável pela proteção do patrimônio estadunidense, esteve focado em aspectos naturais e materiais dos bens culturais.

No momento de seu registro federal (1907), o Chaco foi reconhecido pela riqueza de suas ruínas arqueológicas, número e grandeza de seus sítios, inumeráveis e valiosas relíquias pré-históricas. Todavia, ao longo dos anos, os valores do Chaco foram aprofundados e expandidos como resultado das pesquisas realizadas, novas perspectivas e o passar do tempo. Segundo o NPS e o GCI, “a significância atribuída a este sítio sempre foi baseada nesses recursos arqueológicos, mas o caráter dos valores atribuídos a eles mudou e se expandiu ao longo do tempo”¹²². Na seção *Evolução dos Valores*, o NPS e o GCI apresentam os valores que vêm sendo evidenciados nas atribuições dos atores sociais, mais recentemente, como aponta:

O valor espiritual do sítio para alguns seguidores religiosos da Nova Era surgiu mais recentemente neste local antigo, e é mais difícil de integrar em uma gestão estratégica, dado o conflito entre suas práticas e as dos nativos americanos de longo prazo. Outros, como os valores naturais surgiram com a sociedade, como um todo, reconhecendo a importância desses valores, em parques nacionais e em outros lugares¹²³

Logo, para o Chaco Culture, foram reconhecidos os valores naturais e ecológicos, dada à crescente preocupação observada com as questões ambientais no cenário internacional, assim como, o valor religioso através de novos grupos que passaram a se identificar espiritualmente com o Chaco Culture; temas centrais das discussões do campo da conservação no período da década de 1980. Entretanto, estes valores são identificados pelos técnicos do NPS em observância dos atores sociais, até mesmo em contato com eles, mas não necessariamente face à uma consulta sobre valores e significados socialmente atribuídos.

Na seção *Atores Sociais*, O GCI e o NPS, ao se referirem aos “grupos com legítimo interesse no parque”¹²⁴ relacionados ao Chaco, apontam que: “autoridades do CCNHP identificam ‘arqueólogos profissionais e antropólogos culturais; tribos nativas americanas;

¹²¹ Do original em inglês: “Some of the other values, such as the spiritual and social ones held by Native American groups, were always present, but they had to wait until quite recently for formal recognition from federal authorities” (GCI, 2003, p. 20, tradução e grifo do autor);

¹²² Do original em inglês: “The significance assigned to this site has always been on these archaeological resources, but the character of the values attributed to them has changed and expanded over time” (GCI, 2003, p. 03, tradução do autor);

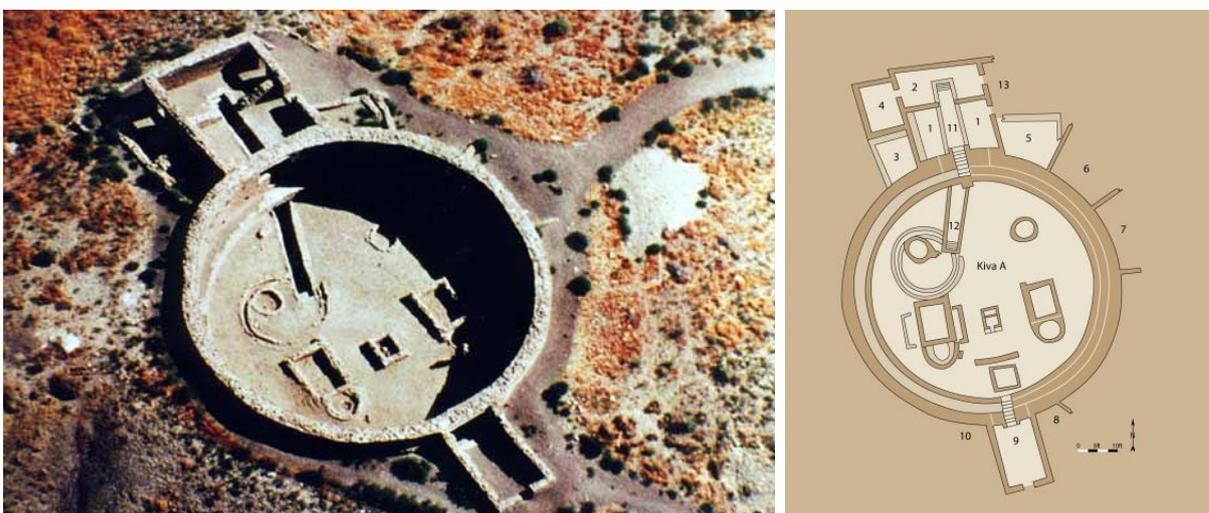
¹²³ Do original em inglês: “The spiritual value of the site for some New Age adherents has emerged more recently on this ancient site, and it is rather more difficult to integrate into a management strategy, given the conflict between their practices and those of the longer-term Native American stakeholders. Others, such as the natural or ecological values, have emerged as society as a whole recognized the importance of these values, in national parks and elsewhere” (GCI, 2003, pág. 20, tradução do autor);

¹²⁴ Do original em inglês: “[...] group with legitimate interest in the Park”

governos estaduais, municipais, tribais e os seguidores religiosos da Nova Era, como principais constituintes do Parque”¹²⁵.

Nos últimos anos, conflitos surgiram entre alguns grupos de atores sociais, especialmente as tribos indígenas, os técnicos do NPS e os seguidores religiosos da Nova Era, colocando em risco a salvaguarda dos valores do Chaco. Um dos casos marcantes, relatados pelo GCI e pelo NPS (2003), foi o fechamento do sítio arqueológico da *Casa Rinconada* (Figuras 20 e 21 a seguir), existente no Chaco, como apontam: “Em 1996, [...] o CCNHP propôs o fechamento da Casa Rinconada e realizou o estudo de impacto ambiental exigido, seguido de um período de consulta pública. O motivo oficial dado para o fechamento da kiva era a proteção do recurso físico”¹²⁶.

Figuras 20 e 21 - Casa Rínconada, Great Kiva localizada no Chaco Culture National Historical Park.



Fontes: Paul Logsdon, 1999; Chaco Research Archive University of Virginia, 2010; respectivamente.

O fechamento de um sítio arqueológico parte de um complexo de sítios reconhecidos e salvaguardados por seu valor espiritual, de modo a impedir os atores sociais relacionados de praticarem seus ritos tribais; é uma atitude contraditória ao objetivo principal de preservação dos valores patrimoniais, expostos ainda na Lei Pública 96-550, já mencionada. Especialmente se tratando do sítio arqueológico da Casa Rinconada,

¹²⁵ Do original em inglês: “CCNHP authorities identify ‘professional archaeologists’ and cultural anthropologists; Native American tribes; state, country, city and tribal governments; and ‘New Age’ religious followers as the Park’s principal constituencies” (GCI, 2003, pág. 20, tradução do autor);

¹²⁶ Do original em inglês: “In 1996, heeding the advice of the committee and concerned with visitor-induced damage and the new practices, CCNHP proposed the closure of Casa Rinconada and conducted the required environmental impact study, followed by a period of public consultation. The study expressed particular concern over the practice of leaving ashes, since their removal required the scraping of the surface where they were deposited” (GCI, 2003, p. 32, tradução do autor);

uma das maiores *kivas* existentes até hoje nos territórios do Chaco, e que se encontra em bom estado de conservação, segundo os relatórios.

O outro argumento do NPS para a determinação do fechamento foi construído sob a defesa de que seria inconstitucional, em níveis federal e estadual, assumir uma posição favorecendo um grupo religioso a outro. Dessa forma, a estratégia do fechamento da Casa Rinconada **impede que ambos os grupos religiosos pratiquem suas cerimônias espirituais** e, com isso, compromete tanto o valor espiritual/religioso usado na justificativa da salvaguarda do Chaco quanto o reconhecimento do O.U.V., além de configurar uma solução cômoda por parte da instituição, pouco disposta à mediar os conflitos dos atores sociais. Como aponta o próprio NPS, e o GCI (2003): “O surgimento de grupos de atores sociais que atribuem novos valores ou se apropriam dos valores existentes e a necessidade de determinar legitimidade para suas reivindicações são questões difíceis que muitos gestores do patrimônio enfrentam”¹²⁷.

De fato, a mediação de grupos de atores sociais, e de valores socialmente atribuídos, é um desafio enfrentado pelos especialistas contemporâneos da conservação, não só do NPS, como da Unesco e dos demais países. **Entretanto, as estratégias de conservação propostas pelas instituições de salvaguarda do patrimônio devem ser convergentes com a preservação dos valores que justificam o seu reconhecimento.**

Figura 22 - Formação geológica Fajada Butte, usada para cerimônias religiosas.



Fonte: Morey Kitzman, Carleton College.

Ações como o fechamento da Casa Rinconada não foram isoladas à great kiva, mas ocorreram em outros sítios arqueológicos existentes no Chaco, como por exemplo o Fajada Butte.

Segundo o GCI e o NPS, após o fechamento de locais como o Fajada Butte, “nativos americanos tendem a manter informações secretas sobre seus lugares e cerimônias sagradas.”¹²⁸ Tais estratégias comprometem não apenas a

¹²⁷ Do original em inglês: “*The emergence of stakeholders groups ascribing new values or appropriating existing ones and the need to determine legitimacy for their claims are difficult issues that many heritage managers confront*” (GCI, 2003, p. 34, tradução do autor);

¹²⁸ Do original em inglês: “*Native American have tended to keep secret information about their sacred places and ceremonies*” (GCI, 2003, p. 26, tradução do autor);

significância e os valores socialmente atribuídos ao sítio, como também as relações com os atores sociais interessados em sua salvaguarda.

O NPS falha na mediação de valores atribuídos por grupos de atores sociais diversos, optando por ações estratégicas de preservação que comprometem a perpetuação dos valores e significados do Chaco para as gerações futuras, assim como o O.U.V., considerando que parte de sua justificativa é pautada na evidência do valor espiritual para as tribos indígenas e para os novos seguidores religiosos. O fechamento de sítios arqueológicos como o Fajada Butte e a Casa Rinconada põem em risco as relações construídas entre os técnicos do NPS e as comunidades indígenas, por perderem a confiança na instituição. Além de irem na contramão do avanço da teoria da conservação, que na década de 1980, consolidava noções como a significância e, já defendia sua leitura a partir da consulta junto aos atores sociais.

4.3.2 Os planos de gestão para o CCNHP

Em 1983, o NPS apresentou o Plano Geral de Gestão (GMP)¹²⁹ para o Chaco, com o objetivo principal de garantir a salvaguarda do bem, preservando seus valores atribuídos. O Plano Geral de Gestão trata do CCNHP como patrimônio cultural, abrangendo seções relativas à salvaguarda do bem a partir de aspectos naturais, materiais e sociais, além de ter um foco nos desafios que surgiriam caso as Indústrias (turismo, mineração) decidissem explorar os recursos do Parque Nacional. O Plano Geral de Gestão (1983) define que a administração do Chaco está sob a responsabilidade do Departamento de Interiores dos Estados Unidos (USDI) e do National Park Service (NPS). As instituições federais alegam possuírem alianças com as tribos indígenas, a comunidade local e outras instâncias de salvaguarda, além de outros proprietários como será visto posteriormente.

O NPS havia elaborado quatro planos de gestão da conservação para o Chaco: o Plano Geral de Gestão (1983); o Plano de Gestão Conjunta (1983)¹³⁰; o Plano de Gestão

¹²⁹ Do original em inglês: *General Management Plan, NPS, 1983*. Segundo GCI (2003), “concentra-se sobre certos assuntos considerados problemáticos naquele momento, e identifica ações específicas a serem tomadas. Alguns dos problemas críticos em 1983 – como a exploração dos recursos naturais ao redor do parque e um possível crescimento exponencial da população de visitantes do Parque – que não se materializaram ou desapareceram das prioridades” (GCI, 2003, p. 21, tradução do autor); Recebeu emendas em 2012, versão mais atualizada;

¹³⁰ Do original em inglês: *Joint Management Plan (1983)*. O Plano de Gestão Conjunta (1983), exigência do Congresso estadunidense a partir da Lei Pública 96-550, foi preparado e recomendado pelo Grupo de Gerenciamento interagências (IMG). Os objetivos do Plano são descritos pelo IGM (1983) como identificar, gerenciar, proteger e interpretar uma amostra do sistema cultural do Chaco; desenvolver uma abordagem sistemática para conflitos e diretrizes para preparar planos de gestão de sítios individuais;

de Recursos Culturais (1981)¹³¹ e o Plano de Proteção às Terras (1985)¹³². Eles estavam conectados à quatro áreas principais da atividade de gestão do NPS: preservação, recreação, pesquisa e identificação. Os quatro planos receberam alterações ao longo dos anos e, edições atualizadas. Todavia, os documentos analisados por esta pesquisa foram os presentes no dossiê da Lista do Patrimônio Mundial, ou seja, constava a versão original de apenas um deles: O Plano Geral de Gestão.

Na primeira edição do Plano Geral de Gestão (1983), o USDI e o NPS enfatizam a importância de “cooperação entre entidades públicas e privadas com interesses na área para conseguir uma preservação coordenada” (NPS; USDI; 1983, p. 10, tradução do autor). Mais do que importante, essa cooperação se fazia necessária tendo em vista que o território Chaco possui diversos donos e, para compreender a sua significância, por exemplo, a partir de uma abordagem centrada nos valores patrimoniais como frutos da atribuição social, seria necessária a identificação destes atores. Em levantamento realizado pelo NPS para o dossiê de inscrição na WHL, ficou registrado os seguintes donos de terras:

Tabela 01 - Lista de Proprietários das Terras que compõem o Chaco Culture National Historical Park.

NPS e Governo dos Estados Unidos	68%
Tribos Navajo	23%
Estado do Novo México	5%
Loteamentos indígenas	3%
Outros Privados	1%

Fonte: NPS; USDI. 1983.

O Governo dos Estados Unidos, através do NPS e do USDI, são donos do maior percentual de terras do Chaco. Somados aos territórios do Estado do Novo México, **o poder público detém, 73% das terras que compõem o Parque.** O segundo maior proprietário

¹³¹ Do original em inglês: *Cultural Resources Management Plan (1985)*. O Plano de Gestão dos Recursos Culturais (1981) fez um mapeamento do sistema desenvolvido pelo Chaco e “como o objetivo principal da pesquisa é entender melhor o sistema do Chaco, uma perspectiva regional será adotada como critério crítico na seleção de propostas de pesquisa” (NPS, 1981, pág. 66, tradução do autor). O Plano de Recursos foi elaborado também pelo USDI e o NPS; recebeu algumas emendas e diretrizes nos anos de 1990; 1995; 1997, tendo sua versão mais atual a de 2003;

¹³² Do original em inglês: *Land Protection Plan (1985)*. O Plano de Proteção às Terras (1985) fez um levantamento dos proprietários de terra existentes na região do Chaco e definiu um zoneamento para o parque, assim como um perímetro de proteção. O Plano foca numa estratégia de salvaguarda que considera acordos cooperativos entre os diversos proprietários de terras do Chaco e as instâncias de gestão do parque;

corresponde às Tribos Navajo, que embora não habitem mais o território dentro dos limites do CCNHP, naquele momento ainda faziam uso das terras do Chaco para o gado, plantio, lazer, ritos religiosos e, ainda restava poucos residentes. Somados ao percentual de outros loteamentos indígenas menores, **26% do território do CCNHP é de propriedade tribal. Restando apenas 1% das terras sob os poderes de proprietários privados.** Logo, a forma como se consolidou a divisão de terras do Chaco configura o poder público e as tribos indígenas como seus principais proprietários e atores sociais responsáveis por sua salvaguarda.

No Plano Geral de Gestão (1983), o NPS enfatiza que o objetivo principal do documento é “garantir a continuidade dos valores estabelecidos para o parque e o elemento de fascínio que aumenta a percepção do Chaco”¹³³. Dessa forma, o Plano busca enaltecer como a arquitetura do Chaco possui um “forte foco religioso” e que o valor espiritual (ou religioso) é o principal reconhecido para o bem. Segundo o NPS (1983), o Chaco é considerado um local místico e “além disso, como as ruínas Anasazi são lugares dos mortos, elas geralmente são evitadas e tratadas com reverência pelos Navajos tradicionais. O distúrbio de uma ruína Anasazi perturba os espíritos daqueles que morreram lá”¹³⁴.

Ao longo do Plano, são identificados valores histórico, ambiental, estético, simbólico, científico e social, porém, para o NPS, é no valor espiritual onde reside a importância do Chaco, como foi visto anteriormente. Contudo, estes valores justificados no Plano não são frutos da consulta junto aos atores sociais relacionados ao bem, especialmente da população indígena, afinal são eles que, por séculos, têm sido responsáveis pela perpetuação de ritos religiosos no Chaco. **Ainda que o NPS constantemente mencione a importância das Tribos Navajo para a compreensão do Chaco como patrimônio, os valores enaltecidos do CCNHP são conferidos pelos técnicos do NPS, e a sua significância existe a partir de uma leitura dos especialistas sobre a religiosidade dos indígenas.**

A estratégia definida nos planos de gestão elaborados para o CCNHP, especialmente no Plano Geral de Gestão (1983), buscando considerar tanto aspectos materiais quanto imateriais, esteve fincada no *princípio da mínima intervenção* física no parque, visando não comprometer a conexão espiritual com o lugar. Nesse sentido, o parque focou em proporcionar uma

¹³³ Do original em inglês: “This challenge will require diligence to guarantee continuation of the values for which the park was established and of the element of fascination that enhance perceptions of Chaco” (NPS, 1983, p. 03, tradução do autor);

¹³⁴ Do original em inglês: “Moreover, because Anasazi ruins are places of the dead, they are usually avoided or treated reverently by traditional Navajo. Disturbance of an Anasazi ruin antagonizes the ghosts of those who died there” (NPS, 1983, p. 28, tradução do autor);

experiência de visitação que pudesse ser o mais realístico possível da vida em contato com as ruínas e a natureza. Foram determinados então, que seriam construídas apenas as estruturas essenciais a serem definidas pela instituição para a experiência de visitantes no Chaco, e nada mais seria edificado nos limites do CCHNP.

Grande parte dos acessos ao parque foram construídos durante as ações de pavimentação de vias e estradas, realizadas pelo Corpo Civil de Conservação (CCC) ao longo dos anos 1980 e 1990. Dentro dos limites do Chaco, existem áreas projetadas para servirem de pontos de apoio como estacionamentos; banheiros; informações turísticas; espaços para acampamento; centro de recepção dos visitantes e área de trabalho dos funcionários. Todavia, as instalações de banheiros; fontes de água potável e informações turísticas estão em pontos específicos dispostos ao longo do parque, mas em quantidades pequenas e distantes uns dos outros. Os estacionamentos; centro de recepção e área de trabalho dos funcionários estão localizados na entrada do parque. **Não existem hotéis ou pousadas na região do Chaco, a hospedagem mais próxima fica localizada pelo menos a 60km de distância, de modo que as pessoas que vão para dormir no parque, ou seja, preparadas para acampamento. Tampouco existem comércios e serviços na região, especialmente de restaurantes, portanto os visitantes devem levar comida planejada para todo o tempo que pretendem estar no Chaco.**

O NPS, então, centrado no princípio da mínima intervenção, e na justificativa de manutenção de seus valores, adota uma estratégia de manter o CCHNP o mais livre possível da intervenção humana, ou de construções que possam pôr em risco o sítio. A visita mínima ao Chaco leva em torno de seis (6) horas para aqueles que quiserem conhecer os pontos principais nas proximidades, mas o indicado é passar ao menos uma noite no parque e ter a oportunidade de vivenciar o céu estrelado que orientou os povos indígenas a desenvolverem seus conhecimentos astronômicos; sentirem a paz e tranquilidade do sítio; que o tornam um local conhecido pelo misticismo e espiritualidade.

O acesso de visitantes é controlado no parque, tanto em quantidade, quanto nos horários que são permitidos o início da visita. **Segundo o NPS (1983), o objetivo dessas estratégias é o de preservar não apenas a materialidade das ruínas arqueológicas, como também a tranquilidade existente no Chaco, que permite ao visitante ter uma experiência real do bem.** O Chaco é considerado um local sagrado por membros de clãs e sociedades religiosas; importante para grupos de nativos estadunidenses; reconhecido por seus recursos naturais e culturais que o NPS tenta preservar e proporcionar a experiência de conhecê-lo em contato com

uma ambiência que permita ao visitante atribuir valores ao parque e identificar aqueles já validados socialmente.

Segundo o NPS e o GCI (2003), o valor estético do Chaco foi reconhecido “[...] por proteger o cenário do CCNHP [...] Há uma série de elementos intangíveis que contribuem para a qualidade estética do local, tais como ar limpo, silêncio e solidão”¹³⁵. A intangibilidade ou imaterialidade é sentida *experienciando o lugar* e a relação dos elementos naturais; materiais; culturais. Para o NPS, a estratégia de tentar intervir o mínimo possível, seria uma alternativa à preservação dos valores materiais e imateriais, transmitidos através da materialidade do patrimônio, como afirma: “as estratégias e gestão **protegem a possibilidade de uma experiência espiritual** no local, mantendo distrações e danos à um mínimo”¹³⁶.

Logo, a partir do Plano Geral de Gestão elaborado para o CCNHP em 1983, nota-se que o NPS apresenta um discurso que incorpora aspectos relevantes à significância e à salvaguarda dos valores patrimoniais, porém não são apresentados estudos de significância ou de consulta junto aos atores sociais, resultando em valores reconhecidos por especialistas, repetindo a prática de conservação que vem sendo criticada pelos teóricos estadunidenses.

Ações como a consulta aos atores sociais; criar grupos e planos em envolvimento conjunto, regulamentado e exigido por lei, são pontos positivos da gestão do NPS para com o CCNHP, todavia, não documentados, apenas relatados. A instituição também toma decisões que comprometem a salvaguarda dos valores do bem e ignora as demandas enaltecidas por estes atores, como foram os casos de fechamento dos sítios da Casa Rinconada e do Fajada Butte.

A legislação estadunidense e os planos de gestão para o CCNHP, de fato, apresentam um discurso ciente das discussões teóricas pela salvaguarda de valores e significados, mas na prática, a instituição ainda falha em aspectos já enaltecidos pela teoria. Por um lado, a significância se faz presente no Plano de 1983, pouco tempo depois de ter sido conceituada na Carta de Burra, apontando um esforço notável do NPS em se apropriar da noção. Por outro, a significância e os valores reconhecidos para o Chaco são aqueles identificados pelos especialistas.

¹³⁵ Do original em inglês: “*The aesthetic value of Chaco was recognized [...] to protect the scenery unimpaired. [...] There are a number of intangible elements that contribute to the aesthetic quality such as clean air, silence and solitude*” (GCI; 2003; p. 15, tradução do autor);

¹³⁶ Do original em inglês: “*The management strategies protect the possibility of spiritual experience the site by keeping distractions and damage to a minimum*” (GCI, 2003, p. 24, tradução do autor);

4.3.3 Pareceres

Entre os documentos da Unesco presentes no dossiê de inscrição para bens candidatos ao título de Patrimônio Mundial, estão os pareceres dos órgãos consultivos sobre a candidatura do bem, e os relatórios de acompanhamento periódico, que devem ser respondidos pela instituição federal responsável por salvaguardar os bens. São fichas pré-definidas pela Unesco, preenchidas pelo NPS de modo a informar sobre o monitoramento realizado para com o bem Patrimônio Mundial.

No parecer apresentado pelo ICOMOS (1984), órgão consultivo do NPS na candidatura do Chaco, a instituição se posiciona favorável ao título de Patrimônio Mundial para o CCNHP e, recomenda que “essa propriedade cultural seja incluída na Lista do Patrimônio Mundial sob o critério III”¹³⁷. O ICOMOS apresenta uma ressalva à inscrição, a respeito de alguns sítios arqueológicos existentes no entorno do CCNHP, não incluídos na zona de proteção apresentada pelo NPS, que segundo o órgão consultivo deveriam ser inseridos no complexo de sítios chacos.

O ICOMOS aponta que tal inserção deve ser feita por perceber uma conexão existente entre os sítios chacos e os do entorno, que evidencia o sistema de rotas estabelecidas pelos Chacos e apontadas pelo próprio NPS como relevantes a serem salvaguardados para preservação da significância do sítio. Em 1987, através de um novo parecer, o ICOMOS registra que recebeu do NPS uma nova proposta de inscrição, adicionando as áreas sugeridas pela instituição aos limites do Parque Nacional e, segundo o ICOMOS (1987): “essa nova indicação ilustra melhor as especificidades da cultura chacoana...”¹³⁸.

No *Relatório Periódico Seção II – Chaco Culture*¹³⁹, publicado em 2014 pelo Centro do Patrimônio Mundial (WHC)¹⁴⁰, a Unesco busca acompanhar a gestão do NPS garantindo a salvaguarda do Valor Universal Excepcional do bem. Na seção *Declaração de OUV/Declaração de Significância*, é registrado: “o Chaco é notável por edifícios monumentais

¹³⁷ Do original em inglês: “*Icomos Recommendation: That this cultural property be included on the WHL on the basis of criterion III*” (ICOMOS, 1985, p. 01, tradução do autor);

¹³⁸ Do original em inglês: “*This new nomination better illustrates the specificity of the chacoan culture and ICOMOS recommends...*” (ICOMOS, 1985, p. 02, tradução do autor);

¹³⁹ Do original em inglês: *Periodic Report Section II Chaco Culture*, 2014;

¹⁴⁰ Do original em inglês: World Heritage Centre (WHC);

públicos, cerimoniais e suas distintas *great houses* de vários andares, que demonstram uma compreensão sofisticada dos fenômenos astronômicos”¹⁴¹.

Embora não seja enaltecida na Declaração de OUV apresentada pelo NPS, a astronomia é mencionada no Plano Geral de Gestão (1983) e no texto sobre a significância do Chaco (2015), como um saber que guiou e orientou muitas das tribos indígenas que habitaram o CCNHP. As tribos do Chaco construíram mais de 200km de estrada e ergueram edifícios feitos de pedra e madeira, alinhados à marcos astronômicos como o *meridiano celestial*, linha imaginária no céu que conecta os Pólos Norte e Sul junto aos azimutes solar e lunar. Segundo o NPS, esses alinhamentos são importantes para os astrônomos por facilitarem o rastreamento de onde as coisas estão no céu. Essa herança astronômica gerou a construção de um observatório no Chaco, que até 2016 carregou o título de ser o único Parque Nacional com seu próprio observatório e, aos poucos, a astronomia passa a ser reconhecida como parte da significância do chaco.

Ainda sobre o Relatório Periódico do sistema do patrimônio mundial, no final da Seção *Educação, Informação e Conscientização*, a Unesco demanda: “Por favor, avalie o nível de consciência e compreensão da existência de justificativa para inscrição da W.H.P. entre os seguintes grupos:”¹⁴²

Tabela 02 - Nível de conscientização dos grupos de atores sociais sobre a salvaguarda do Chaco Culture.

Comunidades Locais e Residentes	MÉDIO
Autoridades Locais/Municipais dentro ou adjacentes à propriedade	POBRE
Indígenas Locais	MÉDIO
Proprietários de Terras Locais	POBRE
Visitantes	EXCELENTE
Indústria do Turismo	EXCELENTE
Negócios e Indústria Local	POBRE

Fonte: WHC, Unesco, ítem 4.6.2., p. 08, 2014, tradução do autor.

¹⁴¹ Do original em inglês: “Chaco is remarkable for its monumental public and ceremonial buildings and its distinctive multi-storey “greathouses” which demonstrate a sophisticated understanding of astronomical phenomena” (WHC, 2014, p. 01, tradução do autor);

¹⁴² Do original em inglês: “4.6.2 – Please rate the awareness and understanding of the existence and justification for inscription of the World Heritage property amongst the following groups:” (WHC, 2014, ítem 4.6.2., p. 08, tradução do autor);

O NPS alega que turistas e a indústria do turismo são os atores sociais com maior nível de conscientização sobre a salvaguarda do Chaco, considerado EXCELENTE. As comunidades locais, os residentes e a população indígena local aparecem em seguida com nível MÉDIO, ou seja, são ditos mais frequentemente considerados do que as autoridades municipais, os proprietários de terra e os negócios e a indústria local.

Contudo, a partir do relatório da Unesco não são apresentadas informações sobre se houve a realização de uma pesquisa social ou se estas respostas foram julgadas por especialistas do NPS, o que é uma hipótese provável, afinal até o momento a instituição tem assumido um discurso diferente da prática. Além disso, nos documentos do dossiê do

Chaco também não ficam claros se as “pesquisas realizadas junto aos atores sociais” tem o objetivo de identificação de valores e significados, ou de consulta sobre aspectos interventivos no bem, sem necessariamente centrar em demandas da sociedade. Em outras palavras, o nível de consciência dos atores sociais sobre os valores do bem, de fato, pode corresponder às respostas do NPS, entretanto, não há garantias de que isso signifique participação, consultiva ou deliberativa, na salvaguarda da significância do bem.

Na Seção *Monitoramento*, a Unesco demanda: “Por favor, avalie o nível de envolvimento no monitoramento dos seguintes grupos:”¹⁴³

Tabela 03 - Nível de envolvimento dos atores sociais no Monitoramento do Chaco.

Gestores, coordenadores e funcionários do Patrimônio Mundial	EXCELENTE
Comunidades Locais e Residentes	MÉDIO
Autoridades Locais/Municipais dentro ou adjacentes à propriedade	MÉDIO
Indígenas Locais	EXCELENTE
Pesquisadores	EXCELENTE
ONG's	EXCELENTE
Indústria	MÉDIO

Fonte: WHC, Unesco, ítem 4.8.3, p. 09, tradução do autor.

¹⁴³ Do original em inglês: “4.8.3 – Please rate the level of involvement in monitoring of the following groups:” (WHC, 2014, ítem 4.8.3., p. 09, tradução do autor);

No tocante ao monitoramento, há uma mudança significativa nos grupos de atores sociais considerados pelo NPS. Por ser um bem Patrimônio Mundial, os gestores do WHC são considerados em EXCELENTE nível de participação, assim como os pesquisadores e as ONG's, grupos não considerados anteriormente, sobre o nível de conscientização. Os visitantes, a indústria do turismo, os negócios locais e os proprietários de terra são desconsiderados pelo NPS quando referente ao monitoramento, o que mostra uma rigidez da instituição para com intervenções nas terras Chaco. As comunidades locais e residentes continuam com nível de participação mediano, e o envolvimento das comunidades indígenas se manteve em excelente nível nos cenários, alegando que estes, junto aos especialistas, são os atores sociais ditos mais considerados pelo NPS na salvaguarda do CCNHP.

Na seção intitulada *Recursos Humanos e Financeiros*, do Relatório Periódico (2014) a Unesco questiona: “Se presentes, as comunidades locais residentes dentro ou perto da W.H.P. e/ou de uma zona de buffer, têm participação em decisões de gestão que mantêm o O.U.V.?”¹⁴⁴. A resposta do NPS no Relatório diz: “as comunidades locais têm alguma participação nas discussões relacionadas à gestão, mas nenhum papel direto na gestão”¹⁴⁵. No ítem seguinte do Relatório, a Unesco pergunta especificamente: “Se presentes, os povos indígenas residentes dentro ou perto da W.H.P. e/ou de uma zona de buffer, têm participação em decisões de gestão que mantêm o O.U.V.?”¹⁴⁶. O NPS responde: “povos indígenas contribuem diretamente para algumas decisões relacionadas à gestão, mas seu envolvimento ainda pode ser melhorado”¹⁴⁷.

As duas últimas perguntas apresentam respostas vagas e indefinidas, dadas pelo NPS, pois não explicam de que modo esses atores sociais participam efetivamente da salvaguarda do bem; como ou se foi realmente realizada uma pesquisa com os mesmos e, acima de tudo, se esteve focada na compreensão de valores e significados. Vale salientar que, os documentos de acompanhamento da Unesco, embora construídos centrados em questões que tangenciam a significância (como a participação social e os valores patrimoniais), são elaborados de modo a permitirem respostas estanques e de pouca riqueza, que não garantem,

¹⁴⁴ Do original em inglês: “4.3.8 – *If present, do local communities residents in or near the World Heritage Property and / or buffer zone have input in management decisions that maintain the Outstanding Universal Value?*” (WHC, 2014, ítem 4.3.8., p. 06, tradução e grifos do autor);

¹⁴⁵ Do original em inglês: “*Local communities have some input into discussions relating to management but no direct role in management*” (WHC, 2014, ítem 4.3.8., p. 06, tradução e grifo do autor);

¹⁴⁶ Do original em inglês: “4.3.9 – *If present, do indigenous peoples resident in or regularly using the World Heritage property and / or buffer zone have input in management decisions that maintain the Outstanding Universal Value?*” (WHC, 2014, ítem 4.3.9., p.06, tradução e grifos do autor);

¹⁴⁷ Do original em inglês: “*Indigenous peoples directly contribute to some decisions relating to management but their involvement could be improved*” (WHC, 2014, ítem 4.3.9., p. 06, tradução do autor);

necessariamente, o que alega a instituição sobre o envolvimento de atores sociais indígenas na salvaguarda do Chaco.

Logo, a pesquisa documental permitiu identificar algumas intenções de proteção no discurso do NPS, que levam em consideração aspectos da preservação de valores e da significância. Entre elas, e talvez a mais importante, esteja na constante referência à necessidade de envolvimento dos atores sociais, especialmente indígenas, na salvaguarda do CCNHP. Essa referência está presente na Declaração de OUV; nas legislações federais e nos planos de gestão elaborados pelo NPS para o reconhecimento do Chaco como patrimônio nacional e mundial, além dos relatórios de acompanhamento da Unesco.

Todavia, os documentos do dossiê de inscrição do Chaco focam na apresentação de resultados, deixando a desejar informações sobre o processo de envolvimento dos atores sociais indígenas e das comunidades locais, levando a questionar se estes são, de fato considerados, como teorizaram os pesquisadores contemporâneos estadunidenses, ou não, tal qual o NPS tem sido criticado por agir: focado apenas nos especialistas.

4.4. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O NPS E A SIGNIFICÂNCIA DO CHACO

A pesquisa documental realizada buscou entender como o NPS tem compreendido e aplicado a noção de significância cultural, a partir do dossiê de reconhecimento do Parque Histórico Nacional Chaco Culture como Patrimônio Mundial, de 1987. Entre junho e agosto de 2018, no dossiê constavam 18 documentos, agrupados em: (i) legislações federais; (ii) planos de gestão; (iii) pareceres e relatórios de acompanhamento; (iv) mapas, fotos e cartografias; (v) cartas e a Declaração de Valor Universal Excepcional.

No caso do NPS, a preocupação com a significância é mais fortemente identificada nas legislações estadunidenses; planos de gestão e documentos de inscrição, através da constante menção à salvaguarda dos valores patrimoniais e do envolvimento de atores sociais indígenas na salvaguarda do CCNHP. São pontos convergentes com os direcionamentos apontados pelos teóricos estadunidenses da significância. Contudo, é pouco mencionada ou aprofundada pela instituição nos relatórios de acompanhamento elaborados para o CCNHP; e os valores reconhecidos não são confirmados como validados socialmente, mas identificados pelos

próprios especialistas da conservação. Em outras palavras, o discurso do NPS, positivamente, faz uso da noção da significância, mostrando que a instituição acompanha, em parte, as discussões provenientes do campo teórico da conservação. Porém, na prática, a instituição assume uma leitura objetiva, centrada nos técnicos e especialistas como identificadores dos valores patrimoniais do Chaco.

O CCNHP possui uma Declaração de OUV, que enaltece seus aspectos históricos; o critério (iii) assimilado ao OUV do bem, e apresenta dados sobre seu estado de conservação. Todavia, não possui Declaração de Significância, embora o NPS, em alguns momentos, use OUV como sinônimo de significância, cometendo a mesma confusão de conceitos que as definições da Unesco, como foi visto no capítulo anterior.

O NPS, ao longo dos últimos 40 anos, tem se apropriado da significância e da teoria dos valores em seu discurso, mantendo uma relação aproximada entre teoria e prática estadunidenses. Entretanto, no tocante à prática da instituição, algumas ações se destacam como divergentes, não apenas dos teóricos, como também dos próprios documentos institucionais. O fechamento de sítios arqueológicos como a Casa Rinconada e o Fajada Butte, devido à conflitos existentes entre os atores sociais que se apropriam do lugar, além de comprometer a salvaguarda dos valores espirituais e religiosos, ditos pela própria instituição como prioritários no reconhecimento do Chaco; mostram também, uma atitude cômoda e pouco disposta a sanar os conflitos entre atores sociais através da mediação dos mesmos.

Logo, o NPS compreende a significância como uma noção que justifica o discurso dos valores e das subjetividades, na salvaguarda do bem, mas ela não aparece como instrumento de salvaguarda. Os métodos discutidos pelos teóricos da conservação, que contam com a consulta aos atores sociais, não são os adotados pela instituição, que assume um entendimento de significância centrado nos técnicos e especialistas e em seu arcabouço histórico. O próprio vocábulo *significance* é pouco mencionado no dossiê do CCNHP para a Lista do Patrimônio Mundial, estando mais focado na ideia dos valores patrimoniais ou, por vezes, sendo ainda adotado como era antes da Carta de Burra, um sinônimo de importância, ou uma qualidade do bem. Os relatórios de acompanhamento pouco aprofundam na significância, tanto pelo caráter limitador das fichas da Unesco, quanto pelas respostas superficiais do NPS, que não apresentam dados mais profundos.

Dessa forma, a partir do dossiê de inscrição do Chaco Culture National Historical Park (1987 – 2018) na Lista do Patrimônio Mundial, é possível perceber que a gestão do

National Park Service compreende a significância e faz uso da noção em seu discurso teórico, a partir de uma leitura dos valores patrimoniais como socialmente atribuídos, mas ainda não a implementa como instrumento de conservação e, quando o faz, assume uma postura centrada nos técnicos da conservação, estando parcialmente alinhado teoria e prática da conservação.

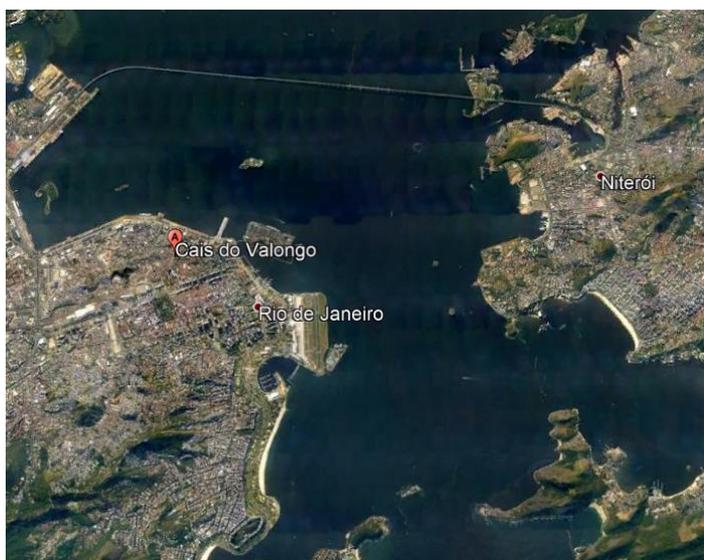
5. A SIGNIFICÂNCIA PARA O IPHAN: O CASO DO CAIS DO VALONGO

O segundo caso de estudo selecionado para este trabalho foi o *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (IPHAN), instituição federal de salvaguarda do patrimônio brasileiro. Com o intuito de analisar como o IPHAN compreende a noção de significância e se aplica nas suas práticas de preservação, foi escolhido um bem inscrito na Lista do Patrimônio Mundial como caso referencial para a pesquisa documental: o *Cais do Valongo*, sítio arqueológico localizado na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Entre junho e agosto de 2018, foi realizada a pesquisa nos acervos internacionais do ICOMOS e da Unesco, localizados em Paris, França. Este capítulo analisa o sítio arqueológico Cais do Valongo com o objetivo de compreender o seu reconhecimento e a ação do IPHAN, no tocante à significância, a partir do seu dossiê de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial.

5.1 O SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO

O Sítio Arqueológico Cais do Valongo está localizado na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, no Brasil. Possui uma área de total de 39,325 hectares (ha), composto pelos limites do bem (0,3895ha) e uma zona de amortecimento na qual está inserido (38,9355ha). O Sítio Arqueológico é delimitado por vestígios do antigo cais de pedra, ou *Cais do Valongo* construído a partir de 1811, para o desembarque de africanos escravizados no Porto do Rio.

Figura 23- Localização do Sítio Arqueológico Cais do Valongo.



Fonte: Google Maps, 2018.

Em 1808, com a chegada do Príncipe Regente e da Corte Portuguesa ao Brasil, a cidade do Rio de Janeiro se tornou a sede da Coroa e o tráfico atlântico de africanos escravizados se intensificou. Devido à sua localização privilegiada, a região do Valongo, desde o século XVIII já se consolidava como um reduto de comércio dos negros que vinham da África no que se constituiu o maior processo de migração forçada da história.

De acordo com o IPHAN (2017) em *Sítio Arqueológico Cais do Valongo – Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial*, O Cais de Pedra da Praia do Valongo teve suas obras iniciadas em 1811 e concluídas em 1817, chegando a cerca de 34 edificações comerciais construídas, estabelecendo o maior Mercado de Escravos da história. Na Figura 24 abaixo, o Valongo refere-se ao ponto de embarque/desembarque dos navios; o Valonguinho ou Praia do Valongo, correspondia a primeira enseada onde desembocava o caminho do Valongo (posteriormente chamado Rua do Valongo) e, na Rua Direita, o local da Alfândega, que segundo os interesses das elites cariocas, deveria ser livrado do comércio de escravos.

Figura 24 - Região Portuária da Cidade do Rio de Janeiro, 1790.



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Plano da Cidade do Rio de Janeiro, 1791.

O prédio das Docas D. Pedro II corresponde à uma das edificações construídas na época, localizada ao lado do Cais do Valongo, antes situado à beira d'água (conforme Figura 25), para receber diretamente as mercadorias que chegavam do mar. Segundo o IPHAN (2017), foi “construído por um jovem engenheiro negro, filho do único afrodescendente que chegou a Conselheiro do Império Brasileiro, projetou e fez construir um moderno armazém para grãos de café, único prédio desse porte na época a ser construído sem a utilização de mão de obra cativa” (IPHAN, 2017, p. 103).

Mesmo que tenha sido construído enquanto a escravidão ainda vigorava, o construtor e diretor da companhia André Rebouças, um abolicionista e integrante de sociedades antiescravagistas instituiu como exigência o não uso de mão de obra escrava na construção, o que tornou o lugar símbolo dessa memória da resistência e da luta abolicionista. O prédio ainda existe (Figura 26, acima), encontra-se em bom estado de conservação, embora não mais localizado às margens da água, situa-se em frente ao Sítio Arqueológico Cais do Valongo e, é objeto de tombamento federal desde 2012.

Outro sítio importante na história do Valongo, é o Cemitério dos Pretos Novos, que ficou ativo até 1831, considerado como tendo sido o maior cemitério de escravos das Américas, estimando-se entre 20 e 30 mil pessoas enterradas no local. Grande parte era formado por corpos de negros e negras que morriam antes mesmo de chegarem ao Rio de Janeiro, ou que padeceram doentes no *Lazaretto* dos escravos, hospital que tratava aqueles que adoeciam face às más condições de viagem da África ao Brasil.

Figura 25 - Docas D. Pedro II, sem data.



Fonte: IPHAN, 2017

Figura 26 - Docas D. Pedro II, 2015.



Fonte: IPHAN, 2017

Quando desativado, foi encoberto pela malha urbana, que só teve sua localização revelada em 1996, a partir de obras realizadas na residência do casal Mercedes e Petruccio Guimarães, nº 36 da Rua Pedro Ernesto.

Após a descoberta, entre 2010 e 2012 foram realizadas pesquisas no local para a delimitação dos perímetros do antigo cemitério, onde também foram encontrados achados arqueológicos, além de ossaturas e restos mortais.

O local do cemitério passou por obras e, atualmente, funciona o Instituto Pretos Novos, um museu memorial e instituto de pesquisa

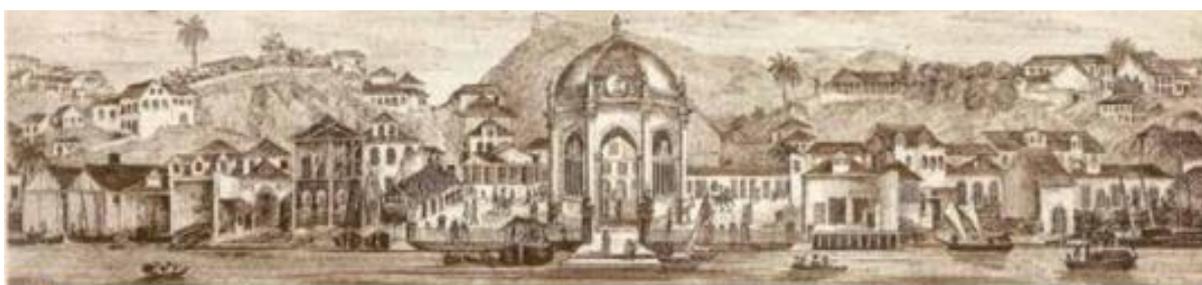
(Figura 27) presidido pela proprietária Mercedes Guimarães e, no tombamento de 2012, o cemitério foi reconhecido pelo IPHAN como Sítio Arqueológico Pretos Novos.



Fonte: Instituto Pretos Novos, 2017.

Em 1843, o Cais do Valongo foi aterrado, pela primeira vez, para a sua transformação em um novo local de desembarque, chamado *Cais da Imperatriz*, destinado a receber a Princesa das Duas Sicílias, Tereza Cristina de Bourbon, casada com o Imperador Dom Pedro II.

Figura 28 - Cais da Imperatriz, 1850. Friedrich Pustkow.



Fonte: Gilberto Ferrez, 2000.

Segundo o IPHAN (2017), o Cais da Imperatriz foi projetado pelo engenheiro militar Grandjean de Montigny, a partir de uma encomenda da Câmara Municipal, com o objetivo principal de ‘embelezamento da região do cais’ para o seu novo propósito. “Era constituído de pedras graníticas bem aparelhadas de tamanhos variados, formando a muralha e o píer, sendo o restante do calçamento feito de paralelepípedos” (IPHAN, 2017, p. 34).

O IPHAN (2017) aponta que haviam quatro estátuas neoclássicas de deuses greco-romanos, que adornavam o Cais da Imperatriz, e foram transferidas para o vizinho Jardim Suspenso do Valongo, construído em 1906 em terreno ocupado por casas de comércio negreiro na Rua do Valongo (atual Rua Camerino) como parte da modernização da cidade do Rio de Janeiro. Projeto do paisagista Luiz Rey, é um jardim romântico que busca “reproduzir a imagem de espaços semelhantes nas metrópoles europeias como parte do projeto de modernização da cidade do Rio de Janeiro” (IPHAN, 2017, pág. 105), como mostram as Figuras 29 a 31, a seguir.

Figuras 29, 30 e 31 - Jardim Suspenso do Valongo.



Fontes: Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH, 2017); Alexandre Cataldo (2013) e Supimpa Turismo (2018), respectivamente.

O Cais da Imperatriz desapareceu no início do século XX, ao ser aterrado novamente, dessa vez para dar vida à uma praça revestida por pedras portuguesas, até hoje conhecida como Praça Municipal ou Praça Jornal do Comércio, nomeada em homenagem ao antigo Jornal do Commercio, que circulou no Rio de Janeiro entre 1827 e 2016, quando veio a fechar. A arqueóloga Tânia Lima, responsável por prospecções realizadas no sítio do Valongo, a respeito

das reformas às quais a cidade do Rio de Janeiro foi submetida, no início do Século XX, aponta que:

Não obstante todos os esforços feitos e o empenho para revitalizar a área, a degradação se reinstalou (...) A reformulação urbana promovida por Pereira Passos e a construção do Porto do Rio de Janeiro deveriam, a rigor, ter requalificado a área. Contudo, historicamente associada a segmentos considerados como marginalizados pela sociedade dominante – [...] – a área ficou fortemente marcada como um reduto da marginalidade (ANDRADE LIMA, 2013, p. 14)

O fim da escravidão no Brasil data de 1888 com a elaboração da Lei Imperial nº 3353, a chamada Lei Áurea, assinada pela então princesa imperial regente Isabel. Contudo, as tentativas de abolir a prática da escravatura datavam pelo menos de 1831, quando foi proibida a entrada, nos portos brasileiros, de negros escravizados trazidos da África pelo tráfico atlântico. Segundo o IPHAN (2017), a proibição não levou ao fim da atividade, que continuou existindo em postos clandestino, tolerados pelas autoridades.

Regiões como o Cais do Valongo, que se consolidaram como redutos de negros escravizados, durante o pós-abolição, se mantiveram ocupados pela população negra, que estabeleceram comunidades e passaram por várias gerações. No entorno do Jardim Suspenso do Cais do Valongo vivem moradores locais, que mantém uma relação afetiva e cultural, tanto com a Praça do Jornal do Commercio, quanto com a região portuária como um todo. Sobre esta relação, o IPHAN registra:

O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, na atualidade, além do seu enorme valor arqueológico intrínseco, é também compreendido como um memorial a céu aberto do tráfico atlântico de cativos africanos, e desta forma tem sido reconhecido e apropriado pela população do Rio de Janeiro. Esta apropriação é uma vitória para a Arqueologia, que assim cumpre seu papel político-social de produzir conhecimento e socializá-lo. Inúmeras atividades comerciais, culturais e religiosas, dentre elas rodas de capoeira e a lavagem simbólica do Cais o tomam como cenário (IPHAN, 2017, p. 82)

A região do Valongo passou anos encoberta pelos aterramentos realizados ao longo do tempo, quando em 2010, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro deu início às intervenções urbanas necessárias à implantação do projeto Porto Maravilha, e foram encontrados achados arqueológicos que levaram o IPHAN a solicitar à Prefeitura a realização de prospecções na Praça do Jornal do Comércio.

Segundo o IPHAN (2017), foram encontrados diversos tipos de objetos como botões, colares, amuletos, anéis, pulseiras, contas, búzios e outras peças usadas por negros africanos em rituais religiosos e culturais, totalizando um acervo de 1.200.000 (um milhão e duzentas mil) peças de materiais associados à diáspora africana, na chamada *coleção arqueológica do*

sítio Cais do Valongo. Sobre estes achados arqueológicos, a arqueóloga do projeto Tânia Andrade Lima, observa:

Sem condições de escrever sua própria história, os escravos do Valongo deixaram para trás esses objetos, perdidos, abandonados, esquecidos ou escondidos. Através dos seus pertences, eles falam sobre suas angústias, seu desespero, mas também sobre suas esperanças e sobre as estratégias de sobrevivência que desenvolveram, em um discurso silencioso, porém extremamente eloquente. Essa foi a herança que eles puderam deixar para a sua descendência e também para a posteridade, agora recuperada pelas escavações arqueológicas (ANDRADE LIMA, 2013, p. 186)

Durante as prospecções arqueológicas realizadas pela Prefeitura do Rio de Janeiro e IPHAN, entre 2011 e 2013, foram encontrados também, vestígios das pavimentações respectivas do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz. De acordo com o IPHAN (2017) cerca de 1,40m abaixo da superfície atual, encontra-se o piso de paralelepípedos, referente ao calçamento do Cais da Imperatriz (1843) e, a 2m de profundidade da superfície atual (60cm a partir da pavimentação do Cais da Imperatriz); está o revestimento em pedras irregulares tipo pé de moleque, associado ao Cais do Valongo, de modo que ambos os pisos, foram identificados e deixados aparentes no sítio, como é perceptível na Figura 32, ao lado.

Figura 32 - Fragmentos do Cais da Imperatriz com seu calçamento de paralelepípedos e abaixo, o calçamento pé de moleque pertencente ao Cais do Valongo.



Fonte: João Maurício Bragança, 2015.

Ainda durante as escavações realizadas, em 2012, o sítio foi tombado, inscrito no Livro do Tombo Histórico do IPHAN, como *Sítio Arqueológico Cais do Valongo*, que possui também proteção através das instâncias estadual (Instituto Estadual de Patrimônio Cultural – INEPAC, 2013), municipal (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio De Janeiro – CDURP) e membros da sociedade civil (Instituto dos Pretos Novos, Quilombo Pedra e Sal, entre outros) (IPHAN, 2017, p. 153).

Na reunião estatutária do Conselho Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo: Resistência, Liberdade e Herança da Unesco, ocorrida em 20 de novembro de 2013 (Dia da Consciência Negra), o cais do Valongo foi reconhecido como um sítio arqueológico de relevância ímpar como “lugar de memória da Diáspora Africana nas Américas” (IPHAN, 2017,

p. 27). Sua candidatura à Lista do Patrimônio Mundial recebeu apoio unânime do Comitê da Unesco, tendo afixado no Cais do Valongo, uma placa expressando esse reconhecimento, a primeira do mundo, conforme Figura 33.

O dossiê de candidatura elaborado pelo antropólogo Milton Guran, resgata a história trágica e cruel do tráfico negreiro no continente americano. **No ano de 2016 foi apresentada a primeira proposta, que tentou inscrever o Valongo nos critérios (iii) e (vi), mas teve o parecer recusado pelo ICOMOS. No ano seguinte, foi elaborado novo dossiê levando em consideração as sugestões oferecidas ao IPHAN.**

Figura 33 - Placa do Projeto Rota do Escravo/UNESCO ao lado da placa de Patrimônio Carioca/ Prefeitura RJ, afixadas no Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.



Fonte: Milton Guran, 2014.

O Cais do Valongo foi, então, inscrito na Lista do Patrimônio Mundial em 2017, sob o critério “(vi): Estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional” (IPHAN, 2017, p. 13)”.

Figuras 34 e 35 - Sítio Arqueológico Cais do Valongo.



Fonte: IPHAN, 2017.

Logo, com as ações de prospecção arqueológica e resgate do sítio do Cais do Valongo, os moradores das comunidades locais se apropriaram da praça, tanto para a realização de rituais religiosos, como a Lavagem Simbólica do Cais, quanto para outras manifestações culturais, como rodas de capoeira, por exemplo

Figuras 36 e 37 - Roda de Capoeira no Cais do Valongo (2013) e 2ª Lavagem do Cais (2013).



Fontes: Maria Buzanovsky e João Maurício Bragança, respectivamente.

O ritual de Lavagem do Cais é uma celebração anual de reapropriação cultural do sítio do Cais do Valongo, que surgiu a partir da realização de um convite do IPHAN às sacerdotisas de religiões de matriz africana para conhecerem e avaliarem os achados no sítio arqueológico, em 2012, durante a realização das prospecções arqueológicas.

Segundo o IPHAN (2017), as mães de santo se emocionaram com os objetos retirados durante as escavações, e concordaram que o local tinha um “peso espiritual muito grande e que seria importante realizar um ritual para aliviar a carga de dor e medo que marcava o local. E então prepararam e realizaram um ritual de limpeza e purificação e de homenagem aos espíritos dos ancestrais” (IPHAN, 2017, p. 83).

Das prospecções realizadas pelo IPHAN e Prefeitura do Rio de Janeiro, no Cais do Valongo, entre 2011 e 2013, surgiram novas formas de apropriação do sítio, como é o caso do ritual de Lavagem do Cais, que teve sua primeira realização em 2012, foi bastante prestigiado pela comunidade e incorporado ao calendário anual de eventos relacionados ao Cais do Valongo que, hoje já conta com outros rituais e manifestações culturais ocorridos ao longo do ano.

Dentre os 23 bens brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, até junho de 2018, foi selecionado o Sítio Arqueológico Cais do Valongo como caso referencial, especialmente pelo fato de ter sua significância pautada na herança do negro escravizado que hoje reconhece o bem como um lugar de memória. Assim como no caso do NPS e do patrimônio

estadunidense, foram analisadas as Declarações de OUV de cada um dos bens, de modo a identificar aqueles com discurso centrado nos valores e significados.

Com o intuito de aprofundamento na gestão do IPHAN e sua relação com a significância, a pesquisa documental se desenvolveu a partir dos documentos encontrados no dossiê de inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial. Nele, está contido o dossiê elaborado pelo IPHAN em 2017; assim como os pareceres de órgãos consultivos e relatórios de acompanhamento da Unesco. **Foram consultados 14 documentos, agrupados em: (i) Legislações; (ii) Dossiês e planos; (iii) Pareceres e Relatórios de Acompanhamento; (iv) Mapas, Fotos, Cartografias e Vídeos; (v) Cartas, e-mails e a Declaração de Valor Universal Excepcional do Cais do Valongo (Apêndice B, p. 139).** Além dos acervos físicos da sede da Unesco e do ICOMOS França, foram consultados acervos digitais do IPHAN; da própria Unesco; e de instituições que estão diretamente envolvidas com a preservação do Cais do Valongo, como o Instituto dos Pretos Novos.

5.2 A DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO (IPHAN, 2017)

O ponto de partida para a pesquisa documental foi a Declaração de Valor Universal Excepcional do Cais do Valongo (Anexo 06, p. 154), produzida pelo IPHAN para o dossiê de inscrição do bem na Lista do Patrimônio Mundial. O OUV, como foi visto anteriormente, é o instrumento utilizado pela Unesco para reconhecer os bens Patrimônio Mundiais.

A estrutura do documento parte da apresentação de uma breve síntese do contexto histórico do Sítio Arqueológico Cais do Valongo. O foco principal da introdução está na localização do bem e na sua apresentação como representativo para a população afro-brasileira. O Cais do Valongo foi construído no início do Século XIX e, segundo a Declaração de OUV (2017) “estima-se que até 900.000 cativos africanos entraram nas Américas via Valongo”¹³², justificando assim, o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial devido à ter se tornado a maior evidência física do tráfico atlântico de africanos escravizados para o continente americano.

¹³² Do original em inglês: “*An estimated 900,000 Africans arrived in South America via Valongo*” (UNESCO, 2017, p. 01, tradução do autor);

Na Declaração de OUV são apresentadas as descobertas arqueológicas dos dois tipos de calçamentos, um no estilo *pé de moleque*, referente ao Cais do Valongo, construído em 1808; o outro em formas de paralelepípedos, referente ao Cais da Imperatriz, construído em 1843 para receber a Imperatriz Teresa Cristina, sob a perspectiva de embelezamento do centro do Rio de Janeiro. Todavia, o sítio que foi construído em contato direto com o mar, hoje não possui mais tal relação face aos aterros realizados ao longo dos anos.

Em seguida, no documento está enfatizado que o Sítio Arqueológico do Cais Valongo “carrega uma importância histórica e espiritual enorme para os afro-americanos [...] pode, portanto, ser visto como único e excepcional tanto do ponto de vista material quanto com relação às associações espirituais com as quais está tangivelmente relacionado”¹³³. Logo, a justificativa para o OUV do Valongo está alinhada ao seu reconhecimento e valoração de acordo com aspectos tangíveis e intangíveis, e a sua representação para o povo afro-brasileiro.

Em outra seção da Declaração, é apresentado o critério escolhido para a inscrição do Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial, o critério (vi): “Estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional” (IPHAN, 2017, p. 13), bem como sua justificativa, centrada na importância do Cais do Valongo à chegada histórica de africanos para se tornarem escravos no continente americano. Segundo a Declaração, o Valongo:

“é um local de consciência, que ilustra associações fortes e tangíveis a um dos crimes mais terríveis da humanidade, a escravização de centenas de milhares de pessoas, criando o maior movimento migratório forçado da história [...] o Cais evoca lembranças dolorosas, com as quais muitos afro-brasileiros podem se relacionar fortemente”¹³⁴

Logo, o Cais do Valongo foi consagrado pelo IPHAN e Unesco, como local de herança e simbolismo para a população negra do Brasil. **Ainda que evidencie uma das atividades mais desumanas realizadas no mundo, o tráfico de escravos, o sítio arqueológico representa, acima de tudo, o início da árdua história de sobrevivência dos afro-brasileiros.**

¹³³ Do original em inglês: “[...] carries enormous historical as well as spiritual importance to African Americans. Valongo Wharf can therefore be seen as unique and exceptional both from a material point of view and with regard to the spiritual associations to which it is tangibly related” (UNESCO, 2017, p. 01, tradução do autor);

¹³⁴ Do original em inglês: “It is a site of conscience, which illustrates Strong and tangible associations to one of the most terrible crimes of humanity, the enslavement of hundreds os thousands of people creating the largest forced migration movement in history [...] the site evokes painful memories, which many African Brazilians can strongly relate to” (UNESCO, 2017, p. 01, tradução do autor);

Com a abolição da escravidão no final do século XIX, a região portuária do centro do Rio de Janeiro se consolidou como uma área habitada por negros e negras, pois ali ficaram os escravos libertos, que começaram a constituir uma comunidade, e a se apropriarem do lugar, dessa forma, “preservando essas memórias, a vizinhança do Cais do Valongo se tornou arena para várias manifestações que celebram a herança africana continuamente”¹³⁵.

A Declaração de OUV também aponta que os trechos do Cais do Valongo expostos após a escavação de 2011 abrangem os resquícios do antigo cais de pedra, e que algumas instalações referentes ao complexo do Sítio Arqueológico Cais do Valongo se perderam ou estão preservados como restos subterrâneos na zona de amortecimento. Em relação ao fato de o Cais ter perdido o contato com o mar é pontuado, no documento, que há um comprometimento parcial da integridade do Valongo. Todavia, a Declaração diz que: “para garantir a legibilidade da propriedade, é essencial tomar medidas que ajudem a reconectar o mar ao local arqueológico”¹³⁶. Ou seja, o IPHAN alega ter a intenção de resgatar características originais do sítio arqueológico.

Contudo, ações como o projeto Porto Maravilha (2010) divergem do que se esperaria da instituição em parceria com as demais esferas públicas envolvidas, pois a revitalização ocorrida na região do Valongo contou também com a construção de novas edificações nas frentes d’água, como é o caso do Museu do Amanhã, projeto do arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Tais medidas além de comprometerem a dinâmica do centro do Rio, são contrárias às estratégias do IPHAN, como resgatar o contato do sítio com o mar.

A Declaração chega a apontar o crescimento das ações do mercado imobiliário na região como potencial ameaça à integridade do sítio, “pois continuará a transformar significativamente a paisagem e poderá ter impactos negativos na percepção da propriedade”¹³⁷. A preocupação se dá, também, devido à proximidade da Zona de Amortecimento do Sítio Arqueológico com a Zona Especial de Interesse Urbano da Região do Porto do Rio, localizada a cerca de 50m de distância. Desse modo, o IPHAN busca enfatizar que os projetos de desenvolvimento dialoguem harmonicamente com o sítio arqueológico e, que investigações arqueológicas

¹³⁵ Do original em inglês: “Preserving these memories, the vicinity of Valongo Wharf has become an arena for various manifestations celebrating African heritage on an ongoing basis” (UNESCO, 2017, p. 01, tradução do autor);

¹³⁶ Do original em inglês: “To ensure legibility of the property, it is essential to undertake measures, which assist in reconnecting the sea to the archaeological site” (UNESCO, 2017, p. 01, tradução do autor);

¹³⁷ Do original em inglês: “It will continue to significantly transform the landscape and could have negative impacts on the perception of the property” (UNESCO, 2017, p. 02, tradução do autor);

detalhadas sejam realizadas antes de qualquer projeto ser construído no local, afinal “escavações futuras podem descobrir outras funções auxiliares do cais”¹³⁸.

A Declaração de OUV enaltece que por ter estado coberto por terra nos últimos 168 anos, alguns elementos do projeto original do Cais do Valongo foram preservados, como a antiga rampa de desembarque, o sistema de drenagem e pavimentação. Na Declaração fica registrado que, durante as escavações realizadas em 2011 que permitiram a redescoberta do Cais do Valongo:

nenhuma reconstrução foi realizada, mantendo os restos arqueológicos como um reflexo exato e fragmentado do início do século XIX. Estes restos são autênticos em termos de material, localização, mão-de-obra, substância e, tanto quanto pode ser percebido, design. Além disso, os modestos restos físicos são extremamente autênticos em espírito e sentimento, evocando uma referência de memória e um marco de identidade para a grande população brasileira de origem africana e afro-americanos em geral”¹³⁹

Dessa forma, o Valongo é reconhecido como autêntico em diversos aspectos, tangíveis e intangíveis, mas especialmente referentes à espiritualidade e aos sentimentos percebidos pela população negra em contato com o sítio. Foi o que levou, por exemplo, à criação do ritual de Lavagem do Cais, durante o período de apenas cinco anos em que o sítio foi redescoberto. A ideia do ritual surgiu, como já foi visto, do contato entre as mães de santo das religiões afrodescentes locais com os mais de um milhão de itens encontrados durante as escavações que, ao sentirem a dor de seus antepassados, carregada nos objetos, decidiram criar um rito simbólico de limpeza e purificação do local, ocorrido anualmente para celebrar a herança cultural e religiosa negra.

Logo, ainda que a integridade do Valongo tenha sido parcialmente comprometida, sua autenticidade se preserva em diversos aspectos e, ambas têm contribuído para o fortalecimento de sua significância, enaltécida pelas relações entre a comunidade negra local e os valores atribuídos ao sítio arqueológico a pouco redescoberto. Na Declaração de OUV não são discriminados os valores identificados do Cais do Valongo, como espera-se de

¹³⁸ DO original em inglês: “*As future excavations may uncover further auxiliary functions of the wharf*” (UNESCO, 2017, p. 02, tradução do autor);

¹³⁹ Do original em inglês: “*No reconstruction was undertaken which retains the archaeological remains as an exact fragmented reflection of the early 19th century. These remains are authentic in terms of their material, location, workmanship, substance and, as much as can be perceived, design. In addition, the modest physical remains are highly authentic in spirit and feeling evoking a memory reference and identify marker for the large Brazilian population of African origin and African Americans as large*” (UNESCO, 2017, p. 2, tradução do autor);

uma Declaração de Significância, mas eles estão presentes no dossiê de inscrição, como veremos em breve.

Na sequência, o documento encerra com a apresentação dos requisitos de proteção e gestão identificados pelo IPHAN e apontados como necessários para garantir a salvaguarda do seu Valor Universal Excepcional. É nesse momento que a instituição tenta registrar, mais profundamente, o seu entendimento sobre a importância do bem para os atores sociais locais:

A propriedade é valorizada pela sociedade afro-brasileira, tendo comunidades comprometidas diariamente com os cuidados e preservação do local. Isso não se expressa apenas no valor religioso atribuído ao sítio, mas também nos rituais associados estabelecidos. A proximidade física desses atores e até o fato da presença de igrejas de culto africano, nas proximidades do local, para organizar reuniões regulares, cria um forte sentimento de tutela comunitária da propriedade¹⁴⁰

Logo, o IPHAN aponta o envolvimento da comunidade negra na salvaguarda do sítio, porém não necessariamente através da pesquisa para validação dos valores e da significância atribuída por eles. Pelo contrário, a justificativa dada para o reconhecimento do valor religioso, por exemplo, parte da identificação dos técnicos e especialistas, ao observarem e estudarem as relações da comunidade.

Em outras palavras, ainda que haja contato com os atores sociais, como foi o caso relatado das mães-de-santo, estes momentos não estiveram focados em identificar os valores socialmente atribuídos e a sua significância, reconhecendo-os então, a partir de uma leitura objetiva, centrada nos técnicos e especialistas da conservação, uma situação similar à do NPS.

No final da Declaração, o IPHAN argumenta sobre a instituição de um conselho responsável por supervisionar a conservação e a gestão do local e, alega que o mesmo “envolverá a sociedade civil e instituições federais, estaduais e municipais comprometidas com a preservação do patrimônio cultural e/ou vinculadas a questões de interesse da população de origem africana”¹⁴¹. Novamente, há previsão de envolvimento dos atores sociais em outras etapas do processo de salvaguarda do patrimônio, um ponto positivo a ser enaltecido sobre o

¹⁴⁰ Do original em inglês: “*The property is cherished by the African-Brazilian society, with communities committed on a daily basis to the site’s care and preservation. This is not only expressed in the religious value the site has been attributed but also the associated rituals established. The physical proximity of these actors, and even the fact a church of the African cult will be next to the site to organize regular meetings, creates a Strong feeling of Community guardianship of the property*” (UNESCO, 2017, p. 02, tradução do autor);

¹⁴¹ Do original em inglês: “[...] *involving civil society and federal, state and municipal institutions committed to the preservation of cultural heritage and/or linked to questions of interest to the population of African origin*” (UNESCO, 2017, p. 02, tradução do autor);

discurso do IPHAN. Porém, nenhum dos casos mencionados configuravam consulta sobre os valores patrimoniais e a significância.

Assim como no caso analisado no capítulo anterior, do NPS e o Chaco Culture, de fato, alguns aspectos essenciais à significância são evidenciados na Declaração de OUV, como por exemplo a preocupação com o envolvimento de atores sociais no discurso de salvaguarda do Cais do Valongo; o reconhecimento de suas tradições culturais e de aspectos subjetivos a partir da materialidade do sítio (no caso do Chaco); e dos achados arqueológicos encontrados nas escavações de redescoberta do local (no caso do Valongo). Além de apontarem aos valores espirituais e religiosos que tanto as tribos indígenas estadunidenses, quanto a população afro-brasileira, percebem em contato com seus respectivos sítios arqueológicos.

Contudo, a partir da Declaração de OUV do Cais do Valongo, não são mencionados todos os valores patrimoniais do sítio, e não ficam evidentes se essa valoração é fruto de uma pesquisa junto aos atores sociais ou de uma interpretação dos técnicos da instituição. Ainda que o IPHAN tenha tido contato com atores sociais, para fins específicos, não resultou em uma consulta para identificação dos valores socialmente atribuídos.

Novamente, assim como no caso do NPS, a instituição brasileira de fato, possui um discurso documental centrado na salvaguarda de valores e da significância, mas na prática, diverge dos teóricos brasileiros que, nos últimos anos, consolidaram a importância da consulta junto aos atores sociais para validação destes valores. Ou seja, o IPHAN e o NPS apresentam, no discurso, uma perspectiva que os pesquisadores brasileiros chamam de abordagem relativista sobre a compreensão dos valores, alinhada à teoria da conservação, mas adotam uma abordagem objetiva a partir da qual os valores são reconhecidos pelos técnicos e especialistas.

5.3 A SIGNIFICÂNCIA DO VALONGO NO DOSSIÊ DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

Depois da análise da Declaração de OUV, foram investigadas as propostas de nomeação elaboradas pelo Estado-Parte, e os pareceres dos órgãos consultivos da Unesco, apontados no dossiê de inscrição do bem na WHL.

5.1 As propostas de nomeação

No dossiê do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, duas versões de propostas de nomeação foram elaboradas e submetidas à candidatura da Lista do Patrimônio Mundial pelo IPHAN, a primeira entregue em janeiro de 2016, e a segunda em fevereiro de 2017.

Na primeira versão (IPHAN, 2016), o Cais do Valongo foi submetido a partir do reconhecimento de dois critérios unesquianos: o (iii) e o (vi). O critério (iii), mesmo usado pelo NPS no dossiê do Chaco Culture, consiste em “apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização desaparecida” (IPHAN, 2016, p. 12). Para justificá-lo, o IPHAN constrói uma narrativa pautada no fato de que aproximadamente um quarto (1/4) dos africanos escravizados nas Américas chegaram pelo Rio de Janeiro, considerando a cidade, o maior porto escravagista da História, e aponta:

Revelado por escavações arqueológicas realizadas em 2011, o Cais do Valongo assumiu o valor simbólico de testemunho material das raízes africanas nas Américas e constitui um espaço em que a materialidade se condensa em memória viva, exemplo da chegada e da fixação dos africanos neste lado do Atlântico (IPHAN, 2016, p. 13).

Tal justificativa não foi suficiente para o ICOMOS e a Unesco validarem o critério (iii) na inscrição do Cais do Valongo proposta em 2016, que foi recusado no Relatório Provisório apresentado pelo ICOMOS, como será visto posteriormente. Sendo assim, o Cais do Valongo recebe o reconhecimento apenas do critério (vi). Todavia, já na edição de 2016, o valor simbólico é evidenciado como importante na compreensão do Valongo, pois o sítio simboliza um local de dor para a história do povo brasileiro, especialmente a população negra. Depois do parecer do ICOMOS, foi elaborada a segunda versão da proposta de inscrição do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial (IPHAN, 2017), alterando algumas indicações dadas pelo órgão consultivo.

A segunda versão da proposta, que foi aprovada, estava estruturada nas seguintes etapas de apresentação: identificação e descrição do bem; justificativa para inscrição na WHL; estudos sobre o estado de conservação do bem e os fatores que o afetam; estratégias de proteção, gestão e monitoramento para o Valongo e, a documentação e assinatura do IPHAN para proposta. Além disso, a segunda versão apresenta um grande volume de textos, declarações e documentos anexos utilizados para inscrição do Valongo. A narrativa construída pela instituição brasileira apresenta o histórico de formação, desenvolvimento e resgate do Cais do Valongo, atrelado ao conjunto de sítios arqueológicos existentes na região portuária do Rio de Janeiro.

Na proposta (IPHAN, 2017) , são apontados como valores do Sítio Arqueológico Cais do Valongo, os seguintes: valor simbólico (p. 13); valor arqueológico (p. 81); valor histórico; valor espiritual (p. 122) e o valor universal excepcional. Todavia, os valores não são apresentados como socialmente atribuídos ou junto aos procedimentos metodológicos adotados para sua identificação; mas como reconhecidos pelos técnicos do IPHAN. Na realidade, a proposta de 2017 se apresenta como um compêndio das descobertas e registros encontrados nos 6 anos precedentes e da atuação da instituição diante do bem até o momento.

O IPHAN não apresenta uma Declaração de Significância na proposta de inscrição do Cais do Valongo à WHL, porém, a instituição reconhece a noção como instrumento de conservação no documento.

Na Seção *Monitoramento* são apontados os indicadores-chaves adotados pelo IPHAN para mensurar o estado de conservação do bem, chamados Indicadores de Estado de Conservação¹⁴². Entre as referências metodológicas adotadas pelo IPHAN e apontadas no dossiê, estão duas pesquisas essenciais desenvolvidas por teóricos brasileiros: *Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria e metodologia* (HIDAKA, 2011) e da pesquisa *Indicadores de Autenticidade e Integridade das cidades Patrimônio Cultural da Humanidade* (HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2012)¹⁴³. Segundo a instituição:

Tendo em vista a diversidade de valores que compõem a declaração universal do bem em questão e ainda, haja vista a variedade de *stakeholders* envolvidas na gestão da conservação de seus valores e atributos, nos parece claro que interpretar o seu estado de conservação exige do gestor olhar atento a todas estas variantes (IPHAN, 2017, p. 172)

Logo, mesmo que o IPHAN não tenha construído uma Declaração de Significância, a instituição mostra uma preocupação com aspectos relevantes à noção em seu discurso. O reconhecimento de que atores sociais (*stakeholders*) interessados na salvaguarda do bem devem ser envolvidos na gestão da conservação, e terem seus valores identificados e validados, é uma das premissas da abordagem relativista da significância, o que coloca a instituição em um caminho convergente ao da teoria, no discurso. Contudo, o método proposto por Hidaka e

¹⁴² Traduzidos para o inglês como ISC (Indicator of the State of Conservation);

¹⁴³ Segundo IPHAN (2017): “Ambos apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e este último, com apoio oficial do Getty Conservation Institute (GCI – Los Angeles, USA) (IPHAN, 2017, p. 172);

Zancheti não foi adotado, e o IPHAN, embora tenha se referenciado pelos pesquisadores brasileiros, adota método próprio.

Os procedimentos metodológicos do IPHAN consistiram nas etapas de: (i) definição dos atributos a serem avaliados e seus respectivos pesos; (ii) coleta de dados de avaliação dos atributos em todos os grupos de atores sociais e (iii) interpretação dos dados obtidos em cada grupo sobre as variáveis propostas (IPHAN, 2017). Vale salientar que na segunda etapa, de coleta de dados junto aos atores sociais, segundo o IPHAN, foi elaborado:

um questionário único de avaliação, e aplicado em entrevistas com os diversos grupos de *stakeholders* envolvidos. Dois aspectos são importantes para que se compreenda o método proposto nesta etapa. A primeira delas, é que se aplica este questionário, em princípio, a seis grupos principais de *stakeholders*: (1) especialistas locais, (2) especialistas externos, (3) residentes antigos, (4) residentes recentes, (5) visitantes e (6) grupos de referência cultural. (IPHAN, 2017, p. 173)

O IPHAN aponta uma variedade de atores sociais reconhecidos como essenciais a serem consultados para aplicação de questionários de monitoramento do estado de conservação do bem. No caso do Valongo, esses grupos foram majoritariamente os membros da sociedade civil (moradores e afiliados a grupos culturais), os especialistas e os visitantes.

Segundo o IPHAN: “cada grupo de *stakeholders* responde ao questionário de avaliação dos atributos à luz de três aspectos distintos: (a) manteve a significância? (b) manteve a integridade? (c) E quanto à autenticidade, são verdadeiros ou falsos?” (IPHAN, 2017, pág. 173). As respostas dos questionários devem permitir aos especialistas identificarem os indicadores de conservação do bem, os valores e significados socialmente atribuídos.

A instituição define os próprios sistemas de mensuração e interpretação dos dados, porém não apresenta o modelo do questionário que alega ter adotado, tampouco os resultados da consulta aos atores sociais. O IPHAN define que após a implantação do monitoramento, deve tornar-se uma rotina “em princípio a cada dois anos, o que permitiria a avaliação do desempenho da conservação ao longo do tempo” (IPHAN, 2017, p. 178).

Por um lado, positivo, o IPHAN enaltece a preocupação com os valores patrimoniais e a significância na prática do monitoramento, ou seja, a aplicação da noção como instrumento de conservação em várias etapas do seu reconhecimento como patrimônio. Por outro lado, assim como no caso do NPS, a instituição não apresenta dados do processo de consulta aos atores; respostas dadas pelos entrevistados, ou até mesmo o próprio questionário aplicado; reconhecendo então, apenas os valores identificados pelos especialistas, numa leitura objetiva da significância.

A preocupação que o IPHAN alega ter com o envolvimento de atores sociais na salvaguarda do Valongo é evidenciado quando, durante as escavações, a arqueóloga Tânia Lima sugeriu a convocação de líderes das religiões de culto africano para que lhes fossem apresentados os achados arqueológicos encontrados na escavação. O Ritual de Lavagem do Cais abriu precedente para o surgimento e apropriação do bem, por diversos grupos culturais negros, que ali passaram a desenvolver novas atividades socioculturais. **A iniciativa do IPHAN em contatar a população, permitiu ao Cais do Valongo, sítio redescoberto há pouco tempo, o fortalecimento de vínculos afetivos com o lugar através do culto e da celebração de novas tradições culturais.**

A partir da metodologia de pesquisa adotada pelo IPHAN, é perceptível que os atores sociais, para a instituição, se contatados, devem assumir um papel consultivo, e não deliberativo. Nesse sentido, o IPHAN muito se aproxima da realidade do NPS no caso do Chaco Culture, tendo em vista que ambas as instituições têm a intenção de reconhecer a importância do envolvimento social na conservação patrimonial em seus discursos, porém sob o papel de consulta.

Na Seção *Justificativa da Inscrição*, o IPHAN se aprofunda na importância de se cultivar o respeito às tradições culturais africanas, e de se oferecer, aos afro-brasileiros, o reconhecimento de sua herança cultural:

Entre os direitos fundamentais da pessoa humana está o direito à memória. Ter direito à memória significa não apenas poder recordar e afirmar livremente sua própria história como obter o reconhecimento social dessa história. A memória é matéria prima para a constituição da identidade social e respeitá-la, portanto, é garantir a integridade do ser humano que nela alicerça o sentido de sua própria existência e de sua comunidade. O Cais do Valongo é um símbolo material da memória da escravidão africana e das heranças culturais delas decorrentes. Reconhecê-lo como patrimônio da humanidade é conferir esse direito à população afrodescendente do Brasil e, por extensão, de todas as Américas, dentro do entendimento das políticas de reparação por séculos de escravidão e segregação racial (IPHAN, 2017, p. 115)

Logo, o IPHAN reconhece o Valongo como um sítio histórico e arqueológico sensível, enriquecido pelo patrimônio em seus aspectos materiais e imateriais. Ainda que a história da escravidão tenha o racismo como ideologia e apresente elementos de violência e trato desumano para com os negros, o Valongo “condensa em sua materialidade um conjunto de sítios de memória que remetem a aspectos de dor e sobrevivência na história dos nossos antepassados” (IPHAN, 2017, p. 118).

Em ambas as propostas de inscrição do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo apresentadas pelo IPHAN (2016; 2017), a instituição assume um discurso sensível ao

reconhecimento do bem patrimonial e sua herança africana, cultural e religiosa. Além disso, ainda que não tenha redigido uma Declaração de Significância, o IPHAN faz uso do conceito tanto no seu discurso de reconhecimento da importância de salvaguarda do Valongo, quanto como instrumento de monitoramento do estado de conservação do bem junto aos atores sociais. O discurso do IPHAN converge diretamente com os debates contemporâneos da Teoria da Conservação, que prezam, cada vez mais, por uma compreensão de patrimônio centrada em valores socialmente atribuídos.

Entretanto, não se vê tal rebatimento na prática, o que significa que os valores e a significância constantemente exaltada e apresentada, é aquela identificada por técnicos e especialistas da conservação. O contato construído com atores sociais, no caso do Valongo, não teve como objetivo, por exemplo, o reconhecimento dos valores socialmente atribuídos.

5.2 Os pareceres

O Cais do Valongo foi incluído na Lista Provisória da Unesco em 2014, um ano após o recebimento da placa do Projeto Rota Escravo da Unesco, colocada no sítio. Em 2016 submeteu sua Proposta de Inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo na WHL, e teve sua candidatura indeferida pelo ICOMOS, após a Missão de avaliação técnica, realizada pelo argentino Daniel Schavelzon, que visitou o sítio entre 19 e 23 de setembro de 2016.

Dentre os documentos necessários para a inscrição de um bem na WHL, consta o parecer de aprovação de órgão consultivo da Unesco. Assim como no caso do Chaco Culture, o Cais do Valongo é reconhecido como Patrimônio Cultural, dessa forma, o ICOMOS foi o órgão consultivo também. No Relatório Provisório de Avaliação do ICOMOS, alguns pontos são evidenciados a respeito da candidatura do Cais do Valongo, especialmente no tocante à sua justificativa para inscrição, critérios escolhidos, autenticidade, integridade, valores patrimoniais e análise comparativa com outros sítios arqueológicos similares.

Referente à justificativa da inscrição, o ICOMOS sugere que “se concentre apenas nos elementos que o sítio pode representar dentro de seus limites, analisando criticamente a contribuição e inclusão de elementos como instalações de quarentena, armazéns, mercados de

peças escravizadas e o novo cemitério”¹⁴⁴. A proposta apresentada em 2016 centrou a justificativa da inscrição, majoritariamente, nos aspectos intangíveis do sítio como um dos principais locais de memória do tráfico de escravos africanos. A recomendação do ICOMOS ao IPHAN está pautada no reforço aos argumentos que apontam os aspectos tangíveis e os locais no entorno do sítio, que façam parte da zona de amortecimento do bem. Estas estruturas e evidências materiais, segundo o ICOMOS, fortalecem a justificativa de salvaguarda do sítio.

Tratando da integridade e autenticidade do Cais do Valongo, o Relatório Provisório do ICOMOS “considera que, embora as condições de integridade sejam aceitáveis e precisem ser monitoradas de perto, as condições de autenticidade foram atendidas”¹⁴⁵. O Relatório aponta as transformações urbanas às quais o Valongo foi submetido, e a perda do contato direto com o mar, como aspectos comprometedores da integridade do bem, mas entende que o IPHAN se prontificou em monitorar tais condições e pesquisar alternativas de se resgatar a conexão com a orla marítima.

No caso dos critérios de inscrição do Valongo na WHL, a versão de 2016 propôs os critérios (iii) e (vi) como justificativos do reconhecimento do sítio como Patrimônio Mundial. O critério (vi) foi validado na primeira proposta. **Todavia, o critério (iii) foi indeferido pelo ICOMOS alegando que embora o sítio reconheça o valor simbólico da chegada de africanos no continente, considera um momento de vida curto em relação à luta do povo africano escravizado durante sua migração e trabalho forçado.** No parecer, a justificativa:

O ICOMOS considera que o critério (iii) é geralmente aplicado em referência aos testemunhos que as tradições ou civilizações culturais criaram ao longo do tempo e deixam para trás como seus produtos e realizações. No entanto, o Cais do Valongo não foi construído ou sustentado pelos escravos africanos que chegavam às margens da América do Sul e, portanto, não pode ser descrito como um testemunho que eles trouxeram. **É mais um testemunho de seu desespero, dor e sofrimento do que das tradições culturais que eles trouxeram e depois revitalizaram. Nesse sentido, a aplicação do critério (iii) poderia ser interpretada como reconhecendo o testemunho universal dos que construíram o Cais do Valongo para facilitar o comércio de escravos.** É exclusivamente com a referente preocupação de que sua aplicação possa levar a uma definição reversa de excepcionalidade focada na facilitação, e não na resistência ao comércio de escravos, que o ICOMOS considera que o critério (iii) não deve ser aplicado ao Valongo¹⁴⁶

¹⁴⁴ Do original em inglês: “*In its Interim Report, ICOMOS suggested to further focus the justification for inscription to solely the elements which the site can represent within its boundaries by critically reviewing the contribution and inclusion of elements such as the quarantine facilities, store houses, market of enslaved people and New African’s cemetery, which only in parts exist as archaeological evidence and are located outside the present property boundaries*” (ICOMOS, 2016, p. 335, tradução do autor);

¹⁴⁵ Do original em inglês: “*In conclusion, ICOMOS considers that while the conditions of integrity although considered somewhat acceptable require to be closely monitored the conditions of authenticity have been met*” (ICOMOS, 2016, p. 336), tradução do autor);

¹⁴⁶ Do original em inglês: “*ICOMOS considers that criterion (iii) is usually applied in reference to the testimonies that cultural traditions or civilizations created over time and left behind as their products and achievements.*

Logo, para o ICOMOS, a escolha do critério (iii) poderia representar que o OUV do sítio estava fincado no testemunho excepcional do tráfico de africanos e de sua escravização, cultivando assim, uma interpretação errônea. Dessa forma, o ICOMOS reconhece que, embora seja indicado no Guia Operacional da Unesco que o critério (vi) normalmente deve vir associado à um outro; no caso do Cais do Valongo, ele pode ser reconhecido e justificado sozinho.

Salvo tais considerações, o Relatório do ICOMOS, no geral, endossa a candidatura do Cais do Valongo à WHL, a partir da adoção, pelo IPHAN, das alterações propostas. Estabelece que a revisão do dossiê deve ser enviada até fevereiro do ano seguinte, quando o IPHAN apresenta a segunda proposta (2017) e o Valongo foi oficialmente considerado Patrimônio Mundial.

Diferente do caso do Chaco Culture, que foi inscrito na WHL em 1987, o Cais do Valongo completou pouco mais de 16 meses de reconhecido pela Unesco, quando a pesquisa documental foi realizada, dessa forma, o dossiê do Valongo é majoritariamente composto por documentos de inscrição, enquanto o Chaco já recebeu alguns relatórios de acompanhamento da gestão do NPS na conservação do sítio Patrimônio Mundial, que oferecem mais informações sobre seu bem.

Entretanto, o dossiê do IPHAN também conta com um acervo fotográfico e cartográfico do sítio, além de um documentário produzido pela instituição, de aproximadamente 30 minutos, entregues como documentação complementar à inscrição do Valongo na WHL.

5.3 Documentos complementares à inscrição

O acervo fotográfico apresentado pelo IPHAN no dossiê de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo focou em aspectos essenciais ao reconhecimento do bem, como: as escavações e pesquisas arqueológicas realizadas; os materiais identificados; os moradores do

However, Valongo Wharf was not constructed or sustained by the African enslaved people arriving at the South American shores and hence cannot be described a testimony they brought forth. It is rather a testimony of their despair, hardship and suffering than of the cultural traditions they brought and later revitalized. In this sense, the application of criterion (iii) could be interpreted as recognizing as universal the testimony of their subduers, who constructed Valongo Wharf to facilitate trade of the enslaved. It is exclusively with reference to the concern that its application might lead to a reversed definition of exceptionality focused on facilitation rather than endurance of slave trade that ICOMOS considers that criterion (iii) should not be applied to Valongo Wharf” (ICOMOS, 2016, p. 337, tradução e grifos do autor);

sobre como eram os hábitos, a vida, a culinária, as crenças e as danças do povo negro que ali viveu.

Curioso de se analisar é que dos entrevistados no vídeo, 6 deles eram especialistas, historiadores ou técnicos do IPHAN e da Unesco. Também 5 deles são brancos. Para uma proposta de inscrição que foi construída sob o discurso do simbolismo e da importância de tal sítio para o povo negro e residente do local, a representatividade dos atores sociais moradores, especialmente, negros, não condiz com um documentário intitulado *Memórias do Valongo*.

Embora possa estar bastante conectado à noção de significância, o conceito de memória não é discutido neste trabalho. Entretanto, quase todos os entrevistados sendo historiadores ou arqueólogos narram aspectos relativos à história e aos hábitos culturais da herança africana ali existente, sem necessariamente fazerem parte daquele contexto. Considerando que o Cais do Valongo é reconhecido como a maior evidência existente do crime de tráfico de negros que dominou o mundo, e que sua justificativa é pautada nos valores simbólicos e religiosos, quaisquer relatos de *memórias do Valongo* deveriam, acima de tudo, ser contar com a narrativa dos negros, locais e cultuantes dos ritos de origem africana.

A pesquisa documental permitiu identificar algumas intenções de proteção do IPHAN, como foi exposto ao longo do capítulo. Entre elas, e talvez a mais importante, esteja na constante referência à importância simbólica do Cais do Valongo para a comunidade afro-brasileira. Essa referência está presente na Declaração de OUV; nas propostas de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e nos documentos complementares apresentados pelo IPHAN para o reconhecimento do Valongo como Patrimônio Mundial.

Todavia, os documentos focam em etapas futuras que serão implementadas de modo a garantir a salvaguarda do bem, e na sua descrição, tornando a proposta bastante histórica e não apresenta informações sobre possíveis processos de consulta aos atores sociais, adotando assim, uma prática centrada na compreensão da significância a partir de uma abordagem objetiva, tal qual o caso do NPS, visto no capítulo anterior.

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: O IPHAN E A SIGNIFICÂNCIA

A pesquisa documental realizada buscou entender como o IPHAN tem compreendido e aplicado a significância no dossiê de reconhecimento do Sítio Arqueológico Cais do Valongo

como Patrimônio Mundial, de 2017. Entre junho e agosto de 2018 constavam 14 documentos no dossiê, agrupados em: (i) legislações; (ii) dossiês e planos; (iii) pareceres e relatórios de acompanhamento; (iv) mapas, fotos, cartografias e vídeos; (v) cartas, e-mails e a Declaração de Valor Universal Excepcional do Cais do Valongo.

No caso do IPHAN, a preocupação com a significância é fortemente identificada nos documentos de inscrição, através da constante menção à proteção dos valores patrimoniais e do envolvimento de atores sociais na salvaguarda do Valongo. São pontos convergentes com os direcionamentos apontados pelos teóricos brasileiros da conservação, que assumem uma compreensão relativista da significância e dos valores patrimoniais. Entretanto, é pouco aprofundada pelo IPHAN nos documentos elaborados para o Valongo; de modo que os valores reconhecidos também não são confirmados como validados socialmente, mas identificados pelos próprios especialistas. Em outras palavras, o discurso do IPHAN, positivamente faz uso da noção de significância, mostrando que a instituição acompanha, em parte, as discussões provenientes do campo teórico da conservação. Porém, na prática, o IPHAN assume uma abordagem objetiva na compreensão da significância, centrada nos técnicos e especialistas como identificadores dos valores patrimoniais do Valongo.

O Valongo possui uma Declaração de OUV, que enaltece seus aspectos históricos e simbólicos; o critério vi assimilado ao OUV do bem e apresenta dados sobre o seu estado de conservação. Contudo, não possui Declaração de Significância, embora o IPHAN, em alguns momentos use do OUV como sinônimo de significância, tal qual o NPS.

O IPHAN, se apropria da noção de significância no discurso adotado em seus documentos, mantendo uma relação aproximada entre os teóricos e a gestão, presentes nos documentos da pesquisa. No tocante à prática da instituição, algumas ações se destacam na construção de um contato junto aos atores sociais, são os casos do envolvimento dos representantes de religiões africanas que culminou na criação de um Ritual Simbólico de Lavagem do Cais do Valongo; e a pesquisa bibliográfica em teóricos brasileiros da significância, como a pesquisadora Lúcia Hidaka, para adoção de um método de monitoramento do estado de conservação do bem, sob a luz da integridade, autenticidade e significância.

Todavia, o IPHAN ainda não adota a significância como instrumento de conservação e tampouco aponta o contato construído com atores sociais como centrado na percepção de valores e significados socialmente atribuídos, levando os valores patrimoniais a serem reconhecidos, aqueles identificados por técnicos e especialistas. Ao

mesmo tempo que reconhece, enfaticamente, a importância simbólica do Valongo para o povo negro, apresenta um documentário intitulado *Memórias do Valongo*, onde o foco dos entrevistados são especialistas da conservação e técnicos da instituição; quase todos brancos; o que mostra uma representatividade de atores sociais não conivente com o próprio discurso da instituição.

Logo, o IPHAN compreende a significância como uma noção que justifica o discurso dos valores, da subjetividade, na preservação do bem, mas ela não aparece como instrumento de salvaguarda, mesma situação do caso estadunidense. Ao menos o IPHAN, diferente do NPS, desenvolve um método de pesquisa para o Valongo, dito inspirado em estudos elaborados pela teoria brasileira, mas o próprio vocábulo *significância* é pouco mencionado no dossiê do Valongo para a Lista do Patrimônio Mundial, centrado mais na ideia dos valores patrimoniais, tal qual o NPS. O Valongo foi inscrito em 2017, o que ainda não permitiu à Unesco a realização de um acompanhamento da gestão do IPHAN a partir de então.

Dessa forma, a partir do dossiê de inscrição do Sítio Arqueológico Cais do Valongo (2017 – 2018) na Lista do Patrimônio Mundial, é possível perceber que a gestão do IPHAN compreende a significância e faz uso da noção em seu discurso teórico, a partir de uma abordagem relativista, mas ainda não a implementa como instrumento de conservação e, quando o faz, assume uma postura centrada na abordagem objetiva, estando parcialmente alinhado teoria e prática.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise das contribuições contemporâneas de teóricos e instituições de salvaguarda anglo-saxãs e brasileiras à significância, extraídas das pesquisas bibliográfica e documental realizadas e apresentadas nos capítulos anteriores, espera-se resgatar as reflexões geradas nesta pesquisa, com o propósito de responder à questão central e norteadora deste trabalho: **como as instituições de salvaguarda tem compreendido e aplicado a significância cultural?**

A noção de significância vem sendo aprofundada no universo da teoria da conservação, desde a publicação da primeira edição da Carta de Burra, em 1979. Todavia, o vocábulo *'significance'* já fazia parte do discurso de técnicos e especialistas estadunidenses, ainda nos anos 1930, entendido como uma “qualidade” atribuída aos bens que eram reconhecidos como patrimônio nacional. Nesse momento, eram comumente usados termos como: significância nacional ou significância histórica, pois a noção era compreendida como sinônimo de ‘importância’ para o país; ou como qualificador de algo ‘importante’ segundo os cânones históricos.

No momento da publicação da Carta de Burra, o cenário internacional vivia um período marcado pelo crescente relativismo cultural no âmbito da conservação, e do reconhecimento de outros tipos de patrimônio. A Unesco, instituição mundial de salvaguarda, passa a ter um papel crucial na discussão sobre significância, ao adotar o Valor Universal Excepcional como critério a ser atendido por bens candidatos à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Desse modo, o OUV contribui para que os Estados-Parte da Unesco passem a atentar aos valores patrimoniais e às estratégias de conservação que visem a salvaguarda destes valores e da significância.

Nesse ínterim, teóricos anglo-saxões passam a apontar problemas de compreensão da noção de significância. Ao analisarem as práticas de preservação adotadas por técnicos do NPS, percebeu-se que os valores patrimoniais podiam ser enxergados como intrínsecos aos objetos patrimoniais, levando os especialistas a interpretar e atribuírem os valores identificados por eles próprios. Contudo, a significância como um conjunto de valores patrimoniais reconhecidos e identificados por atores sociais relacionados ao bem, requer que o processo conte com a consulta à grupos sociais, além dos especialistas.

Eis então, uma das principais críticas que acompanhou a significância até o início do novo milênio. Um dos motivos para ambiguidade na interpretação do conceito esteve centrado na definição de significância presente da Carta de Burra. Ainda que ela tenha passado por alterações e, no final dos anos 1990, tenha inclusive ampliado o artigo que define significância, anos mais tarde, pesquisadores brasileiros também apontariam problemas de interpretação causados pela conceituação do ICOMOS Austrália. Essa problemática indica não apenas a possibilidade de uma compreensão errônea do conceito, como também abre o precedente para uma prática de conservação que se diz centrada em valores patrimoniais, mas estes são reconhecidos e validados exclusivamente por um grupo de ator social: os especialistas.

Pesquisadores brasileiros contemporâneos da conservação apontam para a existência de duas abordagens possíveis sobre a compreensão da significância: uma leitura relativista, que conta com o envolvimento de uma variedade de atores sociais no processo de validação dos valores patrimoniais do bem; e a outra assume uma perspectiva objetiva, centrada na identificação dos valores patrimoniais a partir dos técnicos e especialistas.

Vale salientar que a definição do OUV adotada pela Unesco também contribui para problemas de compreensão da significância, afinal as noções não são sinônimas, especialmente considerando seus processos de análise, pois diferente da significância, o OUV se justifica pelo reconhecimento de um dentre dez critérios pré-definidos pela Unesco. Porém, a partir do momento que a Unesco define OUV como significância, além de causar confusão no entendimento de ambos os conceitos, permite que a significância seja vista tal qual o OUV: identificado por um processo fechado entre técnicos da instituição, compreendendo a noção a partir da abordagem objetiva.

Nos últimos vinte anos, os estudiosos brasileiros e estadunidenses têm pesquisado sobre a significância no campo da conservação e, seus universos teóricos têm convergido no tocante à compreensão da noção como um conjunto de valores; socialmente atribuídos; que devem estar reunidos no documento da Declaração de Significância e, devem ser periodicamente revisados. Além disso, os pesquisadores têm apontado, constantemente, a necessidade de se considerar uma maior variedade de atores sociais na salvaguarda do patrimônio, ou seja, os teóricos contemporâneos da conservação que se dedicam ao estudo

da significância, têm assumido a abordagem relativista no entendimento do conceito, e questionado a atuação de suas instituições de salvaguarda.

Desse modo, buscando responder à questão central que orientou a pesquisa, sobre como tem sido compreendida e aplicada a significância por instituições de salvaguarda, foram escolhidos, então, o NPS e o IPHAN, instituições federais de proteção do patrimônio estadunidense e brasileiro, respectivamente, como casos referenciais a serem estudados.

Ao analisar a candidatura do Chaco Culture National Historical Park (1987) à Unesco, percebeu-se que a significância se faz presente no discurso do NPS, e que a instituição alega considerar aspectos importantes para a noção, como por exemplo, o envolvimento das tribos indígenas na salvaguarda do Chaco. Além disso, o dossiê de inscrição na WHL evidencia os valores religiosos e espirituais do sítio, como principais argumentos para o seu reconhecimento, e sua justificativa está centrada na importância que os sítios arqueológicos do CCNHP têm para os descendentes de tribos indígenas, como os Navajo. Dessa forma, o NPS mostra, no discurso encontrado em seus documentos, um alinhamento ideológico à teoria da conservação e às questões debatidas pela significância, que assumem uma abordagem relativista da noção.

Entretanto, na prática, a instituição falha em apresentar os procedimentos metodológicos adotados para consultar os atores sociais constantemente mencionados no dossiê; além de tomar decisões que põe em risco a salvaguarda dos valores ditos essenciais ao Chaco, como o fechamento da Casa Rinconada e do Fajada Butte, sítios alvo de conflitos entre grupos distintos de atores sociais. O NPS se mostra, na prática, divergente tanto dos teóricos da conservação, quanto do próprio discurso. A falta de dados e pesquisas sociais centradas na compreensão dos valores nos leva a perceber que, aqueles mencionados no dossiê, foram frutos da atribuição e interpretação dos técnicos e especialistas da instituição. Dessa forma, a significância não se vê aplicada como instrumento e, o NPS age exatamente conforme é criticado pelos pesquisadores estadunidenses, compreendendo a significância a partir de uma abordagem objetiva, centrada nos especialistas da conservação.

Ao analisar a candidatura do Sítio Arqueológico Cais Valongo (2017) à Unesco, percebeu-se que a significância se faz bastante presente no discurso do IPHAN e, que o órgão alega considerar aspectos importantes para a noção, como por exemplo, o contato

construído com a população negra e habitante da região. Além disso, o dossiê de inscrição na WHL ressalta os valores simbólico e religioso do Valongo, como principais argumentos para o seu reconhecimento como patrimônio e, sua justificativa está centrada na importância para a população afro-brasileira que ali enxerga um sítio que rememora a dor do tráfico atlântico de negros africanos para serem escravizados, mas também constrói relações afetivas, religiosas e culturais com o sítio.

Dessa forma, o IPHAN mostra, no discurso encontrado em seus documentos, um alinhamento ideológico à teoria da conservação, que reconhece uma abordagem relativista da significância. A instituição ainda indica ter realizado pesquisa bibliográfica junto aos teóricos brasileiros da significância, usando-os como referências na elaboração de um método próprio para o caso do Valongo.

Contudo, na prática, o IPHAN falha em apresentar que durante o contato construído com a população negra local, o objetivo tenha sido a consulta para apreender os valores socialmente atribuídos, permitindo a mesma interpretação do NPS, de que os valores patrimoniais foram reconhecidos e validados por técnicos da instituição. Ainda que o contato com as mães e filhas de santo tenha culminado na criação de um novo rito simbólico e na resignificação do lugar por meio do surgimento de outras manifestações culturais de herança negra; não se chegou a identificar os valores atribuídos por estes atores sociais, por exemplo.

O IPHAN tal qual o NPS, se mostra, na prática, divergente tanto dos teóricos da conservação, quanto do próprio discurso. Além de apresentar um vídeo-documento intitulado Memórias do Valongo, entrevistando 7 atores sociais, dos quais 5 são brancos, e 6 especialistas, demonstrando pouca representatividade e diversidade no entendimento do sítio arqueológico. A significância, então, não se vê aplicada como instrumento e, o IPHAN age exatamente conforme as críticas da teoria da conservação, de assumirem uma compreensão do conceito a partir da abordagem objetiva.

Logo, do ponto de vista teórico, o entendimento sobre a significância tem chegado à um alinhamento ideológico entre os pesquisadores anglo-saxões e os brasileiros, responsáveis pelas principais contribuições contemporâneas à teoria da conservação. Tem se estabelecido a compreensão da significância a partir da abordagem relativista, como um conjunto de valores socialmente atribuídos ao bem. Do ponto de vista prático, a significância tem sido adotada no discurso de instituições de salvaguarda como o NPS e

o IPHAN, mas não tem sido aplicada como instrumento. Além disso, os valores patrimoniais reconhecidos nos documentos são frutos da interpretação de um grupo específico de atores sociais; e por vezes são colocados em risco, face a decisões tomadas pelas próprias instituições.

A significância contribui diretamente para o fortalecimento de políticas de salvaguarda centradas em valores patrimoniais e no envolvimento de atores sociais, temáticas que fazem parte das demandas contemporâneas da teoria da conservação. Depois de quatro décadas desde a sua primeira definição, a noção tem sido aprofundada na teoria da conservação e, os principais estudiosos apresentam um consenso sobre seu entendimento e procedimentos metodológicos a serem adotados para sua análise.

As pesquisas bibliográfica e documental realizadas mostraram que, nos últimos anos, tem sido desenvolvidas metodologias de avaliação e, o próximo passo deve ser testá-las. Todavia, a noção é pouco explorada como instrumento de conservação pela prática, ainda que as instituições de salvaguarda façam uso do conceito em seus discursos de preservação patrimonial. Faz-se necessário ir à prática. A partir do momento que essas propostas forem implementadas, erros e acertos sobre o processo poderão ser identificados e assim, aperfeiçoada a significância em suas esferas prática e teórica; e por consequência, o campo da conservação.

A evolução teórica da significância é notável, desde um “sinônimo de importância” à uma noção consolidada no campo da conservação. Teve suas origens no discurso das instituições de salvaguarda do patrimônio e, está novamente presente nos dias atuais. Porém, há que romper os limites teóricos, fortalecendo a relação entre teoria e prática na conservação patrimonial, e aplicar a significância como instrumento, é um caminho alternativo para isso.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE LIMA, T. **Arqueologia como sociopolítica: o caso do Cais do Valongo**, Rio de Janeiro, século XIX. In: *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte, v.07, n.1, 2013;
- AZEVEDO, G.; PONTUAL, V.; ZANCHETI, S.M. **Declaração de significância: um instrumento de salvaguarda do patrimônio arquitetônico**. XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado. Bauru, São Paulo, 2014;
- BRASIL. **Decreto-Lei nº25, de 30 de Novembro de 1937**. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, Getúlio Vargas, 1937;
- CANADIAN REGISTER OF HISTORIC PRESERVATION. **Writing Statements of Significance**. Canadian Historic Places, Winnipeg, 2006;
- CHUVA, M. **Os Arquitetos da Memória: da sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. 2009;
- CHUVA, M. **Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, nº 34, 2012;
- DECLARAÇÃO DO MÉXICO – **Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais**. Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios Históricos (ICOMOS), 1985;
- DUTRA, I. **(Re)significando São José: A Construção da Declaração de Significância Cultural, Integridade e Autenticidade**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Pernambuco, 2017;
- GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Assessing the values of cultural heritage**. Los Angeles. *Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices*, Getty Conservation Institute,; p.5-30; 2002;
- GETTY CONSERVATION INSTITUTE. **Chaco Culture National Historical Park: US National Park Service – A case study**. Los Angeles, 2003;
- GREEN, H. **The social construction of historical significance**. In M. TOMLAN, (ed.) *Preservation of what, for whom? A critical look at significance*. Ithaca: National Council for Preservation Education, 1998;
- IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. REZENDE, M.B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L. THOMPSON, A. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. (Verbete), 2015;
- IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. REZENDE, M.B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L. THOMPSON, A. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. (Verbete), 2015;

IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. CORREA, S.R. O Programa de Cidades Históricas - PCH. (Verbete), 2015;

IPHAN. **Dicionário do Patrimônio Cultural**. REZENDE, M.B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L. THOMPSON, A. Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC. (Verbete), 2015;

IPHAN. **Educação Patrimonial – Histórico, conceitos e processos**. 2014;

IPHAN. **Sítio Arqueológico do Cais do Valongo: Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial**. Fevereiro, 2017;

JOKILEHTO, J. **Conceitos e ideias sobre conservação**. In: ZANCHETI, S.M. (Org.). *Gestão do Patrimônio Cultural Integrado*. CECI – Editora Universitária – UFPE, 2002;

JOKILEHTO, J. **Considerations on authenticity and integrity in world heritage context**. *City & time*, V. 2, N. 1, 2006;

LEE, R. F.; **The Preservation and Use of Historic and Architectural Monuments in the United States**. Meeting of experts on Sites and Monuments of Art and History, Paris, sede da Unesco; Outubro, 1949;

LINS, A. P.; **As Ferrovias como Patrimônio Cultural Mundial: Os Estados-partes, a UNESCO e o Valor Universal Excepcional**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016;

LIRA, F. **Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores para o monitoramento**. Recife. Editora: UFPE, 2010;

LIRA, F. **Da natureza complexa dos bens culturais: A indissociabilidade entre significância cultural, autenticidade e integridade**. Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado Arquimemória 5. Salvador, Bahia, 2017;

LORETTO, R. **As [Des] venturas da integridade no Patrimônio Mundial**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016;

MARINS, P. C. **Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das práticas patrimoniais federais após a década de 1980**. *Estudos Históricos*. RV, vol. 29, nº 57, pág. 9-28, jan – abril, 2016;

MASON, R. **Fixing Historic Preservation: A Constructive Critique of “Significance”**. In: *Places, a Forum of Environmental Design*. V.16, N.1, p.64-71, 2004;

MCCLELLAND, L. **How to Complete the National Register Registration Form**. In: *National Register Bulletin*. US. Department of the Interior, NPS, 1997;

MUÑOZ VIÑAS, S. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Routledge, 2005;

NATIONAL PARK SERVICE. **A Brief History of Chaco Culture National Historical Park**. In: *Learn About The Park*; 2018. Disponível em: <https://www.nps.gov/chcu/learn.html>;

- NATIONAL PARK SERVICE. **America's National Park System**. The Critical Documents. National Park Service, editado por Lary M. Dilsaver, Outubro, 2000;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Antiquities Act**. Federal Historic Preservation Law. 1906;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Chaco Culture National Historical Park Paleontological Resources Inventory**. Natural Resource Report, edited by VARELA, P.; SANTUCCI, V.; TWEET, J.; 2019;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Celebrating the National Park Service Centennial 1916 – 2016**. National Parks Portfolio, US Department of the Interior, 2016. Disponível em: <http://nps.history.com/centennial/0716/photos.htm>;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Historic Sites Act**. Federal Historic Preservation Law. 1935. Disponível em: https://www.nps.gov/history/local-law/fhpl_histsites.pdf;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Quick History of the National Park Service**. United States Department of the interior, 2019. Disponível em: <https://www.nps.gov/articles/quick-nps-history.htm>;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Significance of the Park: Chaco World Heritage Designation**. United States Department of the interior, 2015. Disponível em: <https://www.nps.gov/chcu/learn/historyculture/worldheritage.htm>;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Slideshow Kivas**. The Museum Collections of Chaco Culture National Historical Park. NPS Museum Management Program, 2007;
- PEDROSA, P. **Significância cultural como critério para conservação do patrimônio mundial**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2011;
- PONTUAL, V.; **Práticas Urbanísticas em Áreas Históricas: O Bairro do Recife**, Biblio3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidade de Barcelona, Vol. XII, nº752, 2007;
- RIEGL, A. **O Culto Moderno aos Monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo, Edit. Perspec., 2014;
- RUBINO, S. **O mapa do Brasil passado**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico, RJ, nº 24, pág. 17-105, 1996;
- RUSSEL, R. WINKWORTH, K. **Significance 2.0: A guide to assessing the significance of collections**. Heritage Collections Council of Australia, 2009;
- STOVEL, Herb. **Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions**. City & Time, v. 2, n. 3, p. 3, 2007;
- TAINTER, J.; LUCAS, J. **Epistemology of the significance concept**. American Antiquity, V. 48, N. 4, 1983; p. 707-719;
- THE BURRA CHARTER. **The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance**, 1979; 1999; 2013. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional (IPHAN) e tradução do autor. Disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br>>; <<http://australia.icomos.org/publications/charters/>>;

THE VENICE CHARTER. The International Charter for the Conservation and Restoration of Monuments and Sites, 1964. Tradução Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>;

UNESCO. Constitution of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. London, November, 1945;

UNESCO. Records of the General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. 15th Session, vol. 1, Paris, 1968;

UNESCO. Convenção para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 17ª Sessão, Paris, Novembro, 1972;

UNESCO. Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention. Centro do Patrimônio Mundial, Julho, 2019;

WELLS, J.C.; **Historic Preservation, Significance and Phenomenology**. Environmental & Architectural Phenomenology Newsletter, V.22, N.1, pág. 13-15; 2011;

ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L.T.F. **A Declaração de Significância de Exemplos da Arquitetura Moderna**. Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (CECI); 2014. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>;

ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L.T.F.; RIBEIRO, C.; AGUIAR, B. **Judgment and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage**. City & Time; Vol. 4 (2): 5, CECI; 2009. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>;

ZANCHETI, S.M.; HIDAKA, L. **Um indicador para medir o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais**. In: Indicadores de Conservação e Sustentabilidade na Cidade Patrimonial, organizado por Sílvia Zancheti. CECI, Olinda, 2010;

ZANCHETI, S.M.; LAPA, T. **Conservação Integrada: Evolução Conceitual**. In: ZANCHETI; S.M.; LACERDA; N. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. Recife, Centro de Estudos Avançados sobre a Conservação Integrada (CECI); 2012. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>;

APÊNDICE A - LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS CHACO CULTURE (JUL/AGO 2018)

Legislação

- UNITED STATES OF AMERICA, **Public-Law 96-550**, Title V – Chaco Culture National Historical Park, 1980;
- UNITED STATES OF AMERICA, **Antiquities Act**, Chaco Canyon National Monument, 1907;

Planos de gestão

- NATIONAL PARK SERVICE, **General Management Plan** – Chaco Culture National Historical Park, 1983;
- NATIONAL PARK SERVICE, **Land Protection Plan** – Chaco Culture National Historical Park, 1985;
- NATIONAL PARK SERVICE, **General Management Plan Amendment** – Chaco Culture National Historical Park, 2012;

Pareceres e relatórios de inscrição na WHL

- ICOMOS, **World Heritage List nº 353**, Chaco Culture National Historical Park, December, 1984;
- ICOMOS, **World Heritage List nº 353 Rev.**, Chaco Culture National Historical Park, May, 1987;
- UNESCO, **Periodic Report – Second Cycle**, Section II - Chaco Culture National Historical Park, WHC, 2014;
- UNESCO, **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**, State of Conservation Report, 16th session, WHC, Paris, 1992;
- UNESCO, **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**, Nomination to WHL, 11th session, CONF.005, WHC, Paris, 1987;
- UNESCO, **Decisions adoptes lors de la 30e session du Comite du Patrimoine Mondial**, WHC 06/30.COM/19, VILNIUS, 2006;

- NATIONAL PARK SERVICE, **Statement of Outstanding Universal Value**, Chaco Culture National Historical Park, WHC, 1987;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Significance of the Park**: Chaco World Heritage Designation. United States Department of the interior, 2015;

Mapas, fotos e cartografias

- NATIONAL PARK SERVICE. **Sítios Arqueológicos Chaco Culture**, United States Department of the interior, 2006;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Sítios Arqueológicos Chaco Culture**. United States Department of the interior, 2016;
- NATIONAL PARK SERVICE. **Sítios Arqueológicos Chaco Culture**. World Heritage Designation, 1984;

Outros documentos

- NATIONAL PARK SERVICE. **Periodic Reports of Monitoring**, Chaco Culture National Historical Park, United States Department of the interior, 2015;
- NATIONAL PARK SERVICE; ICOMOS; **Emails e Cartas profissionais**.

APÊNDICE B - LISTA DE DOCUMENTOS CONSULTADOS CAIS DO VALONGO (JUL/AGO 2018)

Legislação

- IPHAN, **Lei Nº3.924, de 26 de Julho, 1961**. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos brasileiros, 1961;

Dossiês e planos

- IPHAN, **Relatório do Plano de Consolidação e Conservação do Cais do Valongo**, 2014;

- IPHAN, **Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial** - Sítio Arqueológico Cais do Valongo, 2016;

- IPHAN, **Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial** - Sítio Arqueológico Cais do Valongo, 2017;

- IPHAN, **Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial Anexos** - Sítio Arqueológico Cais do Valongo, 2017;

Pareceres e relatórios de inscrição whl

- ICOMOS, **World Heritage List Nº 1548**, Valongo Wharf (Brazil), February, 2016;

- ICOMOS, **Valongo Wharf Archaeological Site (Brazil) – Interim Report**, December, 2016;

- IPHAN, **Declaração de Valor Universal Excepcional**, Sítio Arqueológico Cais do Valongo, WHC, Fevereiro, 2017;

- UNESCO, **Convention Concerning the Protection of the World Cultural and Natural Heritage**, Decisions adopted by World Heritage Committee, 41st session, WHC/17/41.COM/8B, Krakow, 2017;

- ICOMOS, **Evaluations of Nominations of Cultural and Mixed Properties**, ICOMOS report for the World Heritage Committee, 41st session, WHC/17/41.COM/8B1, Krakow, 2017;

Mapas, fotos, cartografias e vídeo

- IPHAN, **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**. World Heritage Designation, 2017;
- IPHAN, **Sítio Arqueológico Cais do Valongo**, Acervo Fotográfico, 2011, 2013, 2014, 2015 e 2017;
- IPHAN, **Memórias do Valongo**, Produção Audiovisual, Duração: 28min; World Heritage Designation, 2017;

Outros documentos

- IPHAN; ICOMOS; PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, **Cartas e Emails Profissionais**;

ANEXO A – CRITÉRIOS DA UNESCO PARA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

(UNESCO, 1998; apud. LORETTO, 2016, pág. 216, tradução da autora)

- I.** Representar uma obra prima do gênio criativo humano, ou;
- II.** Apresentar um importante intercâmbio de valores humanos, durante um período de tempo ou em uma área cultural do mundo, nos desenvolvimentos na arquitetura, artes monumentais ou urbanismo e desenho da paisagem, ou;
- III.** Dar um testemunho único, ou ao menos excepcional, de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou desaparecida, ou;
- IV.** Ser um excelente exemplo de um tipo de construção, conjunto arquitetônico ou paisagem que ilustre estágio(s) significativo(s) da história humana, ou;
- V.** Ser um exemplo excepcional de assentamento humano ou uso da terra representativo de cultura(s), especialmente quando ele se tornou vulnerável ao impacto de mudanças irreversíveis, ou;
- VI.** Estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, a ideias ou crenças, e a obras literárias de significância universal excepcional, ou;
- VII.** Ser exemplos excepcionais representando grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro da vida, de significativos processos geológicos em curso no desenvolvimento de relevos ou de características geomórficas ou fisiográficas significativas, ou;
- VIII.** Ser exemplos excepcionais representando “a interação humana com o ambiente” ou significativos processos ecológicos e biológicos em curso na evolução e no desenvolvimento de água doce, de ecossistemas costeiros e marinhos e de comunidades de plantas e animais, ou;
- IX.** Conter fenômenos naturais superlativos ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética, ou;
- X.** Conter os mais importantes e significativos habitats para a conservação da diversidade biológica *in situ*, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor do ponto de vista da ciência ou da conservação.

DO ORIGINAL EM INGLÊS: SELECTION CRITERIA

- I.** To represent a masterpiece of human creative genius;
- II.** To exhibit an importante interchange of human values, over a span of time or within a cultural area of the world, on developments in architecture or technology, monumental arts, town-planning or landscape design;
- III.** To bear a unique or at least exceptional testimony to a cultural tradition or to a civilization which is living or which has disappeared;
- IV.** To be an outstanding example of a type of building, architectural or technological ensemble or landscape which illustrates (a) significant stage(s) in human history;
- V.** To be an outstanding example of a traditional human settlement, land-use, or sea-use which is representative of a culture (or cultures), or human interaction with the environment especially when it has become vulnerable under the impact of irreversible change;
- VI.** To be directly or tangibly associated with events or living traditions, with ideas, or with beliefs, with artistic and literary works of outstanding universal significance (The committee considers that this criterion should preferably be used in conjunction whit other criteria);
- VII.** To contain superlative natural phenomena or areas of exceptional natural beauty and aesthetic importance;
- VIII.** To be outstanding examples representing major stages of earth's history, including the record of life, significant on-going geological processes in the development of landforms, or significant geomorphic or physiographic features;
- IX.** To be outstanding examples representing significant on-going ecological and biological processes in the evolution and development of terrestrial, fresh water, coastal and marine ecosystems and communities of plants and animals;
- X.** To contain the most important and significant natural habitats for in-situ conservation of biological diversity, including those containing threatened species of outstanding universal value from the ponit of view of science of conservation.

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO MEMORIAL ABORÍGENE - GALERIA NACIONAL DA AUSTRÁLIA

(HCC, 2009, p. 52, tradução do autor)

O Memorial Aborígene é uma instalação de 200 caixões ocos pintados em 1987–88 por artistas do centro de Arnhem Land, no Território do Norte, para marcar a sobrevivência da cultura indígena após dois séculos de colonização europeia na Austrália. Reconhece os milhares de povos indígenas que morreram defendendo suas terras face aos assentamentos e para quem não foram realizados enterros adequados; e celebra a sobrevivência das culturas indígenas nos tempos contemporâneos. O Memorial Aborígene ocupa uma posição de destaque na Galeria Nacional de Austrália e, portanto, está situado dentro do Triângulo Parlamentar de Canberra como foi planejado por seus fabricantes em reconhecimento à sua natureza política e à sua significância nacional.

A forma do Memorial também é simbólica. Os troncos ocos pintados são de um tipo usado em Arnhem Land em cerimônias de enterro ósseo que significam a transição da alma do falecido deste mundo para o outro. Como tal, o Memorial pressagia uma mudança na sociedade australiana em geral, de um passado intolerante e racista para um igualitário e justo futuro.

O Memorial foi originalmente exibido como parte da Bienal de Sydney em 1988 antes sendo apresentado na Galeria Nacional em setembro daquele ano. Em 1999 viajou internacionalmente como peça central da representação da arte deste país de seus povos indígenas antes dos Jogos Olímpicos de Sydney, quando foi mostrado no Museu Olímpico de Lausanne. Também foi exibido no Museu Sprengel em Hannover e no Museu Hermitage do Estado, São Petersburgo, em 1999-2000. Os quarenta e três artistas que criaram o Memorial incluem alguns dos principais praticantes de arte indígena na Austrália: Jimmy Wululu, David Malangi, John Mawurndjul, Paddy Fordham Wainburranga, Elizabeth Djutarra, George Milpurrurru, Djardie Ashley, Paddy Dhathangu e Philip Gudthaykudthay. A forma da instalação imita um mapa do país; segue o estuário do rio Glyde, no centro-norte Arnhem Land e os caixões de madeira estão agrupados em ambos os lados do corredor central ou rio de acordo com a localização de cada clã.

DO ORIGINAL EM INGLÊS: RAMINGINING ARTISTS, THE ABORIGINAL MEMORIAL - NATIONAL GALLERY OF AUSTRALIA

The Aboriginal Memorial is an installation of 200 painted hollow log coffins made in 1987–88 by artists from central Arnhem Land in the Northern Territory to mark the survival of Indigenous culture after two centuries of European settlement in Australia. It recognises the thousands of Indigenous people who died defending their land in the face of settlement, and for whom proper burials were not conducted; and it celebrates the survival of Indigenous cultures in contemporary times. The Aboriginal Memorial occupies a prominent position in the National Gallery of Australia, and hence it is situated within the Canberra Parliamentary Triangle as was intended by its makers in recognition of its political nature and its national significance.

The form of the Memorial is also symbolic. The painted hollow logs are of a type used in Arnhem Land in bone-burial ceremonies that signify the transition of the soul of the deceased from this world to the next. As such, the Memorial presages a change in Australian society at large, from an intolerant and racist past to an egalitarian and just future.

The Memorial was originally shown as part of the Biennale of Sydney in 1988 before being unveiled at the National Gallery in September of that year. In 1999 it was toured internationally as the centrepiece of this country's representation of the art of its Indigenous people in the lead up to the Sydney Olympics when it was shown at the Olympic Museum in Lausanne. It was also shown at the Sprengel Museum in Hanover, and the State Hermitage Museum, St Petersburg, in 1999–2000. The forty-three artists who created the Memorial include some major practitioners of Indigenous art in Australia: Jimmy Wululu, David Malangi, John Mawurndjul, Paddy Fordham Wainburranga, Elizabeth Djutarra, George Milpurrurru, Djardie Ashley, Paddy Dhathangu and Philip Gudthaykudthay. The shape of the installation imitates a map of country; it follows the Glyde River estuary in north-central Arnhem Land, and the log coffins are grouped on both sides of the central aisle or river according to the location of each clan.

ANEXO C – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA DO SÍTIO HISTÓRICO NACIONAL DISTRITO DE INTERCÂMBIOS CANADENSE

(CRHP, 2009, p. 57, tradução do autor)

Descrição do Sítio Histórico

O Distrito de Intercâmbios é um centro de negócios e armazenamento, densamente construído na virada do século, 150 edifícios cobrindo 20 quarteirões da cidade. A maior parte do distrito foi construída entre 1880 e 1913, usando os métodos de construção e estilos arquitetônicos mais atualizados. A natureza intacta de sua densidade, plano de quadra construído com suas muitas estruturas de alvenaria compactas de altura limitada, a ocupação intensiva do urbano e o uso de estilos arquitetônicos relativamente sofisticados da virada do século, um distrito de identidade distinta dentro da cidade circundante. O reconhecimento refere-se aos edifícios contribuintes e paisagem dentro dos limites do distrito.

Valores patrimoniais

O Sítio Histórico Nacional do Distrito de Intercâmbios canadense foi designado porque:

- ilustra o papel principal da cidade como centro do comércio de grãos e atacado, finanças e manufatura no período historicamente importante no desenvolvimento ocidental;
- entre 1880 e 1913, período durante o qual Winnipeg cresceu e se tornou a porta de entrada para o oeste do Canadá e a metrópole da região;
- o distrito, que tem limites claros e exclui amplamente as estruturas pós-1913, contém uma variedade de recursos arquitetônicos construídos significativos que falam do papel econômico essencial da cidade no Ocidente, e o caráter coletivo desses recursos construídos é distinto e relativamente intacto.

O valor do patrimônio, conforme definido pelas razões acima para reconhecimento, reside na ilustração do distrito de um centro de negócios e armazenamento, densamente construído na virada do século, utilizando métodos de construção contemporâneos e estilos arquitetônicos.

Fonte: Conselho de Locais Históricos e Monumentos do Canadá. Ata, setembro de 1997; Declaração de integridade comemorativa.

Elementos e Características Definidores

Os principais elementos que contribuem para o valor patrimonial deste sítio incluem:

- forma urbana relativamente densa, baseada no longo sistema de lotes que se estende para fora do rio Vermelho;
- ocupação intensiva de lotes com edifícios construídos até as calçadas e esquinas;
- natureza contígua dos edifícios;
- massa compacta da maioria dos edifícios (3 a 7 andares, exceto arranha-céus na rua principal);
- tipos de construções funcionais associadas ao armazenamento, financiamento, comércio e fabricação de grãos;
- estilos arquitetônicos populares da virada do século, incluindo o estilo românico Richardsonian, Italianate, Beaux-Arts e Chicago School;
- predominância de cornijas elaboradas que cobrem fachadas principais, janelas originais e baías de carregamento;
- métodos avançados de construção, incluindo estruturas de aço e materiais antideflagrantes;
- materiais de construção em alvenaria, incluindo materiais de construção locais, como tijolo lustroso e calcário Tyndall, além de material importado, como terracota, tijolo vermelho, granito e arenito;
- tamanhos e configurações de lotes, muitas vezes ditando edifícios orientados para mais de uma rua.

DO ORIGINAL EM INGLÊS: SOS – 15 – EXCHANGE DISTRICT NATIONAL HISTORIC SITE OF CANADA

Description of Historic Place

The Exchange District is a densely built, turn-of -the-century warehousing and business centre of some 150 buildings covering 20 city blocks. Most of the district was constructed from about 1880 to 1913, using the most up-to-date construction methods and architectural styles. The intact nature of its densely built grid plan with its many compact, masonry structures of limited height, the intensive occupation of the urban lots, and the use of relatively sophisticated turn-of -the-century architectural styles, gives this district a distinct identity within the surrounding city. The recognition refers to the contributing buildings and landscape within the district boundaries.

Heritage Value

The Exchange District NHSC was designated because:

- it illustrates the city's key role as a centre of the grain and wholesale trade, finance and manufacturing in the historically important period in western development;
- between 1880 and 1913, the period during which Winnipeg grew to become the gateway to Canada's West and the region's metropolis;
- the district, which has clear boundaries and largely excludes post-1913 structures, contains a range of architecturally significant built resources which speak to the city's key economic role in the West and the collective character of these built resources is distinct and relatively intact.

The heritage value, as defined by the above reasons for recognition, resides in the district's illustration of a densely built, turn-of -the-century warehousing and business centre utilizing contemporary construction methods and architectural styles.

Source: Historic Sites and Monuments Board of Canada. Minutes, September 1997; Commemorative Integrity Statement.

Character-Defining Elements

Key elements that contribute to the heritage value of this site include:

- relatively dense urban form based on the long lot system extending out from the Red River;
- intensive occupation of building lots with buildings constructed up to the sidewalks and corners;
- contiguous nature of buildings;
- the compact massing of most buildings (3 - 7 storeys high except for skyscrapers along main street);
- functional building types associated with warehousing, financing, the grain trade and manufacturing;
- popular turn-of-the-century architectural styles including the Richardsonian Romanesque, Italianate, Beaux-Arts, and the Chicago School style;
- predominance of elaborate cornices capping main facades, original windows and loading bays;
- advanced construction methods including steel frame and early fire-proofing materials;
- masonry construction materials, including local building materials such as buff brick and Tyndall limestone in addition to imported material such as terra cotta, red brick, granite and sandstone;
- lot sizes and configuration often dictating buildings oriented to more than one street.

ANEXO D – DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA PARA O NPS NO BOLETIM DO REGISTRO NACIONAL

(NPS, 1997; pág. 35)

8. STATEMENT OF SIGNIFICANCE

8. Statement of Significance

Applicable National Register Criteria

(Mark "x" in one or more boxes for the criteria qualifying the property for National Register listing.)

- A** Property is associated with events that have made a significant contribution to the broad patterns of our history.
- B** Property is associated with the lives of persons significant in our past.
- C** Property embodies the distinctive characteristics of a type, period, or method of construction or represents the work of a master, or possesses high artistic values, or represents a significant and distinguishable entity whose components lack individual distinction.
- D** Property has yielded, or is likely to yield, information important in prehistory or history.

Criteria Considerations

(Mark "x" in all the boxes that apply.)

Property is:

- A** owned by a religious institution or used for religious purposes.
- B** removed from its original location.
- C** a birthplace or grave.
- D** a cemetery.
- E** a reconstructed building, object, or structure.
- F** a commemorative property.
- G** less than 50 years of age or achieved significance within the past 50 years.

Narrative Statement of Significance

(Explain the significance of the property on one or more continuation sheets.)

Areas of Significance

(Enter categories from instructions)

Period of Significance

Significant Dates

Significant Person

(Complete if Criterion B is marked above)

Cultural Affiliation

Architect/Builder

**ANEXO E – DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL
EXCEPCIONAL DO CCNHP**
(UNESCO, 2013; tradução do autor)

Por mais de 2.000 anos, os povos Pueblo ocuparam uma vasta região do sudoeste dos Estados Unidos. O Chaco Canyon, um importante centro da cultura ancestral dos povos Pueblo entre 850 e 1250, foi o foco de cerimônias, atividades comerciais e políticas das áreas pré-históricas dos Quatro Cantos. O Chaco é notável por seus edifícios monumentais públicos e cerimoniais, e sua arquitetura distinta – possui um antigo centro cerimonial urbano que é diferente de tudo que foi construído antes ou depois. Além do Parque Histórico Nacional Chaco Culture, o bem Patrimônio Mundial inclui o Monumento Nacional das Ruínas Astecas, e vários locais menores do Chaco gerenciados pelo Bureau of Land Management.

O Chaco Culture é uma rede de sítios arqueológicos no noroeste do Novo México que preserva elementos marcantes de um vasto complexo cultural pré-colombiano, que dominou grande parte do que hoje é o sudoeste dos Estados Unidos, de meados do século 9 ao início do século 13. Inclui o Parque Nacional Chaco Culture, os locais associados ao Monumento Nacional das Ruínas Astecas e, cinco áreas arqueológicas adicionais protegidas. A sociedade Chaco alcançou seu auge entre 1020 e 1110. Esses locais eram um foco de cerimônias, comércio e atividade política, e são notáveis por seus edifícios públicos e cerimoniais monumentais, e por “*great houses*” distintas, de vários andares. Por um sistema elaborado de estradas cuidadosamente projetadas e construídas, muitas das quais ainda podem ser rastreadas. Essas conquistas são particularmente notáveis, dado o ambiente hostil da região.

As estruturas de grande escala, altamente organizadas, com construção de vários andares e alvenaria sofisticada, ilustram a crescente complexidade da estrutura social do Chaco, que se distinguiu na cultura regional ancestral dos Pueblos e dominou a área por mais de quatro séculos.

A alta incidência de áreas de armazenamento indica a probabilidade de que os chacoanos tenham um papel econômico central, e o grande tamanho e características incomuns das *kivas* cerimoniais sugerem que cerimônias complexas podem ter sido significativas em suas vidas.

Critério (iii)

Os locais do Chaco Canyon ilustram graficamente as realizações arquitetônicas e de engenharia do povo chacoano, que superou a aspereza do ambiente do sudoeste dos Estados Unidos para fundar uma cultura que dominou a área por mais de quatro séculos.

Integridade

Dentro dos limites da propriedade, estão localizados todos os elementos necessários para entender e expressar o Valor Universal Excepcional do Chaco Culture, incluindo paredes construídas com arenito e argamassa de barro, com mais de cinco andares de altura, vigas de pinho e restos arqueológicos bem preservados. Fornecer uma imagem abrangente do Chaco, tendo tudo sobrevivido devido ao artesanato de alta qualidade e à localização remota e seca. A propriedade é de tamanho suficiente para garantir adequadamente a representação completa dos recursos e processos que transmitem a significância do bem. Evidências adicionais do sistema Chaco, incluindo traçados de estradas e comunidades periféricas com *great houses*, vão muito além dos limites da propriedade, mas não foram consideradas para inclusão no momento da inscrição. Não há zona de buffer. Desde a inscrição da propriedade, esforços como rebaixamento parcial do local, cercas e patrulhamento diminuíram drasticamente a taxa de deterioração. No entanto, as ameaças à sua integridade por desenvolvimento adjacente (incluído serviços públicos e estradas associadas), exploração de energia, extração, bem como projetos e propostas de transporte aumentaram. Caso contrário, a propriedade não sofre efeitos adversos do desenvolvimento e/ou negligência.

Autenticidade

O Chaco Culture é autêntico em termos de suas formas e desenhos, materiais e substâncias, localização e ambiente. O bom estado de preservação da propriedade significa que muitas paredes, ferramentas, bens pessoais, material datável e outros objetos de informação permanecem em seu contexto original. Uma política cuidadosa de estabilização garantiu que o tecido e o design originais das estruturas fossem preservados para pesquisa e interpretação contínuas.

Requisitos de Proteção e Gestão

A propriedade é composta pela área cultivada para a qual o governo federal obteve título de superfície em 1987, localizado em sete componentes: Chaco Canyon, anteriormente Monumento Nacional (1907) e agora Chaco Culture National Historical

Park (1980); Ruínas Astecas, um Monumento Nacional (1923, expandido em 1928, 1930, 1948, 1988); e cinco Locais de Proteção Arqueológica do Chaco Culture (1980). A inclusão do Chaco Canyon e das ruínas astecas no Sistema de Parques Nacionais oferece a eles, o mais alto nível possível de proteção e garante um alto padrão de interpretação e acesso público. A legislação que designa esses componentes exige que a preservação dos recursos culturais receba alta prioridade. Cada unidade do Parque possui um Plano Geral de Gestão e outros documentos relacionados que tratam do gerenciamento de recursos, da terra e do uso dos visitantes. As políticas gerais do Serviço Nacional de Parques nessas áreas complementam os planos específicos do sítio. Os cinco Locais de Proteção Arqueológica do Chaco Culture são da propriedade e gerenciados para conservação pelo Bureau of Land Management, uma agência irmã do Departamento de Interiores dos EUA. A propriedade está sujeita a um conjunto de leis federais que protegem sítios arqueológicos. Um Grupo de Gerenciamento Interinstitucional estabelecido por lei federal representa todos os governos federal, estadual, tribal e local que gerenciam os componentes da propriedade. Esse grupo garante uma gestão consistente e coordenada por meio da revisão das decisões de gestão, compartilhamento de conhecimentos técnicos e assistência com a legislação necessária.

DO ORIGINAL EM INGLÊS: CHACO CULTURE OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE

For over 2,000 years, Pueblo peoples occupied a vast region of the south-western United States. Chaco Canyon, a major centre of ancestral Pueblo culture between 850 and 1250, was a focus for ceremonials, trade and political activity for the prehistoric Four Corners area. Chaco is remarkable for its monumental public and ceremonial buildings and its distinctive architecture – it has an ancient urban ceremonial centre that is unlike anything constructed before or since. In addition to the Chaco Culture National Historical Park, the World Heritage property includes the Aztec Ruins National Monument and several smaller Chaco sites managed by the Bureau of Land Management.

Brief synthesis

Chaco Culture is a network of archaeological sites in northwestern New Mexico which preserves outstanding elements of a vast pre-Columbian cultural complex that dominated much of what is now the southwestern United States from the mid-9th to early 13th centuries. It includes Chaco Culture National Historical Park, the associated sites at Aztec Ruins National Monument, and five additional protected archaeological areas. The Chacoan society reached its height between about 1020 and 1110. These sites were a focus for ceremonies, trade, and political activity and they are remarkable for their monumental public and ceremonial buildings and distinctive multi-storey “great houses.” The sites were linked by an elaborated system of carefully engineered and constructed roads, many of which can still be traced. These achievements are particularly remarkable given the harsh environment of the region.

The highly organized large-scale structures, featuring multi-storey construction and sophisticated coursed masonry, illustrate the increasing complexity of Chaco social structure, which distinguished itself within the regional culture of the ancestral Pueblo and dominated the area for more than four centuries.

The high incidence of storage areas indicate the probability that the Chacoans played a central economic role, and the great size and unusual features of the ceremonial kivas suggest that complex religious ceremony may have been significant in their lives.

Criterion (iii)

The Chaco Canyon sites graphically illustrate the architectural and engineering achievements of the Chacoan people, who overcame the harshness of the environment of the southwestern United States to found a culture that dominated the area for more than four centuries.

Integrity

Within the boundaries of the property are located all the elements necessary to understand and express the Outstanding Universal Value of Chaco Culture, including walls built of sandstone and mud mortar standing more than five storeys tall, pine roof beams, and well-preserved archaeological remains that provide a comprehensive picture of the Chaco culture, all having survived due to high-quality craftsmanship and the dry, remote location. The property is of sufficient size to adequately ensure the complete representation of the features and processes that convey the property's significance. Further evidence of the Chacoan system, including road traces and outlier communities with "great houses," extends well beyond the property boundaries, but was not considered for inclusion at the time of inscription. There is no buffer zone. Since the property's inscription, efforts such as partial site reburial, fencing, and patrolling have dramatically slowed the rate of deterioration. However, threats to its integrity from adjacent development (including associated utilities and roads), energy exploration, extraction, as well as transportation projects and proposals have increased. The property does not otherwise suffer from adverse effects of development and/or neglect.

Authenticity

Chaco Culture is authentic in terms of its forms and designs, materials and substance, and location and setting. The property's good state of preservation means that many walls, tools, personal goods, datable material, and other objects of information remain in their original context. A careful policy of stabilization has ensured that the original fabric and design of the structures is preserved for continuing research and interpretation.

Protection and management requirements

The property is comprised of the acreage to which the federal government had surface title in 1987 located within seven components: Chaco Canyon, formerly a

National Monument (1907) and now Chaco Culture National Historical Park (1980); Aztec Ruins, a National Monument (1923, expanded in 1928, 1930, 1948, 1988); and five Chaco Culture Archaeological Protection Sites (1980). The inclusion of Chaco Canyon and Aztec Ruins in the National Park system gives them the highest possible level of protection, and assures them a high standard of interpretation and public access.

The legislation designating these components requires that the preservation of cultural resources be given high priority. Each Park unit has a General Management Plan and other related documents that address resource and land management and visitor use. The National Park Service's general policies in these areas supplement the site-specific plans. The five Chaco Culture Archaeological Protection Sites are owned and managed for conservation by the Bureau of Land Management, a sister agency in the U.S. Department of the Interior. The property is subject to a suite of federal laws protecting archaeological properties. An Interagency Management Group established by federal law represents all federal, state, tribal, and local governments managing the property's components. This group assures consistent and coordinated management through review of management decisions, sharing of technical expertise, and assistance with necessary legislation.

A long-term goal for the property is to ensure that interventions that may occur within or adjacent to the property – including development, energy exploration, extraction, and transportation projects – do not have a negative impact on the property's Outstanding Universal Value, authenticity and integrity.

ANEXO F – DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL DO CAIS DO VALONGO

(UNESCO, 2017, tradução do autor)

O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo está situado na Praça do Jornal do Comércio, na área de docas da cidade do Rio de Janeiro. O Cais começou a ser construído em 1811 para facilitar o desembarque de africanos escravizados que chegavam ao Brasil. Estima-se que até 900.000 cativos africanos entraram nas Américas via Valongo.

Em termos físicos, a propriedade consiste em várias camadas arqueológicas. A mais baixa delas, com pavimentos no estilo pé de moleque, representa os restos do Cais do Valongo. Mais tarde, camadas mais dominantes se relacionam com o Cais da Imperatriz, construído em 1843. A característica da propriedade é que é uma praia coberta por extensos pavimentos feitos de pedras talhadas de diferentes tamanhos, formas e funções, com uma rampa e degraus que descem para o mar. Foi construído em um processo aparentemente simples, não em aterro, como era habitual, mas diretamente na areia da praia, seguindo seus contornos naturais.

O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo é o resto mais significativo do mundo em um ponto de aterrissagem de africanos escravizados nas Américas e, portanto, carrega uma importância histórica e espiritual enorme para os afro-americanos. O Cais do Valongo pode, portanto, ser visto como único e excepcional tanto do ponto de vista material quanto com relação às associações espirituais com as quais está tangivelmente relacionado.

Critério (vi)

O Cais do Valongo é a evidência física mais importante associada à chegada histórica de africanos escravizados no continente americano. É um local de consciência, que ilustra associações fortes e tangíveis a um dos crimes mais terríveis da humanidade, a escravização de centenas de milhares de pessoas, criando o maior movimento migratório forçado da história. Como local onde os africanos pisaram em solo americano, e com ele em suas novas vidas como trabalhadores escravos, o cais evoca lembranças dolorosas, com as quais muitos afro-brasileiros podem se relacionar fortemente. Preservando essas memórias, a vizinhança do Cais do Valongo se tornou arena para várias manifestações que celebram a herança africana continuamente.

Integridade

Os modestos fragmentos do Cais do Valongo que foram expostos ao público após a escavação em 2011, abrangem os restos completos do cais original de pedra. A função do cais estava originalmente relacionada a estruturas auxiliares, como armazéns, instalações de quarentena, o *lazaretto* e o novo cemitério africano. Estes são perdidos ou preservados apenas como restos subterrâneos na zona de amortecimento e, são legalmente protegidos.

Como ponto de desembarque, após longas e dolorosas viagens pelo Oceano Atlântico, o Cais do Valongo e o mar estavam intimamente relacionados. Portanto, atualmente a integridade é reduzida pela desconexão entre o sítio arqueológico e a orla marítima, que é removida como resultado de recuperações de terra nas áreas de docas. Para garantir a legibilidade da propriedade, é essencial tomar medidas que ajudem a reconectar o mar ao local arqueológico.

A intensificação do mercado imobiliário em todos os lados da propriedade, em particular, em frente ao mar, é preocupante, pois continuará a transformar significativamente a paisagem e poderá ter impactos negativos na percepção da propriedade. Como escavações futuras podem descobrir outras funções auxiliares do cais, é essencial que investigações arqueológicas detalhadas sejam realizadas antes de qualquer projeto a ser realizado. Embora a Zona Especial de Interesse Urbano da Região do Porto do Rio, localizada a uma distância de cerca de 50 metros do local, não esteja incluída na zona de amortecimento, será necessário garantir que os desenvolvimentos não impactem negativamente o Valor Universal Excepcional da propriedade.

Autenticidade

O Sítio Arqueológico Cais do Valongo preserva os restos do cais de desembarque de escravos do Rio de Janeiro no século XIX. Sua cobertura de terra nos últimos 168 anos permitiu que esse local sensível fosse preservado com o projeto da antiga rampa de desembarque, sistema de drenagem e pavimentação. Nenhuma reconstrução foi realizada, mantendo os restos arqueológicos como um reflexo exato e fragmentado do início do século XIX. Estes restos são autênticos em termos de material, localização, mão-de-obra, substância e, tanto quanto pode ser percebido, design.

Além disso, os modestos restos físicos são extremamente autênticos em espírito e sentimento, evocando uma referência de memória e um marco de identidade para a

grande população brasileira de origem africana e afro-americanos em geral. Esse aspecto é sublinhado pela criação de rituais religiosos, como a Lavagem do Cais, durante o período de apenas cinco anos em que o local foi redescoberto.

Requisitos de Proteção e Gestão

O Sítio Arqueológico do Cais do Valongo é protegido pela Lei Federal nº 3924, de 26 de julho de 1961, através de seu registro oficial em 25 de abril de 2012. As estipulações dessa proteção são aplicadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como órgão responsável pela sua conservação e manejo.

A propriedade é valorizada pela sociedade afro-brasileira, com comunidades comprometidas diariamente com os cuidados e preservação do local. Isso não se expressa apenas no valor religioso atribuído ao sítio, mas também nos rituais associados estabelecidos. A proximidade física desses atores e até o fato da presença de uma igreja do culto africano estar ao lado do local para organizar reuniões regulares, cria um forte sentimento de tutela comunitária da propriedade.

A conservação do sítio é supervisionada pelo IPHAN e apoiada pela Companhia de Desenvolvimento do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Um plano de conservação foi adotado para orientar esses processos. Monitoramento e manutenção regulares são necessários para garantir a proteção do local contra erosão e a funcionalidade do sistema de drenagem de águas pluviais por meio de bombas. A conservação e a gestão do local serão supervisionados por um conselho instituído pelo IPHAN e envolverão a sociedade civil e instituições federais, estaduais e municipais comprometidas com a preservação do patrimônio cultural e/ou vinculadas a questões de interesse da população de origem africana.

O plano de gestão do sítio precisa ser finalizado e um corpo de gestão do sítio, com recursos adequados, precisa ser criado. Uma interpretação minimalista adicional no local permitirá que os visitantes que não visitem o museu obtenham uma compreensão geral do caráter de multicamadas do sítio. Atenção especial deve ser dada à avaliação de novos empreendimentos urbanos em termos de seu potencial impacto negativo no Valor Universal Excepcional da propriedade antes que qualquer aprovação de construção seja concedida, bem como em medidas que visem restabelecer a relação entre a propriedade e a Baía de Guanabara.

DO ORIGINAL EM INGLÊS: VALONGO WHARF OUTSTANDING UNIVERSAL VALUE

Valongo Wharf Archaeological Site is located in central Rio de Janeiro and encompasses the entirety of Jornal do Comércio Square. It is in the former harbour area of Rio de Janeiro in which the old stone wharf was built for the landing of enslaved Africans reaching the South American continent from 1811 onwards. An estimated 900,000 Africans arrived in South America via Valongo. The site is composed of several archaeological layers, the lowest of which consists of floor pavings in pé de moleque style, attributed to the original Valongo Wharf. It is the most important physical trace of the arrival of African slaves on the American continent.

Brief synthesis

Valongo Wharf Archaeological Site is situated on Jornal do Comércio Square in the dock area of Rio de Janeiro city. The wharf started being built in 1811 to facilitate the debarkation of enslaved Africans arriving in Brazil. It is estimated that up to 900,000 African captives entered the Americas via Valongo.

In physical terms the property consists of several archaeological layers. The lowest of these with floor pavings in pé de moleque style represents the remains of the Valongo Wharf. Later, more dominant layers relate to the Empress' Wharf, constructed in 1843. The property's characteristic is that it is a beach that was covered with extensive paving made of hewn stones of different sizes, forms and functions, with a ramp and steps leading down to the sea. It was built in an apparently simple process, not on a landfill, as was customary, but directly on the sand of the beach, following its natural contours.

Valongo Wharf Archaeological Site is the globally most significant remains of a landing point of enslaved Africans in the Americas and therefore carries enormous historical as well as spiritual importance to African Americans. Valongo Wharf can therefore be seen as unique and exceptional both from a material point of view and with regard to the spiritual associations to which it is tangibly related.

Criterion (vi)

Valongo Wharf is the most important physical evidence associated with the historic arrival of enslaved Africans on the American continent. It is a site of conscience, which illustrates strong and tangible associations to one of the most terrible crimes of humanity, the enslavement of hundreds of thousands of people creating the largest forced migration movement in history. As the very location the African stepped onto American soil and with it into their new lives as enslaved labour, the site evokes painful memories, which many African Brazilians can strongly relate to. Preserving these memories, the vicinity of Valongo Wharf has become an arena for various manifestations celebrating African heritage on an ongoing basis.

Integrity

The modest fragments of Valongo Wharf, which were left exposed to the public after their excavation in 2011, encompass the complete remains of the original stone disembarkation wharf. The wharf's function was originally related to auxiliary structures, such as warehouses, quarantine facilities, the lazaretto and the New African cemetery. These are either lost or preserved only as underground remains in the buffer zone and are legally protected.

As the debarkation point after long and painful journeys across the Atlantic Ocean, Valongo Wharf and the sea were closely related. Therefore, integrity is presently reduced by the disconnection between the archaeological site and the seafront which is removed as result of land reclamations in the dock area. To ensure legibility of the property, it is essential to undertake measures, which assist in reconnecting the sea to the archaeological site.

The intensification of real estate development on all sides of the property and, in particular, towards the sea front is of concern as it will continue to significantly transform the landscape and could have negative impacts on the perception of the property. As future excavations may uncover further auxiliary functions of the wharf, it is essential that detailed archaeological investigations are conducted before any project is undertaken. While the Special Urban Interest Area of Rio's Porto Region, which lies at a distance of about 50 meters to the site, is not included in the buffer zone, it will be necessary to ensure

that developments will not negatively impact of the Outstanding Universal Value of the property.

Authenticity

Valongo Wharf Archaeological Site preserves the remains of Rio de Janeiro's slave disembarkation wharf in the 19th century. Its earthen cover for the past 168 years has enabled this sensitive site to be preserved with the design of the former disembarkation slipway, drainage system and paving. No reconstruction was undertaken which retains the archaeological remains as an exact fragmented reflection of the early 19th century. These remains are authentic in terms of their material, location, workmanship, substance and, as much as can be perceived, design.

In addition, the modest physical remains are highly authentic in spirit and feeling evoking a memory reference and identity marker for the large Brazilian population of African origin and African Americans at large. This aspect is underlined by creation of religious rituals, such as the Washing of the Wharf, during the merely five years period that the site has been rediscovered.

Protection and management requirements

The Valongo Wharf Archaeological Site is protected by federal Law number 3924, of 26 July 1961 through its official registration on 25 April 2012. The stipulations of this protection are enforced by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as the responsible body for its conservation and management.

The property is cherished by the African-Brazilian society, with communities committed on a daily basis to the site's care and preservation. This is not only expressed in the religious value the site has been attributed but also the associated rituals established. The physical proximity of these actors, and even the fact that a church of the African cult (Iglesia Universal) will be next to the site to organize regular meetings, creates a strong feeling of community guardianship of the property.

The conservation of the site is supervised by IPHAN and supported by the Companhia de Desenvolvimento do Porto of Rio de Janeiro (CDURP). A conservation

plan has been adopted to guide these processes. Regular monitoring and maintenance is needed to ensure protection of the site against erosion and the functionality of the rainwater drainage system via pumps. The conservation and management of the site will be overseen by a council instituted by IPHAN and involving civil society and federal, state and municipal institutions committed to the preservation of cultural heritage and/or linked to questions of interest to the population of African origin.

The site management plan requires to be finalized and an adequately resourced site management body needs to be created. Further minimalistic interpretation on site will allow visitors who may not visit the museum to gain a general understanding of the site's multi-layered character. Special attention should be given to evaluating further urban developments in terms of their potential negative impact on the Outstanding Universal Value of the property before any construction approvals are granted as well as measures which aim at re-establishing the relationship between the property and Guanabara Bay.